



2022

RELATÓRIO DE GESTÃO



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Relatório de Gestão

Referente ao Exercício de 2022

Presidente

Econ. Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-Presidente

Vice-Presidente Econ. Paulo Dantas da Costa

Março/2023

Brasília-DF

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CBE - Congresso Brasileiro de Economia

CLC - Comissão de Licitação do Cofecon

Cofecon - Conselho Federal de Economia

Corecon - Conselho Regional de Economia

CTC - Comissão de Tomada de Contas

ECV - Economistas em condição de voto

GT - Grupo de Trabalho

PBE - Prêmio Brasil de Economia

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadros:

Quadro nº 1 . Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas -----	11
Quadro nº 2 . Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas – continuação -----	12
Quadro nº 3 . Auxílios e doações aos Conselhos -----	61
Quadro nº 4 . Despesas com as principais atividades finalísticas -----	62
Quadro nº 5 . Gestão de riscos e controles-----	64
Quadro nº 6 . Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas em 2022 -----	65
Quadro nº 7 . Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2016 a 2022 -----	68
Quadro nº 8 . Detalhamento de despesas de pessoal, gastos com diárias e passagens -----	68
Quadro nº 9 . Gestão de Custos -----	72
Quadro nº 10 . Variação Receitas e Despesas do Cofecon -----	74

Gráficos:

Gráfico nº 1. Economistas em Condições de Voto. -----	63
---	----

Figuras:

Figura nº 1 . Organograma do Cofecon -----	10
Figura nº 2 . Capas das Revistas Economistas -----	17
Figura nº 3 . Campanha Dia do Economista no perfil @CofeconEconomia -----	18
Figura nº 4 . Print lives -----	20
Figura nº 5 . Guia de Orientação Profissional -----	26
Figura nº 6 . Descomplicando a Economia -----	27
Figura nº 7 . Panorama da Economia-----	28
Figura nº 8 . Artes da capa do Guia, print News e print Clipping e podcast -----	29

SUMÁRIO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Capa, listas de siglas, abreviações, de tabelas, de gráficos e sumário.

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO-----	7
CAPÍTULO 1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO -----	8
1.1. Identificação da unidade prestadora de contas -----	8
1.2. Finalidade e competência -----	8
1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade -----	8
1.4. Breve histórico da entidade -----	9
1.5. Estrutura organizacional -----	9
1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade -----	15
1.7. Fatos externos relevantes -----	20
1.8. Modelo de negócios -----	30
CAPÍTULO 2 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS -----	30
2.1. Estrutura de governança da entidade -----	30
2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade -----	32
2.3. Principais objetivos estratégicos -----	32
2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas -----	33
2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional -----	61
2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas -----	61
2.7. Despesas com indenizações a conselheiros -----	62
2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos -----	62
CAPÍTULO 3 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS -----	63
3.1 Principais riscos-----	63
3.2 Indicadores de desempenho-----	63
3.3 Gestão de Riscos e Controles-----	64
3.4 Oportunidades e Perspectivas -----	65
3.5. Controles Internos -----	65
CAPÍTULO 4 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO -----	65
4.1. Resultados da área-fim -----	65
4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica -----	66
4.3. Gestão Orçamentária e Financeira -----	68
4.4. Gestão de Pessoas -----	68
4.5. Gestão de Licitação e Contratos -----	68
4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura -----	69
4.7. Gestão de Tecnologia da Informação -----	69
4.8. Gestão dos Custos -----	71
4.9 Sustentabilidade Ambiental -----	72

CAPÍTULO 5 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	73
5.1. Declaração dos titulares da Secretaria - Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração	73
5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes	73
5.3. Balanço Orçamentário	75
5.4. Balanço Patrimonial	76
5.5. Balanço Financeiro	77
5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2020/2021	77
5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2022	79
5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2021	80
5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2022	81
5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2021	83
5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais	84
5.12. Declaração do Contador	85
ANEXO I	86
Notas oficiais do Cofecon	86
ANEXO II	90
Participação do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, em eventos - 2022	90
ANEXO III	92
Participação dos colaboradores em eventos	92
ANEXO IV	95
Matérias e entrevistas: presidente Antonio Corrêa de Lacerda	95
ANEXO V	99
Matérias e entrevistas: colaboradores	99

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

O ano de 2022 foi dedicado ao debate econômico. Desde o mês de janeiro, quando o Cofecon lançou o projeto Economia em Debate, temas econômicos importantes foram discutidos nas sessões plenárias e demais eventos do Sistema Cofecon/Corecons.

O momento era oportuno, não apenas por se tratar de um ano em que a sociedade deveria fazer suas escolhas para o futuro do Brasil e dos seus estados, mas também pelo quadro econômico delicado. Somente neste ano a atividade econômica voltou ao mesmo nível de 2013, caracterizando praticamente uma década perdida. Os resultados saltam à vista: 33 milhões de brasileiros passando fome, 120 milhões sofrendo insegurança alimentar e 24 milhões excluídos do mercado de trabalho – aqui incluindo desempregados, desalentados e subocupados.

Por isso mesmo, ao longo de 2022 o Cofecon promoveu vários debates ao longo do ano – incluindo o seminário com os assessores econômicos dos presidentes, para o qual todos os partidos foram convidados. Além disso, lançamos o Panorama da Economia, um caderno com um resumo das principais posições econômicas defendidas pelo plenário do Cofecon ao longo dos últimos dez anos. A publicação permite observar a qualidade dos argumentos defendidos pela autarquia, com o devido distanciamento no tempo, e mostra a importância do cumprimento da primeira atribuição dada ao Cofecon pelo Artigo 7º da Lei 1.411: “Contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional”.

Não podemos deixar de mencionar a realização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, em João Pessoa-PB. Durante três dias os economistas discutiram a formação e o mercado de trabalho dos economistas, medidas de aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons e a realidade econômica, social e política do Brasil. Painéis especiais debateram o legado de Celso Furtado, uma agenda de desenvolvimento para o Nordeste e a experiência das mulheres economistas.

O presente relatório presta contas das atividades realizadas pelo Cofecon em 2022, com o apoio de todas as pessoas envolvidas durante o ano – conselheiros, dirigentes, coordenadores e integrantes de comissões e grupos de trabalho, além do nosso corpo funcional. Agradecemos a todos pelo trabalho e dedicação ao longo do ano de 2022. Certamente o esforço coletivo em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo foi fundamental para a concretização dos projetos propostos e para apresentação de resultados positivos.



Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
PRESIDENTE



Econ. Paulo Dantas da Costa
VICE-PRESIDENTE

CAPÍTULO 1

1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO

1.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Federal de Economia

Denominação Abreviada: Cofecon

Natureza Jurídica: Autarquia Federal CNPJ: 33.758.253/0001-25

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (61) 3208-1800 (61) 3208-1814

Endereço Eletrônico: cofecon@cofecon.org.br

Página na Internet: www.cofecon.org.br

Endereço Postal: Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, Salas 1201 a 1211, Brasília-DF, CEP: 70.318-900.

Missão: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

Visão: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

1.2. Finalidade e competências

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (Corecon), criados pelo art. 6º da Lei nº 1411/1951 (com a redação dada pela Lei nº 6021/1974), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/1978).

Compete ao Conselho Federal de Economia (art. 7º da Lei 1411/1951):

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) organizar o seu regimento interno;
- e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.;
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;
- h) fixar a jurisdição e o número de membros de cada Conselho Regional, considerando os respectivos recursos e a expressão numérica dos Economistas legalmente registrados em cada Região; (Redação dada pela Lei nº 6.537, de 1978)
- i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras a e g para sua realização por todos os Conselhos;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

- **Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951:** Dispõe sobre a Profissão de Economista.
- **Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.

- **Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974:** Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando-as a percentuais do maior salário-mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.
- **Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975:** Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.
- **Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978:** Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.
- **Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980:** Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.
- **Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011:** Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

1.4. Breve histórico da entidade

O Conselho Federal de Economia é uma autarquia de fiscalização profissional. Foi criado pela Lei nº 1.411/51, que regulamenta a profissão de Economista. Até o ano de 2001 teve seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, tendo posteriormente sua sede transferida para Brasília.

Ao longo de sete décadas o Cofecon tem desempenhado suas principais atribuições legais, como contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País e servir como órgão consultivo do governo em matéria profissional. Tem também representação em todo o País, por meio dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), para atuar na fiscalização profissional, garantindo à sociedade que esta importante atividade será exercida apenas por pessoas devidamente habilitadas para tal.

Seu Plenário é composto por um grupo de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, com representantes das cinco regiões do País.

1.5. Estrutura organizacional

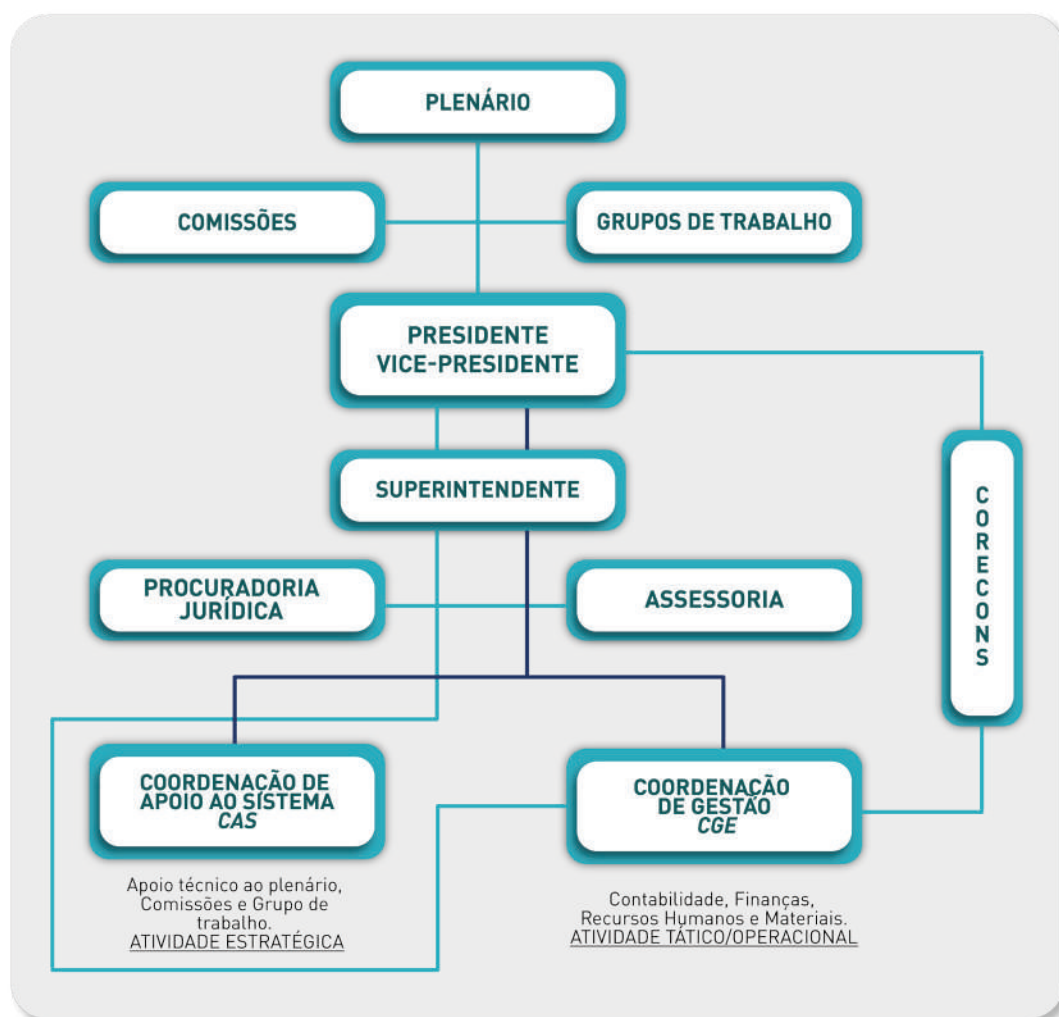
O Conselho Federal de Economia é constituído:

I - de um Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros Efetivos e mesmo número de Suplentes, eleitos na forma estabelecida pela legislação pertinente, renovando-se 1/3 (um terço) anualmente.

II - da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços técnicos e administrativos criados pelo Conselho em razão de suas finalidades legais.

III - das Comissões, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.

Figura nº 1 - Organograma do Cofecon



A estrutura organizacional do Cofecon contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades, e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Superintendência, Procuradoria Jurídica, Assessorias e Comunicação.

Quadro nº 1: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Plenário	Conselheiros Efetivos Antonio Corrêa de Lacerda Antônio de Pádua Ubirajara e Silva Carlos Alberto Safatle Clovis Benoni Meurer Eduardo Rodrigues da Silva Fernando de Aquino Fonseca Neto Heric Santos Hossoé Lauro Chaves Neto Maria Auxiliadora Sobral Feitosa Maria de Fátima Miranda Maurílio Procópio Gomes Mônica Beraldo Fabrício da Silva Paulo Dantas da Costa Paulo Roberto Polli Lobo Teresinha de Jesus Ferreira da Silva Waldir Pereira Gomes Wellington Leonardo da Silva Conselheiros Suplentes Aldenir Gomes de Paiva Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior Eduardo Reis Araújo Fabiola Andréa Leite de Paula Henri Wolf Bejzman Marcelo Pereira Fernandes Maria do Socorro Erculano de Lima Omar Corrêa Mourão Filho Paulo Roberto de Jesus Paulo Salvatore Ponzini Róridan Penido Duarte Rogério Vianna Tolfo	Conselheiros Federais	1º/1/2022 a 31/12/2022

Quadro nº 2: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas – continuação

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Comissões	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1/2022 a 31/12/2022
Grupos de Trabalho	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1/2022 a 31/12/2022
Presidente	Antonio Corrêa de Lacerda	Presidente	1º/1/2022 a 31/12/2022
Vice-Presidente	Denise Kassama Franco do Amaral	Vice-Presidente	
Superintendência	Aline Tales Ferreira	Superintendente interina	1º/1/2022 a 6/7/2022
		Superintendente	7/7/2022 a 31/12/2022
Coordenação	Ana Claudia Ramos Pinto	Coordenadora	1º/1/2022 a 31/12/2022
Procuradoria Jurídica	Fábio Ronan Miranda Aves	Procurador-Geral	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Paulo Roberto S. Alves Júnior	Assessor II	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Amanda Camargo Lemos	Estagiário	14/3/2022 a 31/12/2022
Assessoria da Presidência	Jane Lopes Silva	Assessora I	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Luiza Rodrigues Borges	Assessora IV	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Julia Michalski Linhares	Estagiária de Economia	3/3/2022 a 16/9/2022
Setor de Comunicação	Renata Reis Almeida	Assessor I	1º/1/2022 a 6/7/2022
		Coordenador de Comunicação	7/7/2022 a 31/12/2022
	Manoel José Castanho	Jornalista	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Raquel Passos da Silva Araújo	Assessora IV	1º/1/2022 a 6/7/2022
		Assessor III	7/7/2022 a 31/12/2022
	Brenda da Conceição Silva	Estagiário	1º/1/2022 a 7/1/2022
	Isabela Oliveira Silva	Estagiário	30/6/2022 a 29/12/2022
	Marcus Vinícius Santos de Almeida	Estagiário	24/1/2022 a 17/5/2022
Setor de Licitação	Lilian de Souza Barbosa	Supervisor de Processos Licitatórios	1º/1/2022 a 31/12/2022
Setor de Apoio Administrativo	Daniel Nunes de Oliveira	Assistente Administrativo	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Danielle Costa Barbosa	Assistente Administrativo	1º/1/2022 a 31/12/2022
	João Henrique Vieira Costa	Assistente Administrativo	1º/1/2022 a 10/7/2022
		Supervisor Secretaria e Serviços Gerais	11/7/2022 a 31/12/2022 (substituição)
Setor Técnico	Maria Aparecida Carneiro	Economista/Supervisor do NEE	1º/1/2021 a 31/12/2021
Setor de Contabilidade	Antônio Tolentino	Contador/Supervisor Financeiro	1º/1/2021 a 31/12/2021
	José Luiz Pereira Barbosa	Técnico em Contabilidade	1º/1/2021 a 31/12/2021 (afastamento)
Tecnologia da Informação	Keliane Souza de Jesus	Assessor III	1º/1/2022 a 6/7/2022
		Assessor II	7/7/2022 a 31/12/2022
	Rielisson Barbosa de Moura	Assessor IV	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Felipe Correa da Cruz	Estagiário de TI	1º/1/2022 a 4/3/2022
	Luiz Gustavo Pereira de Sousa	Estagiário de TI	11/4/2022 a 31/12/2022
Serviços Administrativos	Edna Barroso Machado	Supervisor de Secretaria e Serviços Gerais	1º/1/2022 a 10/7/2022
			11/7/2022 a 31/12/2022 (afastamento)
	Emily Yasmin Gomes de Oliveira	Secretária	1º/10/2022 a 31/12/2022
	Camilly do Nascimento da Silva	Estagiário	1º/1/2022 a 31/12/2022
	Maria Taciana Bispo dos Santos	Serviços Gerais	1º/1/2022 a 31/12/2022

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Competências

São atribuições do Plenário:

- I - estimular a disseminação da ciência econômica nos diversos segmentos da sociedade brasileira, buscando promover estudos que resultem nas práticas mais adequadas ao País;
- II - determinar a orientação, supervisão e disciplina da fiscalização do exercício profissional, com vistas a manter a uniformidade de atuação dos Conselhos Regionais;
- III - conhecer e dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- IV - alterar o Regimento Interno;
- V - examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, modificando-os, caso necessário, para manter-se a respectiva unidade de orientação e ação;
- VI - julgar, em última instância, os recursos interpostos contra os atos dos Conselhos Regionais;
- VII - decidir sobre a criação, fusão e organização dos Conselhos Regionais, fixando-lhes a jurisdição e o número de seus membros, considerando a expressão quantitativa dos economistas e a dotação relativa dos recursos;
- VIII - decidir sobre o programa de trabalho;
- IX - oferecer subsídios à formulação e implementação da política econômica governamental e, em assuntos que interessem a economia nacional, à ação do Congresso Nacional, além de aprovar e emitir quaisquer pronunciamentos em nome da instituição em temas econômicos, sociais ou políticos, podendo delegar esta atribuição, mediante Resolução, ao Presidente, a Comissões próprias ou a Conselheiros;
- X - eleger, dentre os Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente;
- XI - deliberar sobre proposta orçamentária, suas alterações e abertura de créditos adicionais segundo proposição da Presidência, considerando o programa anual de trabalho;
- XII - homologar orçamentos, reformulações, alterações e abertura de créditos adicionais, provenientes dos Conselhos Regionais;
- XIII - aprovar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e suas alterações, bem como a tabela salarial dos empregados do quadro de pessoal do Cofecon e os respectivos índices de atualização;
- XIV - autorizar a criação de cargos, funções, níveis de remuneração, e, bem assim, aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, nos termos do Plano de Cargos e Salários (PCS) e em estrita observância ao que preceitua a legislação aplicável em vigor;
- XV - aprovar a criação de comissões ou grupos de trabalho;
- XVI - julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do exercício anterior, observado o disposto neste Regimento em relação à Comissão de Tomada de Contas, ficando impedidos de votar esta matéria o Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros que os tenham eventualmente substituído nos atos de gestão do exercício considerado;
- XVII - deliberar sobre as prestações de contas dos Conselhos Regionais, após o exame da Comissão de Tomada de Contas;
- XVIII - deliberar previamente sobre mutações patrimoniais, doações, legados, subvenções, convênios e toda forma de auxílio financeiro aos Regionais e a terceiros;
- XIX - autorizar operações referentes à compra, venda, doação em pagamento, aluguel e permuta de imóveis pelos Conselhos Regionais, observando as disposições legais;
- XX - deliberar sobre atos que contrariem a ética profissional, definidos em legislação própria, quando se tratar de competência do Conselho Federal;
- XXI - zelar pela observância dos dispositivos do Código de Ética Profissional do Economista;
- XXII - decidir sobre os meios hábeis que objetivem a valorização profissional do Economista, particularmente quanto à melhoria de sua capacidade técnica e à utilização de seu saber específico nos diferentes setores da economia nacional;

XXIII - estimular a elaboração de trabalhos na área de economia aplicada, especialmente sobre problemas do desenvolvimento econômico-social, podendo, para esse fim, estabelecer prêmios anuais.

São atribuições dos Conselheiros:

I - participar das Sessões do Conselho e do Tribunal Superior de Ética;

II - relatar os processos e desempenhar encargos para os quais forem designados;

III - integrar comissões ou grupos de trabalho, quando designados;

IV - representar o Conselho, quando designados;

V - conhecer previamente a pauta da Sessão e a minuta da ata da Sessão a ser aprovada.

São atribuições do Presidente:

I - cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções, Deliberações e demais atos normativos do Conselho;

II - administrar e representar legalmente o Conselho;

III - dar posse aos Conselheiros e convocar os Suplentes;

IV - distribuir aos Conselheiros, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidos à deliberação do Plenário;

V - propor ao Plenário atos deliberativos;

VI - convocar e presidir as sessões do Conselho e as do Tribunal Superior de Ética;

VII - propor ao Plenário a constituição de comissões ou grupos de trabalho;

VIII - exercer os atos relativos à política e administração de pessoal, observando o disposto no art. 10, incisos XIII e XIV deste Regimento;

IX - autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais votadas pelo Plenário e, juntamente com o responsável designado para a Tesouraria, ou seu substituto legal, movimentar contas bancárias, assinar cheques e passar recibos;

X - submeter ao Plenário, na primeira sessão de seu mandato, o programa de trabalho;

XI - encaminhar à deliberação do Plenário a proposta orçamentária e suas alterações, bem como o relatório anual de Prestação de Contas;

XII - delegar competências regimentais incluídas nas alíneas II, VIII, IX e XIV a Conselheiros e funcionários, respeitados os princípios legais da delegação de competência e do controle interno;

XIII - decidir "ad referendum" do Plenário, nos casos em que se faça inadiável e imprescindível a tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário e seja impossível a convocação tempestiva desse colegiado, ao qual deverá ser a decisão submetida na sessão imediatamente posterior para homologação. Neste caso, poderá o Plenário revogar ou alterar, posteriormente, tais deliberações, preservando-se os legítimos efeitos gerados até esse momento;

XIV - acautelar os interesses dos Conselhos Federal e Regionais e os da categoria profissional, adotando as providências necessárias.

São atribuições das Comissões Permanentes e Temáticas:

O Cofecon possui aproximadamente 28 comissões e grupos de trabalho, cujas atribuições, componentes e atividades estão relacionadas no capítulo 2 deste relatório.

Superintendência

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; acompanhar o orçamento e os projetos do Cofecon; assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecons; cumprir e fazer cumprir o Regimento do Cofecon; coordenar as atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle no âmbito de sua competência; organizar e executar as Sessões Plenárias Ordinárias e Ampliadas ao Cofecon, bem como apoiar a realização de outros eventos constantes do Calendário do Sistema Cofecon/Corecons.

Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade

1.6.1. O Cofecon e a Mídia

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Foram divulgadas notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta, entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas para aprimorar o relacionamento com a mídia. A listagem das matérias que contaram com a participação do presidente, vice-presidente e conselheiros segue no Anexo xx

1.6.2 Redes Sociais

As redes sociais se mostraram, mais uma vez, como importante ferramenta de divulgação de ações, participações e eventos realizados pelo Sistema Cofecon/Corecons. O setor de Comunicação trabalhou com uma identidade visual moderna nos perfis da autarquia nas mídias e criou estratégias para potencializar o alcance das publicações, difundindo as informações divulgadas para o maior número de pessoas possível. Os resultados foram constatados na campanha Descomplicando a Economia, no aumento do número de seguidores e de interações com o conteúdo disseminado..

A página do Cofecon no Facebook encerrou o ano com 20.9 mil seguidores. As 597 publicações da página tiveram um alcance de 963.297 pessoas e mais de 9 mil comentários, cliques e compartilhamentos. A publicação com maior visibilidade foi a de divulgação da revista Economistas 45, com alcance de 11.609 pessoas. O Twitter do Cofecon registrou 194 novos seguidores, e 108.506 impressões. Ao todo, foram 597 publicações.

O canal do Cofecon no YouTube teve grande destaque em 2022, com a realização de lives e eventos virtuais na plataforma. Durante o ano, foram publicados 135 novos vídeos públicos. Ao todo, o canal obteve 53 mil visualizações e contou com 1.2 mil novos inscritos, finalizando o ano com 5.416 inscritos

Os perfis nas redes sociais LinkedIn e Instagram também foram responsáveis pela comunicação do Cofecon com economistas e a sociedade em geral. O LinkedIn contou com 597 publicações, 1.024 novos seguidores e 178 mil impressões, finalizando o ano de 2022 com 2808 seguidores.

Já o perfil do Cofecon no Instagram contou com 597 publicações, teve 2.957 novos seguidores e um alcance de 283.730. A publicação de maior destaque foi o anúncio de que o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, havia sido nomeado para fazer parte do governo de transição, totalizando 7,4 mil contas alcançadas.

Tanto a divulgação quanto a realização da edição de 2022 do Desafio Quero Ser Economista estiveram alicerçadas nas redes sociais, considerando o público-alvo, formado por estudantes de ensino médio. O perfil Quero Ser Economista no Instagram está com 3.802 seguidores. Já o Facebook Quero Ser Economista, em que também são divulgados conteúdos de interesse de estudantes de Ciências Econômicas e de Ensino Médio, encerrou 2022 com 11.531.

Diante dos números apresentados, o Cofecon demonstrou ter fortalecido sua presença nas redes sociais no ano de 2022, estreitando a comunicação com economistas, estudantes de Economia e a sociedade em geral

1.6.3 Revista Economistas

A partir da sua 40ª a revista Economistas começou a ser apresentada em formato interativo. <https://www.cofecon.org.br/revistas-de-economia/>

Agora, economistas, estudantes e interessados na economia podem acessar o material virtualmente, no formato interativo. Dentro da revista, leitores encontram links para conteúdos externos, vídeos, campanhas, podcasts e outros materiais.

Edição de dezembro (N.46): Estratégias para o próximo governo trouxe 8 artigos, 2 matérias, 1 entrevista e a indicação dos livros Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro; e Brasil, 200 anos de (in)dependência e dívida. Além disso, a edição apresentou a primeira edição do Caderno Especial de Economia Solidária com 6 artigos e 2 matérias.

Em números, a edição conta com 7.180 visitas, num total de 27.875 páginas visualizadas. Já o Caderno Especial de Economia Solidária foi acessado por 4.371 pessoas, num total de 11.941 páginas visualizadas.

Edição de setembro (N.45): Um novo sentido para a formação do economista trouxe 1 entrevista, 7 artigos, 4 matérias e a indicação dos livros: Resgatar a função social da economia, de Ladislau Dowbor; Da fome à fome, organizado por Ana Paula Bortoletto e Tereza Campello; e Progressividade tributária e crescimento econômico, organizado por Manoel Pires.

Em números, a edição contou com 4.766 visitas, totalizando 29.854 páginas visualizadas e mais de 2.900 cliques para o conteúdo externo relacionado aos assuntos abordados pelos economistas.

Edição de junho (N.44): Uma profissão de incontáveis possibilidades trouxe 10 artigos, 2 matérias e a indicação dos livros: O Brasil no Século XXI, organizado pelos professores Ivan Colangelo Salomão, Fernando Mota Correia e Vinícius de Almeida Valle; e FEA USP 75 anos, editado pela editora Narrativa Um.

Em números, a edição contou com 2.950 visitas, totalizando 25.718 páginas visualizadas e 312 cliques para o conteúdo externo relacionado aos assuntos abordados pelos economistas. Entre o conteúdo mais acessado está o site do Prêmio Brasil de Economia..

Edição de março (N.43): O papel das economistas, edição tradicionalmente escrita exclusivamente por mulheres, trouxe uma entrevista, 7 matérias e 9 matérias e indicação de dois livros. A edição contou com 5.555 visitas, totalizando 35.833 páginas visualizadas e mais de 800 cliques em links..

A revista de março é uma conquista que vem sendo fortalecida pela Comissão Mulher Economista do Cofecon. Entre os temas apresentamos, destaque para os artigos Inteligência financeira, de Dirlene Silva; e Mulheres economistas no mundo de Oz, de Helena Siqueira Dornellas.

Figura nº 2 - Capas das Revistas Economistas



1.6.4 Portal das Comissões

Por meio desse canal, lançado em maio de 2021, o usuário poderá conhecer, acompanhar e contribuir para o sucesso das ações propostas pelo Cofecon por meio das 18 Comissões e 10 Grupos de Trabalho em exercício. O portal pode ser acessado pelo link www.cofecon.org.br/comissoes/

Temas como política econômica, desenvolvimento regional, empreendedorismo, papel da mulher economista, reforma tributária e redução da concentração de renda e da desigualdade são tratados de forma concreta pelas Comissões e Grupos de Trabalho do Cofecon, que apresentam projetos focados em dirimir problemas atuais e contribuir para uma sociedade mais justa e próspera.

“As comissões e grupos de trabalho, apenas por uma questão operacional, são relativamente restritos e comportam um número limitado de membros. Mas isso não impede que todos que tenham interesse nos temas tratados possam participar com sugestões e críticas, inclusive apresentando propostas”, afirma o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda.

Uma das principais funcionalidade do portal continua sendo o contato direto, por meio de formulário específico, com cada uma das comissões e dos grupos de trabalho. No ambiente virtual, as mensagens enviadas serão recebidas pelos coordenadores da comissão ou grupo de trabalho, que são responsáveis, junto aos demais membros, por avaliar a aplicabilidade das sugestões. Dúvidas ou críticas também poderão ser encaminhadas e serão igualmente avaliadas pelos encarregados

O ambiente é totalmente interativo e de fácil navegação. Ao acessar o link, o usuário é espontaneamente direcionado às áreas de interesse. Clique aqui, navegue e traga a sua contribuição para as ações do Sistema Cofecon/Corecons.

1.6.5 Campanha Dia do Economista

Em 2022, a campanha de valorização profissional em comemoração ao Dia do Economista teve o seu conceito firmado sobre três pilares: economista, desenvolvimento e sociedade. A campanha apresentou o economista como um dos principais protagonistas do desenvolvimento, beneficiando toda a sociedade

Além disso, no dia 13 de agosto, às 16 horas, foi realizada uma edição especial do Economia em Debate, tendo como tema “O Brasil desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida”. Alexandre de Freitas Barbosa, economista e historiador, autor do livro cujo título dá nome ao debate, foi o convidado especial

Outros projetos em comemoração ao Dia do Economista foram uma aula de Economia Política com a professora Rosa Maria Marques, da PUC/SP, o lançamento do Panorama da Economia, com posicionamentos extraídos das notas oficiais do Cofecon ao longo dos últimos dez anos, e o

Descomplicando a Economia, que aborda temas econômicos em formato de histórias em quadrinhos. O alcance orgânico da campanha foi de 195687.

Figura nº 3 - Campanha Dia do Economista no perfil @CofeconEconomia



O Cofecon apoiou iniciativas dos Conselhos Regionais tanto na produção de material virtual como na participação dos dirigentes federais em eventos nacionais.

1.6.6 Economia em Debate

A Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia realizou, ao longo de 2022, o Economia em Debate, com a participação de convidados economistas. Uma novidade, este ano, foi a participação de jornalistas de grandes veículos na mediação das lives. Confira abaixo:

- **O mais visualizado**

No dia 15 de setembro, foi feito o debate com assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, que incluiu uma coletiva realizada na sede do Cofecon. A transmissão contou com mais de 1,4 mil visualizações.

- **Um tema necessário e elucidador**

No dia 27 de maio, o tema da vez foi “Por um novo arcabouço fiscal”. O evento contou com os economistas Felipe Salto, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, e Igor Rocha, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. A mediação do evento foi feita pela jornalista Idiana Tomazelli, da Folha de S. Paulo.

- **Um tema que divide opiniões**

No mês de janeiro o Brasil recebeu uma carta-convite para ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), algo que vem sendo tentado há alguns anos. A medida tem vantagens e desvantagens para a economia brasileira e, para discuti-las, o Cofecon convidou os economistas Otaviano Canuto e Adhemar Mineiro para a edição do Economia em Debate, no dia 11 de março.

- **Debate ainda muito atual**

O economista Claudio Ferraz, expôs sobre o tema políticas públicas baseadas em evidências. A live também contou com a participação de Paulo Dantas da Costa, presidente eleito do Cofecon para 2023, Fernando de Aquino, conselheiro federal, e Eduardo Araújo, ex-presidente do Corecon-ES.

- **Um de perspectiva para o ano**

O ex-ministro Nelson Barbosa e o deputado federal Mauro Benevides Filho discutiram as perspectivas econômicas do Brasil em 2022. Também participaram do evento a jornalista Adriana Fernandes, repórter especial e colunista do jornal O Estado de S. Paulo; o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda; e o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto.

As notas oficiais produzidas em 2022, e disponíveis no site do Cofecon, foram as seguintes:

- Alternativas para superar a semiestagnação da economia brasileira;
- As armadilhas do ingresso do Brasil na OCDE;
- Pelo fim da guerra na Ucrânia;
- Por um novo arcabouço fiscal;
- Carta de João Pessoa (emitida por ocasião do XXVII SINCE).

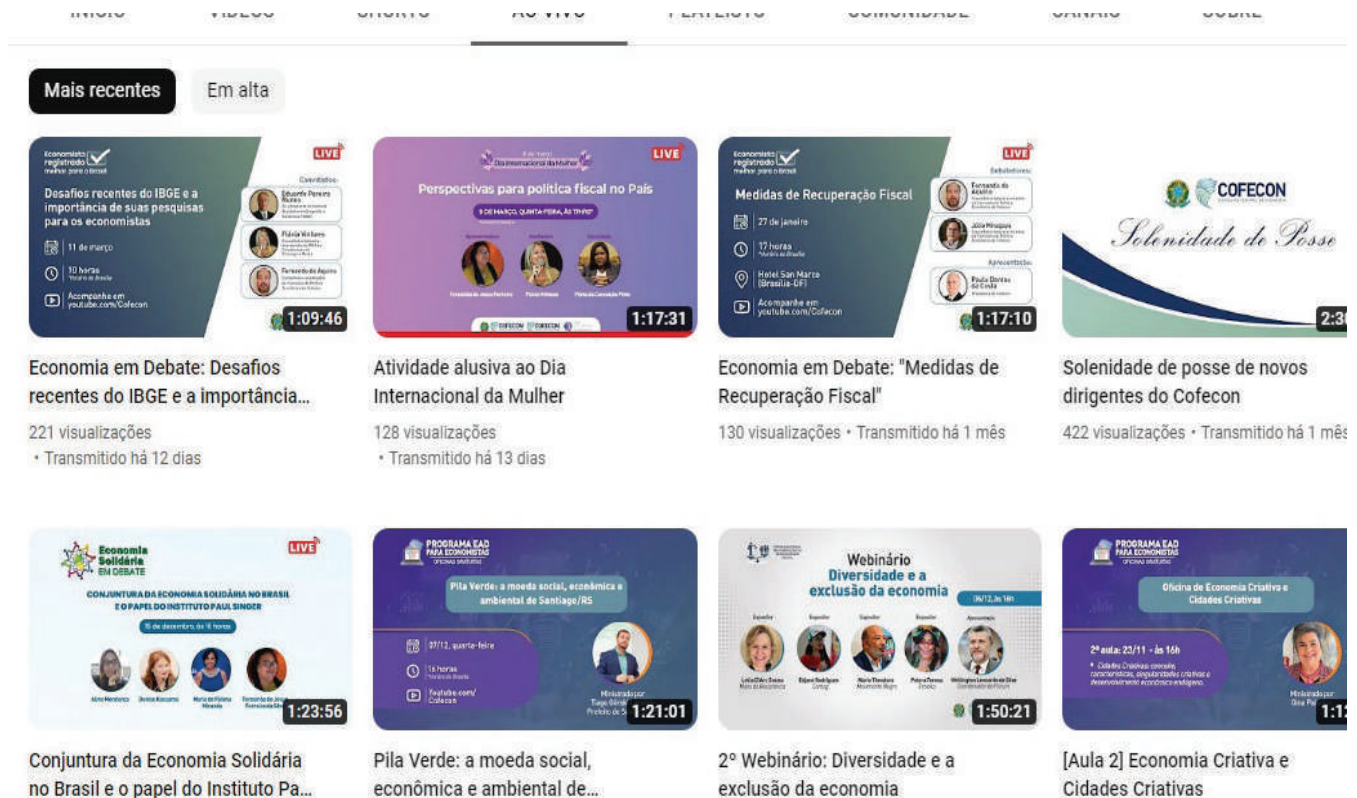
1.6.7 Eventos virtuais

Em 2022, o Cofecon deu continuidade ao modelo virtual para dialogar de forma segura sobre diversos temas econômicos. As transmissões ao vivo no YouTube foram pautadas no empreendedorismo, economia solidária, finanças pessoais, economia política, perícia, processos orçamentários, além de participação da mulher na economia, retomada do desenvolvimento, democracia, participação social, insegurança alimentar e pobreza.

Atualmente, o canal do Cofecon no YouTube conta com 5,25 mil inscritos e é um dos meios que utilizamos para fortalecimento do debate econômico e da profissão de economistas. O seminário dos assessores econômicos dos candidatos à presidência foi a live mais assistida no ano, somando mais de 1.4 mil visualizações. Assista ao debate aqui. <https://www.youtube.com/watch?v=rDhBCNVKEX0>

Outra iniciativa importante foi a realização de lives com os primeiros colocados das várias categorias do Prêmio Brasil de Economia 2020. Durante os encontros, os ganhadores apresentaram seus trabalhos e comentaram sobre o impacto do prêmio na trajetória profissional, além de dar dicas para os interessados em concorrer à premiação.

Figura nº 4 – Print lives



1.6.8. Ouvidoria

A Ouvidoria do Cofecon é realizada por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), disponível para acesso no sítio eletrônico da Autarquia, Portal da Transparência (<https://cofecon.org.br/transparencia/>).

Em 2022, o setor de Apoio Administrativo/ Atendimento aos Regionais do Cofecon atendeu 517 solicitações ou dúvidas de Corecons e do público em geral. Os funcionários realizaram 3.558 pesquisas por CPF/CNPJ por meio do sistema do SERPRO, vinculado à Receita Federal do Brasil, no sentido de averiguar os endereços atualizados de Economistas registrados com o fim de subsidiar os Corecons no desempenho de suas atividades de fiscalização.

1.7. Fatos externos relevantes: um ano de debate dos grandes temas nacionais e internacionais na área de economia

O debate tomou grandes dimensões em 2022 e temas ligados à economia e ao dia a dia do brasileiro tiveram ainda mais destaque. Cumprindo as atribuições dadas pela Lei 1.411/51, o Cofecon convidou os economistas e a sociedade para debater o futuro do País no pós-pandemia.

Iniciativas recentes, como a PEC 108/2018, finalmente retirada de tramitação, e outras propostas apresentadas durante a pandemia no âmbito das Assembleias Legislativas demonstram o desconhecimento em relação à função dos Conselhos de Fiscalização Profissional. Por isso, no ano de 2022 foi dado ênfase à importância das nossas instituições, realçando três atribuições dadas pelo Art. 7º da Lei 1411: contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional; promover estudos e campanhas em prol da racionalidade econômica do país; e servir de órgão consultivo do governo em matéria de economia profissional.

O ano foi marcado por eleições gerais no Brasil. Assim, o Cofecon realizou debate com os

assessores econômicos dos vários candidatos à Presidência da República. Os debates pressupõem uma via de mão dupla, na qual o Cofecon não apenas ouviu as propostas de cada candidatura, mas também apontou aquilo que vê como prioridade, dentro da boa técnica econômica.

Fazer com que os candidatos conheçam a função, as atribuições, as sugestões e a importância dos Conselhos de Economia é uma atividade fundamental para prevenir novas ações como a PEC 108 que, por desconhecimento, ameaçam a garantia que os Conselhos representam para toda a sociedade.

Além de realizar nossa função precípua de regulação e fiscalização da profissão, buscamos ampliar nossa participação no debate dos grandes temas nacionais e internacionais no que se refere à nossa área de atuação

Realização do SINCE

Foram quatro anos de espera. O XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE) deveria ter acontecido em 2020, no marco das comemorações do centenário do economista paraibano Celso Furtado. A capital, João Pessoa, se preparou para receber os economistas. As medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, no entanto, forçaram o adiamento do evento – normalmente realizado com periodicidade bienal, nos anos pares.

Uma nova onda da pandemia, em 2021, fez com que o outro grande evento do Sistema Cofecon/Corecons – o Congresso Brasileiro de Economia – ocorresse de forma totalmente virtual. “Fizemos muitas atividades on-line, workshops, cursos e seminários, e até mesmo o Congresso Brasileiro de Economia”, destacou o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, na abertura do XXVII SINCE. “Os eventos realizados nos últimos três anos revelaram uma contribuição ao debate dos grandes temas nacionais. Entendemos que este é o nosso papel”.

O avanço da vacinação e o retorno gradual às atividades presenciais tornou possível a realização do evento em João Pessoa, nos dias 02 a 04 de novembro, tornando-se o SINCE do reencontro. O evento é um dos mais importantes espaços de debates do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia. Nele geralmente são discutidos a formação e o mercado de trabalho dos economistas, o aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons e a realidade econômica, política e social do Brasil.

O tema do evento foi o papel do Sistema Cofecon/Corecons na superação da crise e retomada do desenvolvimento. “A escolha do tema mostra o compromisso do economista com a realidade econômica, social e ambiental. É uma oportunidade ímpar para os profissionais discutirem os aspectos da conjuntura e os instrumentos da ciência econômica para a retomada do desenvolvimento”, afirmou o coordenador do evento, Celso Pinto Manguiera.

A noite de abertura teve também a palestra magna do evento, proferida pelo economista Carlos Pinkusfeld Bastos, diretor-presidente do Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Ele falou sobre o debate ausente, mas necessário – em sua visão, a superação da crise não havia ocupado suficiente espaço no debate econômico e eleitoral.

“Raúl Prebisch via uma distinção muito forte entre centro e periferia e falava que as condições aplicadas ao centro não podem ser as mesmas para a periferia, porque temos particularidades. São condições diferentes. Todos tinham na cabeça que a periferia precisava crescer mais rápido que o centro para se aproximar dele. Essa é a ideia básica da CEPAL”, expôs Bastos. “Ela nasceu no bojo de algo mais amplo, que foi a teoria do desenvolvimento, que surgiu com a descolonização, e acabou

fundamentando a forma dominante de manejar a política econômica abaixo do Equador no pós-guerra, e é muito herdeira da economia política clássica”.

Bastos abordou períodos diferentes da história econômica brasileira. Até 1930, havia um modelo primário exportador e um crescimento da ordem de 4%. No período Vargas e pós-guerra vem

o desenvolvimentismo – um fenômeno que ocorreu no mundo, e não apenas no Brasil. Dos anos 80 a 2002, vem um crescimento abaixo de 2%; entre 2004 a 2012, um crescimento superior a 4%; e, desde 2013, um crescimento médio de 0,3%, uma crise descolada do cenário mundial.

Ao questionar se as ideias de Prebisch ainda valem, apontou para as cadeias globais de valor, onde é cada vez mais difícil competir nas escalas mais baixas com os salários pagos em países mais pobres. “O novo Prebisch é subir na cadeia de valor. Não se pode entrar por baixo. Precisamos entrar do meio para cima”.

Ainda na noite de abertura, o Cofecon entregou o XXVIII Prêmio Brasil de Economia. Foram R\$ distribuídos 18 mil reais aos autores de trabalhos reconhecidos em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação.

Painéis temáticos

O evento contou com três diferentes painéis temáticos, realizados no dia 04 de novembro. No primeiro deles, André Tosi Furtado – filho do célebre economista paraibano – falou sobre o legado de seu pai como fonte de inspiração nas formulações de políticas de desenvolvimento em níveis regional e nacional.

O economista pontuou que a atuação de Celso Furtado não se limitou a recomendar a industrialização acelerada para o Brasil. Ele foi além, relevando que a indústria não era o único caminho para resolver os problemas do subdesenvolvimento. “A realidade atual nos coloca desafios que precisam ser adequadamente entendidos, a economia brasileira entrou num processo de crescente abertura, a globalização implicou numa perda de poder de intervenção do estado na economia, porém isso não quer dizer que o Estado deixou de ser importante”, ressaltou. “Os jovens devem buscar pensar fora dos sistemas de pensamento dominantes, que são tão onipresentes na ciência econômica.”

Outro painel temático discutiu uma Agenda de Desenvolvimento para o Nordeste. A conselheira federal Ana Claudia Arruda argumentou que algumas das alternativas para a agenda de desenvolvimento são dar continuidade a projetos no transporte e no turismo, manter uma política fiscal voltada para industrialização e executar investimentos produtivos. Ela concluiu a exposição dizendo que “é preciso romper o ciclo vicioso do subdesenvolvimento, não só do Nordeste, mas do Brasil como um todo”.

Francisco Nunes, presidente do Corecon-PB, explicou a criação do Farol de Desenvolvimento da Paraíba, uma iniciativa de lideranças, empresários, universidades, o Fórum Celso Furtado para o Desenvolvimento e conselhos profissionais como o próprio Corecon. “Apresentamos há duas semanas aos candidatos ao governo da Paraíba as nossas expectativas, que esse Farol pode ser um colaborador permanente nas formulações das políticas de governo e que estamos propondo um diálogo”, contou.

Reinaldo Dantas Sampaio, vice-presidente do Corecon-BA, falou sobre a geografia da fome, remetendo à obra de Josué de Castro. “Há 70 anos, a renda per capita dos estados nordestinos está invariavelmente situada na metade da renda per capita brasileira. O trabalho humano é o principal fator de geração de riqueza de qualquer sociedade”, argumentou. “É preciso tornar produtivo esse enorme contingente humano que está fora das práticas modernas de produção e tem ficado mais distanciado devido às tecnologias”.

No mesmo dia ocorreu o Fórum da Mulher Economista, que chegou à sua sexta edição. Tânia Cristina Teixeira, a primeira a falar, apresentou dados relacionados à economia do trabalho. “O etarismo é um processo silencioso, mas que muitas vezes impede que a mulher se mantenha no ambiente de trabalho e dificulta que ela dê continuidade aos projetos e lutas”, criticou.

Já a economista Cristiane David frisou a necessidade de superar obstáculos e desfazer os estereótipos ligados à imagem da mulher. “Encontramos muito o discurso estereotipado da figura feminina. Ainda há algumas percepções de que a mulher ou é ‘mandona’ ou ‘boazinha’ demais.

Então, esse tipo de julgamento é um impeditivo para que haja mais mulheres ocupando cargos de liderança”, frisou.

A conselheira federal Ana Claudia Arruda apresentou perguntas e reflexões sobre a escassez de mulheres na economia e trouxe os conceitos de ‘ piso-pegajoso’ e ‘teto de vidro’. “Eu consegui exercer a profissão fazendo trabalhos de campo, trabalhei no Sebrae coordenando pesquisas, fazendo vários trabalhos que me levaram a formação de economista. Além disso, fiz mestrado e doutorado. Tudo isso me compôs e me formou como economista. Não é nada fácil construir uma carreira, os desafios são muito grandes e se a mulher não encontra um campo ou subcampo atraente a recusa é muito grande”, explicou.

Gincana Nacional de Economia

Paralelamente ao XXVII SINCE foi realizada a XI Gincana Nacional de Economia. A competição reúne estudantes, que medem conhecimentos e simulam situações práticas por meio de um jogo on-line. Durante dois dias eles competiram em fases de grupos, repescagem, semifinal e final. Além da competição em si, o evento permite a interação entre alunos de diversas partes do Brasil.

“Trabalhamos para construir um novo jogo, diferente do que foi apresentado no ano passado, quando a Gincana ocorreu de forma virtual. Espero que esta experiência seja muito proveitosa”, afirmou o conselheiro federal Carlos Alberto Safatle, coordenador desta edição da Gincana, ao recepcionar os estudantes.

Daniel de Carvalho Vallejo e Anario Queiroz Barroso Neto, da Universidade Federal do Ceará, foram os grandes campeões, dividindo um prêmio de R\$ 2,5 mil. Como curiosidade, em onze edições da Gincana, onze universidades diferentes obtiveram o primeiro lugar.

Em segundo lugar ficaram Juan Felype Matias Silva e Rafael Ferreira Dall’agnol, da Universidade de Brasília, com um prêmio de R\$ 2 mil. Na terceira colocação, Marcos Vinicius Neri Da Silva e Tomaz Silva De Matta Ribeiro, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, receberam a premiação de R\$ 1.500. Em quarto lugar, Saulo Henrique Da Rocha Gonçalves Miranda, da Universidade Federal do Piauí, recebeu R\$ 1.000.

Propostas do SINCE

As discussões nos grupos de trabalho envolveram palestras sobre temas específicos e propostas que foram votadas pelos delegados presentes em cada grupo. Cada delegado, com direito a voto, é inscrito pelo respectivo Corecon ou pelo Cofecon, conforme a quantidade a que cada um tem direito. Na inscrição, eles escolhem participar de um dos grupos de trabalho.

As propostas aprovadas nos grupos são levadas à plenária final do evento, onde são votadas pelo conjunto de todos os delegados presentes. Caso também haja aprovação nesta instância, elas são levadas ao Cofecon para que sejam distribuídas à comissão responsável para os encaminhamentos pertinentes.

CARTA DE JOÃO PESSOA – DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO BRASIL

O grupo de trabalho que discute a realidade econômica, política e social do Brasil não leva propostas ao Cofecon, mas apresenta uma carta, cujo conteúdo é analisado e votado pelo conjunto dos economistas. A carta foi aprovada nos seguintes termos:

Seguindo atribuições legais de “contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica” e “servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional” [Lei Federal nº1.411 – Art.7º], o Cofecon, ao lado dos Corecons, neste XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), realizado em João Pessoa (PB), de 2 a 4 de novembro de 2022 – diante

do cenário internacional instável, como efeitos adversos de crises geopolíticas e sanitárias, com perda do protagonismo brasileiro, num quadro em que o país está de volta ao mapa da fome, milhões de trabalhadores sem emprego ou em subemprego e o endividamento insustentável das famílias e empresas – identifica, como o maior desafio do próximo governo, restaurar instituições e políticas públicas que possibilitem a governabilidade do país voltada para a promoção de elevado crescimento econômico, inclusivo, sustentável, com estabilidade de preços e aumento do bem-estar. O êxito nesse desafio dependerá de uma série de ações, dentre as quais consideramos as mais importantes:

a – Instituir um novo arcabouço fiscal, que acomode política anticíclica e de promoção dos investimentos, da produtividade e da redução das desigualdades. Redefinir o conjunto de regras fiscais, revogando o teto de gastos que, além de disfuncional, é um mecanismo que inviabiliza qualquer política social ou de crescimento, ao longo do tempo, na medida em que a população cresce, aumentando a demanda por essas políticas, o PIB cresce, expandindo a capacidade de financiamento, enquanto gastos per capita e em relação ao PIB vão ficando cada vez menores.

b – Manter o controle da inflação com taxas de juros menores, por duas linhas de ação. Por um lado, o governo agindo diretamente nos mercados do setor real, com medidas como mudar a política de preços da Petrobras; fazer alterações em impostos indiretos, como os de exportação e importação; recompor estoques regulatórios e estruturar uma matriz energética mais barata e limpa. Por outro lado, fazer interlocuções com o Banco Central para ajustes no modelo de política monetária que permitam praticar taxas de juros mais baixas com efeitos satisfatórios no controle inflacionário.

c – Reaver ativos e investimentos das estatais estratégicas, com avanço nas cadeias produtivas, revertendo a atual estratégia de desmonte, garantindo capacidade de desenvolvimento científico, tecnológico e social. No caso da Petrobrás, alterar a política de formação de preços, que privilegia a distribuição de dividendos, em detrimento dos consumidores, dos projetos de investimento da própria empresa e de sua função social.

d – Realizar reforma tributária que promova a simplificação, reduza a insegurança jurídica e institua a progressividade prevista na Constituição Cidadã de 1988, particularmente com impostos sobre grandes patrimônios, em particular atualizar e melhorar a fiscalização do Imposto Territorial Rural, movimentações financeiras e lucros e dividendos distribuídos, este último com grande potencial arrecadatório, como uma das formas de financiamento das urgentes políticas sociais.

e – Promover o crescimento da renda e o pleno emprego com investimentos em infraestrutura, públicos e por concessão ou PPP, retomada do Programa Minha Casa Minha Vida em grande escala e concessão de crédito, pelos bancos públicos, com taxas significativamente mais baixas. O crédito deve ser direcionado, preferencialmente, a projetos de investimentos de grande potencial de encadeamento e geração de emprego, a consumidores e a micro e pequenas empresas. Tais políticas devem ser mais intensas em locais de renda per capita menor e mercado de trabalho mais frágil, com o propósito de reduzir as desigualdades regionais.

f – Revisar a legislação trabalhista e previdenciária, revogando os itens que facilitam a disseminação do trabalho precário, garantindo os direitos aos milhões de trabalhadores que estão nestas condições.

g – Propiciar o crescimento da produtividade, com persistente aumento da qualidade do ensino em todos os níveis; maiores investimentos públicos e incentivos a privados, em ciência, tecnologia e inovação, com maior articulação entre empresas e centros de pesquisa e condicionados a avaliações e metas. Essencial identificar setores estratégicos, como economia digital, de baixo carbono e níveis de grande conteúdo tecnológico nas cadeias globais de valor.

h – Implementar políticas públicas que reduzam a desigualdade social, começando pelo combate à fome, que atinge 33 milhões de brasileiros. Importa fortalecer os programas assistenciais,

compensatórios das carências dos segmentos mais vulneráveis, retomando o Bolsa Família, que é vinculado à frequência escolar e vacinação e pode ser melhorado com sua manutenção temporária após ingresso no mercado de trabalho; o Farmácia Popular; o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o contínuo aprimoramento e abrangência do SUS, explorando todas as potencialidades de desenvolvimento tecnológico e social, no âmbito do complexo econômico industrial da saúde.

i – Incentivar a participação da mulher economista na sociedade. Desenvolver e estimular a capacitação das mulheres e jovens economistas com vistas a reduzir os entraves tais como: redução salarial e a baixa absorção da mão de obra feminina no mercado. Desenvolver uma agenda pela igualdade de gênero, de acordo com as recomendações do 5º objetivo da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável da ONU.

j – Fazer gestões junto ao Banco Central, para evitar medidas na área cambial que possam comprometer a estabilidade do sistema financeiro nacional e da taxa de câmbio. Nesse sentido, é fundamental revisar a nova legislação cambial para impedir a abertura de contas em moeda estrangeira no país por residentes e preservar o espaço legal para o controle dos fluxos de capitais estrangeiros.

k – Implementar política de desenvolvimento da agricultura familiar, com a democratização do acesso à terra por meio de uma reforma agrária agroecológica.

l – Colocar a questão ambiental no centro da agenda econômica de forma a garantir o desenvolvimento sustentável, combatendo o desmatamento e queimadas e enfrentando os desafios colocados pela emergência climática. Especial atenção deve ser dispensada à Região Amazônica, que deve ser explorada economicamente com projetos que não degradem os seus biomas.

Novos produtos

2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional

A 2ª edição do Guia de Orientação Profissional do Economista foi revista e ampliada em 2022. A publicação traz conteúdo essencial para atuação do profissional em diferentes áreas. O Guia é interativo, atualizado, visualmente bonito. Atualmente conta com mais de 9 mil visualizações.

O Guia apresenta:

Atividades desempenhadas pelos economistas

Links para os podcasts com entrevistas com economistas de diferentes setores, explicando sobre áreas de atuação e caminhos a seguir

Classificação Brasileira de Ocupações

Requisitos básicos para o exercício da profissão

Registro de mestres e doutores

Entre outros assuntos importantes.

Para baixar diretamente no seu celular, computador ou tablet, acesse: <https://bit.ly/3gHslZQ>

Figura nº 5 – Guia de Orientação Profissional



Descomplicando a Economia

A economia é comumente considerada um assunto complexo, de difícil acesso e que inclui um jargão próprio, o “economês”. Pensando nisso, o Cofecon lança o projeto “Descomplicando a Economia”, que tem como objetivo tornar os conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral.

Por meio de publicações semanais nos sites e nas redes sociais do sistema Cofecon/Corecons, em formato de quadrinhos, Dona Elda, Guilherme, Manoel e Isabela – nossos personagens – irão

conversar e explicar temas que fazem parte do dia a dia econômico de toda população.

A primeira tirinha teve como tema o desenvolvimento. Ao longo das dez publicações do ano, os 3 mais do Descomplicando a Economia:

1 - O termo mais curtido no Instagram:

O que é Deflação, <https://bit.ly/3M4xPOZ>, com 745 curtidas. Nesse episódio, Guilherme, que é estudante de economia, conversa com o pai sobre uma notícia de jornal. Nem sempre o que os jornalistas falam na TV é bem compreendido e por isso Sr. Manoel fez questão de perguntar.

2 - O termo que teve mais reencaminhamentos na rede:

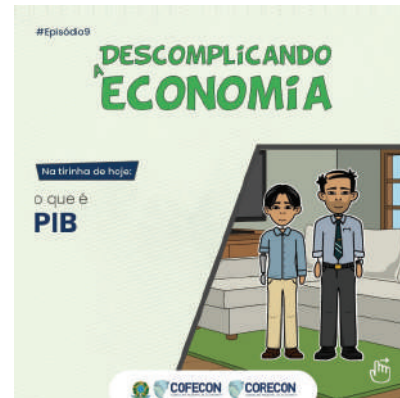
O que é Desenvolvimento, <https://bit.ly/3KkWXje>, com 260 reencaminhamentos. A família do Guilherme é mesmo interessada e nesta tirinha sua mãe, D. Elda, quer entender a diferença entre Desenvolvimento e Crescimento. Ela tem orgulho do filho estudante de economia, que brevemente irá contribuir para o desenvolvimento do país.

3 - O termo mais salvo no Instagram:

O que é PIB, <https://bit.ly/40QQHFB>, foi salvo por 62 pessoas, que irão, com certeza, reler a história em que Guilherme e Sr. Manoel estão novamente acompanhando o noticiário. Essa família gosta mesmo de se informar.

Para acessar todas as tirinhas que falaram sobre Semiestagnação, IPCA e INPC, Inadimplência versus Endividamento, Copom, Selic, Empréstimo Consignado e Commodity, acesse o link <https://bit.ly/40vEhTD>

Figura nº 6 – Descomplicando a Economia



Panorama da Economia

Quais os posicionamentos do Conselho Federal de Economia sobre assuntos como retomada econômica, salário mínimo, indústria, programas de transferência de renda, teto de gastos, privatizações, reformas e outros temas econômicos? No dia 15 de setembro o Cofecon lançou a publicação “Panorama da Economia: Posicionamentos extraídos das notas oficiais do Cofecon”, entregue aos assessores econômicos e jornalistas que participaram do seminário realizado naquela data, no qual diversas candidaturas à Presidência da República apresentaram seus programas econômicos.

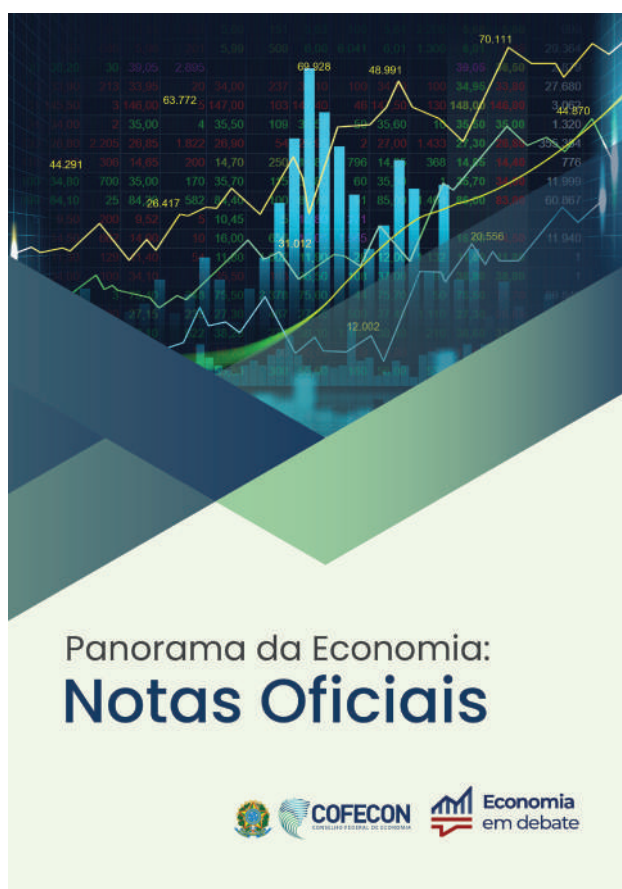
“O Cofecon produziu este Panorama da Economia, que é um extrato dos seus principais posicionamentos no que se refere à política econômica. Estamos entregando para os nossos colegas assessores econômicos dos candidatos, porque representa aquilo que pensamos no âmbito do

Sistema Cofecon/Corecons”, expressou Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Conselho Federal de Economia, durante o evento.

A publicação expressa o pensamento do Cofecon por meio de notas publicadas nos últimos dez anos. Este período permite, inclusive, ler algumas das notas com o olhar distanciado pelo tempo transcorrido e verificar o que aconteceu depois. Alguns dos assuntos aparecem de forma destacada, tais como o teto de gastos; outros, embora não tenham sido o principal objeto de alguma nota ou deliberação do plenário, também são mencionados várias vezes – como é o caso das privatizações.

O plenário do Cofecon é composto por 18 conselheiros efetivos e igual número de suplentes. Em um grupo heterogêneo – e que muda com o tempo – é natural que surjam opiniões divergentes sobre determinados assuntos. Por isso, as notas oficiais emitidas pela Autarquia refletem posicionamentos que foram objeto de debate entre os conselheiros, sempre em busca de fortalecer o debate entre economistas e consolidar o papel do profissional diante de outros órgãos, imprensa e sociedade.

Figura nº 7 – Panorama da Economia



A Newsletter consolidou fatos importantes da semana no Sistema Cofecon/Corecons e o clipping diário consolidou a importância dos membros do Conselho em questões de relevância regional e nacional. O podcast Economistas chegou à 70ª edição com excelente avaliação:

- 332 minutos de conteúdo novo.
- O conteúdo foi ouvido em 11 países, sendo Brasil, Portugal, Canadá, Irlanda e Paraguai os 5 primeiros da lista.
- O compartilhamento dos episódios se dá por WhatsApp, Instagram, link direto entre outros. O número de ouvintes em 2022 aumentou em 170% em relação ao ano anterior.

Figura nº 8 – Artes da capa do Guia, print News e print Clipping e podcast



1.8. Modelo de negócios

O Conselho Federal de Economia recebeu, no Art. 7º da Lei 1.411/51, dez atribuições (alíneas “a” a “j”). Dentre elas, sete são de caráter interno e dizem respeito à própria organização e à dos Conselhos Regionais de Economia (alíneas b, c, d, e, f, h e i). Levando em conta que a arrecadação do Cofecon provém dos Conselhos Regionais de Economia, a autarquia promove encontros de funcionários, um espaço de capacitação e troca de experiências para que cada Corecon possa realizar melhor as suas atividades, prestando um melhor serviço ao economista que se encontra na ponta.

As demais atribuições, que têm caráter externo, são as seguintes:

Alínea a: contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;

Alínea g: promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;

Alínea j: servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

A fim de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País, o Conselho Federal de Economia promove, em suas sessões plenárias, a discussão de temas da conjuntura econômica, emitindo notas oficiais sobre o tema debatido. As notas são divulgadas à imprensa e aos interessados.

Além disso, todos os anos é realizado o Prêmio Brasil de Economia, certame que reconhece as melhores produções técnicas dos economistas em cinco áreas: livro de economia, dissertação de mestrado, artigo técnico/científico e monografia de graduação, e em 2022, artigo temático. O melhor trabalho em cada uma destas áreas recebe um prêmio em dinheiro.

Entre os estudos e campanhas realizados em prol da racionalização econômica do País, destaca-se a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social, dirigida pelo Cofecon, com a parceria de cerca de 30 entidades dos mais variados segmentos.

CAPÍTULO 2

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

2.1. Estrutura de governança da entidade

A estrutura de governança do Conselho Federal de Economia é composta pelas Comissões Permanentes de Licitação e de Tomada de Contas, instituídas pela Resolução nº 1832 de 30 de julho de 2010, Regimento Interno do Cofecon, bem como pela Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão:

Art. 58. O Plenário do Cofecon, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 1(um) ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 3 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo Cofecon e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do Cofecon e dos Conselhos Regionais, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema Cofecon/Corecons.

§ 2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões.

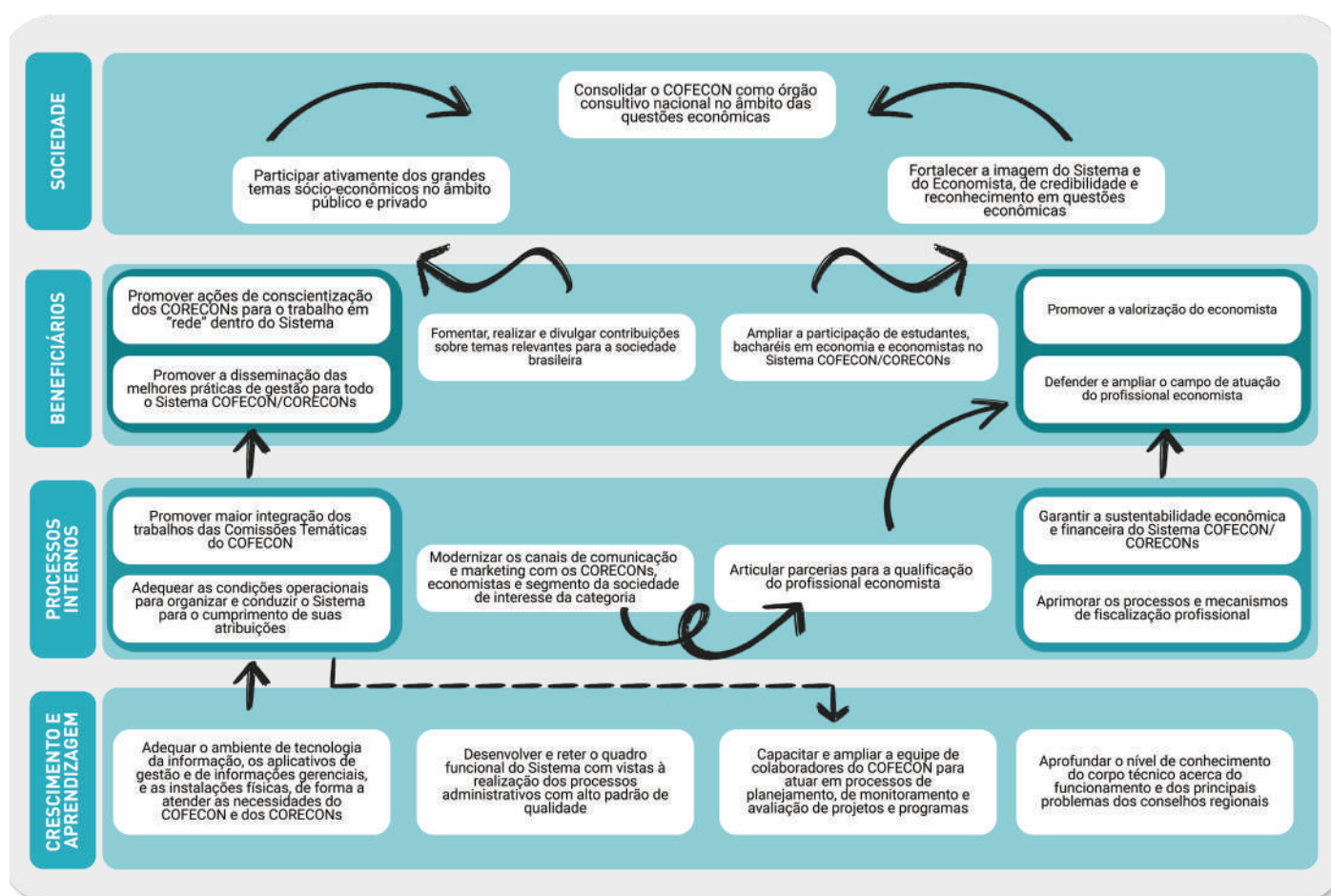
§ 3.º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4.º A Comissão de Licitação será constituída de três membros, sendo um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e dois funcionários permanentes do Cofecon, com mandato de 1(um) ano, inadmitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com 2 (dois) Suplentes, um do plenário e um do quadro de funcionários do Cofecon, com a competência para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da Lei federal nº 8.666/93.

§5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema Cofecon/Corecons e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado.

§6º As Comissões Temáticas serão criadas a qualquer tempo, quando motivação pertinente justificar, delas podendo participar profissionais que não integram o Plenário.

Figura nº 9 - Mapa Estratégico



2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade

O processo de planejamento estratégico do Cofecon para o exercício de 2022 representou o desdobramento de ações que passaram a ser executadas no Sistema Cofecon/Corecons com o objetivo de garantir o futuro de nossas entidades, sejam elas de caráter permanente ou extraordinário. As ações desenvolvidas nesta gestão foram divididas nos seguintes grupos: ações institucionais com o objetivo de fortalecer a imagem do Cofecon e de economistas junto à sociedade e ações administrativas

2.3. Principais objetivos estratégicos

MISSÃO: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Perspectiva SOCIEDADE

- 1) Consolidar o Cofecon como órgão consultivo nacional no âmbito das questões econômicas;
- 2) Fortalecer, junto à sociedade, uma imagem do Sistema e do Economista de credibilidade e reconhecimento em questões econômicas;
- 3) Participar ativamente dos grandes temas socioeconômicos no âmbito público e privado.

Perspectiva BENEFICIÁRIOS

- 4) Promover ações de conscientização dos Corecons para o trabalho em “rede” dentro do Sistema;
- 5) Promover a disseminação das melhores práticas de gestão para todo o Sistema Cofecon/Corecons;
- 6) Fomentar, realizar e divulgar contribuições sobre temas relevantes para a sociedade brasileira;
- 7) Ampliar a participação de estudantes, bacharéis em Economia e economistas no Sistema Cofecon/Corecons;
- 8) Defender e ampliar o campo de atuação do profissional economista;
- 9) Promover a valorização do economista.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

- 10) Modernizar os canais de comunicação e marketing com os Corecons, economistas e segmentos da sociedade de interesse da categoria;
- 11) Promover maior integração dos trabalhos das Comissões Temáticas do Cofecon;
- 12) Articular parcerias para a qualificação do profissional economista;
- 13) Aprimorar os processos e mecanismos de fiscalização profissional;
- 14) Garantir a sustentabilidade econômica e financeira do Sistema Cofecon/Corecons;
- 15) Adequar as condições operacionais para organizar e conduzir o Sistema para o cumprimento de suas atribuições.

Perspectiva CRESCIMENTO E APRENDIZAGEM

- 16) Promover contínua modernização do ambiente de tecnologia da informação, dos aplicativos de gestão e de informações gerenciais, e das instalações físicas, de forma a atender as necessidades

do Cofecon e dos Corecons;

17) Desenvolver e reter o quadro funcional do Sistema com vistas à realização dos processos administrativos com alto padrão de qualidade;

18) Aprofundar o nível de conhecimento do corpo técnico acerca do funcionamento e dos principais problemas dos Conselhos Regionais;

19) Promover a contínua capacitação da equipe de colaboradores do Cofecon para atuar em processos de planejamento, de monitoramento e avaliação de projetos e programas.

Os objetivos estratégicos do Cofecon são executados por meio de projetos coordenados pelas Comissões Permanentes e Temáticas e Grupos de Trabalho, cujas atribuições e atividades são apresentadas a seguir.

2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas

ATIVIDADES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Comissão de Tomada de Contas

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros efetivos: João Manoel Gonçalves Barbosa (Presidente), Carlos Alberto Safatle e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa.

Suplentes: Maria de Fátima Miranda, Maurílio Procópio Gomes e Paulo Roberto Polli Lobo.

Interfaces no Cofecon: Antonio Tolentino.

A Comissão realizou avaliações de 29 tomadas de contas; 49 reformulações orçamentárias; 100 balancetes trimestrais; 22 prestações de contas de auxílios financeiros; e duas visitas (Corecon-PR e Corecon-RR) para fins de verificações de controles internos.

Comissão de Licitação

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal 8.666/1993.

Membros efetivos: Eduardo Rodrigues da Silva (Presidente), Jane Lopes da Silva e Lilian de Souza Barbosa.

Membros Suplentes: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior.

Interfaces no Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto e Lilian de Souza Barbosa.

O número de licitações realizadas ao longo de 2022 mais do que dobrou em relação a anos anteriores. Este quadro se deve em parte ao vencimento dos prazos dos contratos e em parte ao processo inflacionário vivido no Brasil, o que levou à recusa de várias empresas em aceitar prorrogações.

Entre os destaques estão a contratação do sistema eleitoral das votações do Sistema, a auditoria do processo eleitoral, a compra de um novo software para realização da edição de 2022 da Gincana Nacional de Economia, a aquisição de equipamentos de filmagem, o cartão de alimentação dos funcionários do Cofecon, placas comemorativas, materiais de expediente, entre outros itens.

Comissão de Política Econômica

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial.

Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas. Estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.

Membros: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coodenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr. (in memoriam), Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Heric Santos Hossoé, João Manoel Gonçalves Barbosa, Júlio Miragaya, Lauro Chaves Neto, Roberto Bocaccio Piscitelli, Ricardo Coimbra, Tânia Cristina Teixeira, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Renata Reis Almeida.

Os debates promovidos em 2022 foram:

- Perspectivas econômicas para 2022, no dia 27 de janeiro, com o ex-ministro Nelson Barbosa e o deputado federal Mauro Benevides Filho;
- Políticas públicas baseadas em evidências, no dia 16 de fevereiro, com o economista Claudio Ferraz;
- Os prós e contras da entrada do Brasil na OCDE, no dia 11 de março, com os economistas Otaviano Canuto e Adhemar Mineiro;
- Um novo arcabouço fiscal, no dia 27 de maio, com os economistas Felipe Salto e Igor Rocha;
- Seminário com assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, no dia 15 de setembro, incluindo uma coletiva realizada na sede do Cofecon.

As notas oficiais produzidas em 2022, cujo teor encontra-se no Anexo 1, foram:

- Alternativas para superar a semiestagnação da economia brasileira;
- As armadilhas do ingresso do Brasil na OCDE;
- Pelo fim da guerra na Ucrânia;
- Por um novo arcabouço fiscal;
- Carta de João Pessoa (emitida por ocasião do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia).

Por meio da Comissão, foi publicado o Panorama da Economia, com um extrato das posições do Cofecon sobre vários assuntos econômicos nos últimos dez anos. A publicação foi entregue aos assessores econômicos dos presidentiáveis e distribuído entre a equipe de transição do novo governo.

Também foi aprovada uma parceria entre o Cofecon e o Centro Internacional Celso Furtado para a promoção de debates, na qual o Conselho poderá indicar debatedores e apoiará a divulgação dos debates em seus canais na internet.

Comissão de Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativos

Atribuições: Coordenar e articular as relações institucionais do Conselho Federal de Economia. Promover o diálogo com entidades nacionais e internacionais. Consolidar e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada. Acompanhar a tramitação de projetos de lei que afetem o campo de atuação dos Economistas. Promover entendimentos entre o Conselho Federal de Economia e os Conselhos Federais de Administração e de Contabilidade no que se refere aos projetos de lei que visam a atualização da legislação das profissões, com foco no campo de atuação.

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Paulo Dantas da Costa (Vice-Coordenador), João Manoel Gonçalves Barbosa, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Renata Reis Almeida.

No início do ano o coordenador da comissão entrou em contato com diversas assessorias parlamentares para que o Cofecon pudesse ser ouvido nas audiências públicas que tratam de temas referentes à economia e à profissão de economista.

No mês de abril o Cofecon participou do Seminário da Frente Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais. O evento ocorreu no Auditório Freitas Nobre, no Anexo IV, e teve como tema “O compromisso dos Conselhos e Ordens profissionais com a sociedade brasileira”.

Em junho, o presidente do Cofecon participou da mesa de abertura no seminário internacional “O papel do financiamento na retomada do crescimento da economia brasileira”. O evento ocorreu na Câmara dos Deputados e o presidente do Cofecon participou de forma remota.

Em agosto, no plenário 13 da Câmara dos Deputados, foi realizado um encontro sobre geopolítica e economia internacional. O presidente do Cofecon foi um dos debatedores, junto ao embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, também economista.

Em setembro, Lacerda teve uma reunião com o presidente da Ordem dos Economistas de Portugal para discutir a assinatura de um termo de reciprocidade entre as duas instituições; em seguida, participou como debatedor na mesa da conferência “Os caminhos para um novo pacto educativo e econômico: construindo pontes entre o centro e a periferia”, ministrada pelo padre Vilson Groh, no evento Economia de Francisco, em Assis, Itália. Na ocasião, externou a sua visão de uma economia humanitária voltada para o desenvolvimento do ser humano.

O Cofecon tem sido um participante ativo no Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), principal espaço de debates das autarquias de fiscalização, no qual os Conselhos deliberam sobre assuntos de interesse comum.

Comissão de Educação

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia.

Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as Universidades e com as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio. Articular e participar, juntamente com outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Membros: Carlos Alberto Safatle (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Denise Kassama Franco do Amaral, Fernando Tadeu Miranda Borges, Heric Santos Hossoé, Isabel Cristina Nogueira, Maria de Fátima Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Michele Lins Aracaty e Silva, Paulo Roberto de Jesus, Ricardo Silveira da Paixão e Waldir Pereira Gomes.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges, Renata Reis Almeida.

A XI Gincana Nacional de Economia teve sua etapa regional com duas fases. A primeira correspondeu a responder perguntas de economia e foi realizada simultaneamente em todo o Brasil. A segunda consistiu na produção de vídeos sobre o tema: “Aplicação do liberalismo na Economia Brasileira”. A etapa nacional foi realizada de forma presencial, em João Pessoa, por ocasião do XXVII SINCE, e consistiu num jogo que simulou diversas situações econômicas. Os ganhadores foram:

- 1º Lugar – R\$ 2.500,00: Daniel de Carvalho Vallejo e Anario Queiroz Barroso Neto (UFC);
- 2º Lugar – R\$ 2.000,00: Juan Felype Matias Silva e Rafael Ferreira Dall’agnol (UnB);
- 3º Lugar – R\$ 1.500,00: Marcos Vinicius Neri Da Silva e Tomaz Silva De Matta Ribeiro (UFRPE);
- 4º Lugar – R\$ 1.000,00: Saulo Henrique da Rocha Gonçalves Miranda (UFPI).

O XXVIII Prêmio Brasil de Economia distribuiu R\$ 18 mil a trabalhos concorrendo em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação. Ao todo, foram 63 trabalhos inscritos. Os resultados foram:

Livro de economia

- 1º Lugar (R\$ 8.000,00) – Alexandre de Freitas Barbosa: “O Brasil Desenvolvimentista e a Trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia”.
- 2º Lugar (Menção honrosa) – Gustavo Henrique de Barroso Franco: “Lições Amargas: Uma História Provisória da Atualidade”.
- 3º Lugar (Menção honrosa) – Adriano José Pereira e Ricardo Dathein: “A Dependência Tecnológica Brasileira”.

Artigo técnico/científico

- 1º Lugar (R\$ 4.000,00) – Benito Adelmo Salomão Neto: “Assimetrias e Causalidades entre Receitas de Despesas Públicas no Brasil: Uma Aplicação via Modelos NARDL”.
- 2º Lugar (Menção honrosa) - Carlos Augusto Graboys Gadelha: “O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma Visão Integrada do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental”.
- 3º Lugar (Menção honrosa) – Augusta Pelinski Raiher: “Criminalidade e Desvantagem Socioeconômica: uma Análise Espacial ao Longo dos Municípios do Brasil”.

Artigo temático – Estado, Economia e Democracia no Brasil

- 1º Lugar (R\$ 3.000,00) – Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado: “Um Ensaio Sobre Instituições Econômicas e Democracia em Perspectiva Histórica – O Debate Internacional e o Caso Brasileiro”.
- 2º Lugar (Menção honrosa) – Roberto Padovani: “Crises, rupturas e reformas no Brasil”.

Monografia de graduação

- 1º Lugar (R\$ 3.000,00) – Vicente Loeblein Heinen (UFSC): “Superpopulação Relativa no Brasil: Tamanho e Composição Entre 2012 e 2020”.
- 2º Lugar (Menção honrosa) - Giornni Paolinelli Raposo Duarte (UFMG): “O Nexa Água-Energia-Emissões na Matriz Elétrica de Minas Gerais: Impactos Econômicos e Ambientais”.
- 3º Lugar (Menção honrosa) - Izabelli Barreto Cardoso (UFF): “Análise dos Impactos Ambientais na Agropecuária no Centro-Oeste Brasileiro”.

O VII Desafio Quero Ser Economista teve um recorde de inscrições (3.789), sendo que os estados com mais inscritos foram Espírito Santo, Pernambuco e Ceará. O resultado final foi:

- 1º Lugar (R\$ 2.000,00): Milena Rafaela Duarte Farias de Lima, estudante do 1º ano do Colégio 3º Milênio, em João Alfredo, Pernambuco, com 1.660 pontos.
- 2º Lugar (R\$ 1.500,00): Maria Eduarda Justino da Silva, estudante do 3º ano do EREM Ageu Magalhães, em Recife, Pernambuco, com 1.600 pontos.
- 3º Lugar (R\$ 1.000,00): Ketlyn Caroline Kaybers da Luz, estudante do 1º ano da Escola Estadual São Francisco de Assis, em Aripuanã, Mato Grosso, com 1.600 pontos.

O projeto de Educação a Distância oferece oficinas capacitação sobre assuntos específicos e certificados de participação aos participantes inscritos. Ao longo de 2022 foram desenvolvidos os seguintes assuntos:

- Processos Orçamentários, com Odilon Guedes;
- Economia da Oralidade – Módulo 3, com Jorge Cury Neto;
- Economia Política, com Álvaro Carvalho;
- O Mercado dos Criptoativos e as Moedas Digitais, com Welinton dos Santos;
- Perícia Previdenciária, com Vilma Guimarães;
- Organizando Minha Vida Financeira, com Andreia Saragoça;
- Economia Política, com Rosa Maria Marques;
- Economia Criativa e Cidades Criativas, com Gina Paladino;
- A moeda social Pila Verde, com Tiago Gorski Lacerda.

A Comissão também analisou em 2022 um total de 24 processos de auxílios financeiros e revalidação/aprovação de registro de cursos conexos ao de Ciências Econômicas e apoiou o GT Responsabilidade Social e Economia Solidária na realização da primeira edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas e analisou processos para aprovar o registro de egressos de cursos conexos aos de economia.

Comissão de Comunicação

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecon e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar o Jornal e Revista do Cofecon.

Membros: Waldir Pereira Gomes (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-Cordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson de Lima Garófalo, Lauro Chaves Neto, Maria de Fátima Miranda e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis Almeida.

A Comissão de Comunicação, até mesmo por sua própria natureza, trabalha em parceria com as demais comissões, mas também possui seus produtos próprios.

Em 2022 a revista Economistas voltou a ser impressa, em tiragem reduzida, e continua sendo disponibilizada ao público em geral em plataforma interativa. A edição de março, que nos últimos anos tem sido dedicada às mulheres, teve como tema “O papel das Economistas” e contou com artigos de Luana Ozemela, Dirlene Silva, Ivone Maria da Silva, Flávia Vinhaes, Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Pâmela Sobrinho e Helena Siqueira Dornellas, além de uma entrevista com a economista Luciana Acioly.

Em junho a revista trouxe como tema “Uma profissão com incontáveis possibilidades”, abordando as várias possibilidades de atuação daqueles que são graduados em Ciências Econômicas. Os artigos abordaram campos de atuação emergentes, como economia comportamental, perícia, mediação e arbitragem, economia solidária, educação financeira e novas profissões do mundo virtual. Uma matéria especial abordou estas e outras atividades. Artigos especiais abordaram o desenvolvimento da profissão no Brasil, os economistas da Unicamp e a fome num mar de grãos.

Em setembro o tema de capa foi “Um novo sentido para a formação do economista”. A ênfase, desta vez, estava no curso de ciências econômicas e o que ele tem de especial para que os seus egressos possam atuar em tantas áreas diferentes. Os artigos da edição trataram sobre a formação

do economista em tempos de crises, desenvolvimento econômico e social e o papel do economista, bioeconomia, taxas de juros civilizadas e participação das mulheres. Uma entrevista especial com a economista Maria de Fátima Miranda abordou sua trajetória desde os anos da universidade.

A edição de dezembro abordou “Estratégias para o Próximo Governo”. Os artigos abordaram questões econômicas como os bancos públicos, política industrial, insegurança alimentar e política macroeconômica. Outros artigos abordaram o Índice de Miséria ampliado, o legado de Celso Furtado e as crises, rupturas e reformas no Brasil. O entrevistado desta edição foi o presidente do IBGE, Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto. Matérias especiais trataram do trabalho das comissões e do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia. Esta edição também contou com uma novidade: em comemoração ao Dia Nacional da Economia Solidária (15 de dezembro) foi publicado um caderno especial contendo artigos sobre o assunto e matérias sobre a economia solidária e o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.

Entre outros projetos, foi publicada uma edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional, que contém informações sobre o Cofecon, a legislação e uma série de campos de atuação profissional do economista, com links interativos para ouvir podcasts nos quais economistas falam sobre a sua atuação profissional.

O clipping e a newsletter se consolidaram entre o público do Cofecon. A cada manhã os usuários cadastrados recebem um envio com as principais notícias de economia do dia, bem como as participações do Cofecon e/ou Corecons em matérias publicadas por veículos de comunicação. Às sextas-feiras uma newsletter traz um resumo das principais participações do Cofecon na mídia, bem como das atividades desenvolvidas pela instituição.

O podcast Economistas, publicado com periodicidade semanal, já soma 70 episódios. Os assuntos variam desde as ações do Cofecon, passando por debates sobre assuntos econômicos específicos, tanto aqueles que estão na pauta de discussão econômica da semana quanto aqueles que envolvem um tema importante que o Cofecon queira apresentar à sociedade.

O projeto Descomplicando a Economia, lançado neste ano, explica conceitos econômicos de forma simples e acessível ao público em geral, utilizando pequenas histórias em formato de tirinhas e cards explicativos com alguns dos principais conceitos.

A campanha de valorização profissional desenvolvida em 2022 teve como tema o desenvolvimento. Os slogans adotados nas artes produzidas foram: onde tem desenvolvimento tem um economista; gerando riquezas pelo desenvolvimento do Brasil; desenvolvimento se faz com economistas; e gerando desenvolvimento com justiça social. Uma peça especial trouxe a imagem do economista Celso Furtado e uma frase sua: “desenvolvimento é ser dono do próprio destino”.

O setor de Comunicação produz também peças de divulgação de vários projetos do Cofecon, e foi disponibilizado aos Corecons um drive com os materiais produzidos pela equipe – inclusive alguns deles em formato aberto, para que possam ser adaptados pelos Regionais.

Comissão de Governança: Planejamento Estratégico, Transparência e LGPD

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons. Planejar, aperfeiçoar e apoiar ações de promoção da sustentabilidade do Sistema e dos processos de tecnologia e gestão.

Membros: Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Maria de Fátima Miranda (Vice-Coordenadora), Antonio Melki Jr. (in memoriam), César Augusto Moreira Bergo, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva, Fabíola Andréa Leite de Paula, Fernando Baptistella Fernandes, João Bosco Ferraz de Oliveira, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria do Socorro Erculano de Lima e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus.

Uma das abordagens da Comissão é a disseminação da cultura de transparência no Sistema Cofecon/Corecons. Para isso, é realizada uma pesquisa trimestral nos sites de cada Corecon e do próprio COFECON para verificar o que está sendo publicado e o que atende ou não às normas do Tribunal de Contas da União. Eventuais pendências são comunicadas formalmente aos Conselhos Regionais para providências.

A Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada em 2018, teve sua vigência total a partir de 2021. O atendimento à lei foi objeto de uma apresentação detalhada durante o XXVII SINCE, bem como de orientações do Cofecon aos Corecons em diversos momentos, seja por comunicados formais ou por reuniões virtuais. Recomendou-se a prática de treinamentos dos funcionários e dirigentes que são responsáveis por cuidar dos dados dos economistas registrados, dos colaboradores e de terceiros contratados pelo Sistema.

Outra novidade implementada em 2022 foi a carteira digital do economista (e-CIP). Para obtê-la, ele(a) deve possuir uma carteira de identidade profissional (CIP) em formato físico já emitida com um QR code e inseri-la em aplicativo próprio. Além disso, os economistas que solicitarem ao Corecon a renovação de sua carteira profissional recebem um certificado digital.

Ao trabalhar a sustentabilidade do Sistema Cofecon/Corecons, uma proposta surgida da Comissão foi aprovada pelo plenário e transformada em resolução. Cada Regional, a critério próprio, passa a poder aplicar um desconto de até 100% da anuidade no ano do registro; de 50% no segundo ano; e de 25% no terceiro ano.

A Comissão atuou também no Grupo Especial Modernização dos Corecons e trabalha num convênio com o Tribunal Regional Federal (TRF-04) para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos.

O coordenador, Clovis Benoni Meurer, participou em abril do Congresso Nacional de Dirigentes de Conselhos de Fiscalização Profissional (Fispro/2022), realizado em formato virtual; e o Cofecon concorreu com o projeto de governança na Conferência Nacional dos Conselhos.

Comissão de Normas e Legislação

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecon. Revisar e atualizar a Consolidação da legislação da Profissão do Economista.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Vice-Coordenador), Antonio Melki Jr (in memoriam), Fernando de Aquino Fonseca Neto, Maria do Socorro Erculano de Lima, Maurílio Procópio Gomes, Nei Jorge Correia Cardim, Pedro Afonso Gomes, Paulo Roberto Polli Lobo, Róridan Penido Duarte e Sérgio da Rocha Bastos.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto, Fábio Ronan Miranda Alves e Jane Lopes da Silva.

Os principais assuntos tramitados e deliberados dentro do âmbito da foram: aperfeiçoamentos no manual de arrecadação, especificamente no que diz respeito aos cálculos referentes aos débitos em atraso; aperfeiçoamento das regras de viagens a serviço; instituição da multa por obstrução ao exercício fiscalizatório (Lei 12.846/13); registro de mestres e doutores em economia; e aperfeiçoamento das normas de registro para padronização e compatibilização com as ferramentas tecnológicas.

O registro de mestres e doutores nos Conselhos Regionais de Economia foi um dos temas mais destacados do ano. A questão era discutida há longo tempo no âmbito do Sistema. De acordo com a resolução aprovada, eles poderão exercer as atividades referentes à sua área de pesquisa ou especialização.

A listagem completa das resoluções aprovadas pelo plenário do Cofecon encontra-se no Anexo 2.

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade fim de registro e fiscalização.

Membros: Paulo Roberto Polli Lobo (Coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coordenadora), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Carlos Alberto Safatle, Clovis Benoni Meurer, Maurílio Procópio Gomes e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto, Fábio Ronan Miranda Alves e Maria Aparecida Carneiro.

A Comissão de Fiscalização realizou um trabalho para dar mais agilidade à tramitação dos processos, de modo que eles possam ser analisados pelo plenário do Cofecon e devolvidos aos Conselhos Regionais de Economia num prazo de até 30 dias. Ao longo de 2022 foram julgados 201 processos referentes aos temas tratados na Comissão.

A comissão também fez parte do Grupo Especial Modernização dos Corecons, atuando no treinamento de fiscalização realizado nos dias 1º e 02 de junho. O evento, realizado por meio de ambiente virtual, contou com mais de 80 inscritos de todo o Sistema.

Comissão de Desenvolvimento Regional

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional. Promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: planejamento territorial, desenvolvimento regional ordenamento territorial. Participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema do desenvolvimento regional.

Membros: Heric Santos Hossoé (Coordenador), Lauro Chaves Neto (Vice-Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Gustavo Casseb Pessoti, Gustavo Souto de Noronha, José Júnior de Oliveira, Leonardo Alonso Rodrigues, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Ricardo Valério Costa Menezes, Sérgio da Rocha Bastos, Silvana Maria Parente Neiva Santos e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva e Maria Aparecida Carneiro.

O coordenador, Heric Santos Hossoé, representou a Comissão no 26º Encontro de Economistas da Região Sul, que foi realizado em Florianópolis junto ao 3º Encontro dos Peritos em Economia e

Finanças da Região Sul e tratou da inovação. Também representou a Comissão no XXXI Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste – ENE, que ocorreu em formato totalmente virtual.

Comissão de Previdência Complementar do Economista

Atribuições: Estudar a possibilidade de oferecer plano de previdência complementar aos economistas registrados no Sistema Cofecon/Corecons, podendo, adicionalmente, agregar outras categorias profissionais.

Membros: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Carlos Alberto Safatle (Vice-Coordenador), Antonio Melki Jr. (in memoriam), Jin Whan Oh, Pedro Afonso Gomes, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte e Vilma Guimarães

Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Renata Reis Almeida

O objetivo da comissão é estudar a possibilidade de oferecer aos economistas registrados no Sistema Cofecon/Corecons um plano de previdência complementar. Atualmente o Corecon-SP possui um convênio que permite a adesão de economistas registrados em outros Corecons.

Comissão de Reforma Tributária

Atribuições: Acompanhar o debate a respeito da Reforma Tributária. Influenciar as discussões a fim de que se construa um modelo socialmente justo e economicamente eficiente.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Paulo Roberto Polli Lobo (Vice-Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr. (in memoriam), Júlio Flávio Gameiro Miragaya e Odilon Guedes Pinto Junior.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Manoel José Castanho.

A reforma tributária é um assunto que sempre está no âmbito do parlamento. O Cofecon defende a necessidade de um modelo que tribute mais a renda e a riqueza e menos a produção e o consumo, promovendo justiça social. Ao longo dos últimos anos este posicionamento tem sido defendido em notas oficiais do Cofecon.

Neste sentido, a Carta de João Pessoa, aprovada no XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, não foi uma exceção. O item “d” aborda o assunto nos seguintes termos: “Realizar reforma tributária que promova a simplificação, reduza a insegurança jurídica e institua a progressividade prevista na Constituição Cidadã de 1988, particularmente com impostos sobre grandes patrimônios, em particular atualizar e melhorar a fiscalização do Imposto Territorial Rural, movimentações financeiras e lucros e dividendos distribuídos, este último com grande potencial arrecadatório, como uma das formas de financiamento das urgentes políticas sociais”.

O coordenador da Comissão, Paulo Dantas da Costa, enviou expediente à Câmara dos Deputados abordando o posicionamento do Cofecon em relação à reforma tributária.

Comissão de Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer as atividades de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem; Divulgar as atividades aos profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços; Promover a capacitação técnica e certificação de competência das especialidades (Consolidação, 4.3).

Membros: Maria de Fátima Miranda (Coordenadora), Paulo Dantas da Costa (Vice-Coodenador), André Luiz Koerich, Alex Antonio Andrade e Silva, Aristóteles da Rosa Galvão, Eduardo André Cosentino, Gustavo da Cunha Raupp, José Marcos de Campos, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior, Pedro Afonso Gomes, Tiago Jazynski e Vilma Guimarães.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Maria Aparecida Carneiro.

Um dos principais trabalhos da Comissão no ano foi a realização de dois ciclos de lives para abordar a experiência dos Corecons no trabalho com a área de perícia econômico-financeira. Ao todo, foram oito eventos virtuais, que contaram com a participação de 14 Corecons:

26/04 – Corecon-PE e Corecon-GO
03/05 – Corecon-MA e Corecon-RN
10/05 – Corecon-MG e Corecon-DF
17/05 – Corecon-PR e Corecon-RS
24/05 – Corecon-SP e Corecon-BA
13/09 – Corecon-SC e Corecon-PI
20/09 – Corecon-ES e Corecon-SE
27/09 – Corecon-SE e Corecon-PR

O economista José Marcos de Campos, integrante da comissão, realizou uma palestra sobre perícia econômico-financeira durante o XXVII SINCE, no grupo de debates de formação e mercado de trabalho do economista. Já a economista Vilma Guimarães apresentou uma oficina sobre Perícia Previdenciária por meio da plataforma de educação a distância do Cofecon.

Comissão Mulher Economista

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Membros: Mônica Beraldo Fabrício da Silva (Coordenadora), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coodenadora), Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Ana Carolina Rocha, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Bruna Furlanetto, Celina Martins Ramalho, Clician do Couto Oliveira, Denise Kassama Franco do Amaral, Desirée Custódio Mota, Fabíola Andréa Leite de Paula, Flávia Vinhaes Santos, Izabel Christina de Carvalho Colares Maia, João Manoel Gonçalves Barbosa, Lia Lopes Almeida, Maria Alejandra Caporale Madi, Maria Cristina de Araújo, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Nancy Gorgulho Chaves Braga, Pâmela Sobrinho, Roseli Farias, Silvana Parente, Tânia Cristina Teixeira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Waldir Pereira Gomes.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva e Renata Reis.

A Comissão Mulher Economista iniciou seus trabalhos em 2022 com a atualização dos questionários de pesquisa sobre a mulher economista. Em março houve uma live sobre o papel das economistas e empreendedorismo feminino.

Nos últimos anos tornou-se uma tradição no Cofecon dedicar a revista Economistas de março às mulheres. A edição teve como tema “O papel das economistas” e contou com uma entrevista especial, na qual Luciana Acioly, pesquisadora do IPEA, fala sobre a sua trajetória e as dificuldades que encontrou no caminho, além de discutir questões referentes à participação feminina nesta área do conhecimento.

Em agosto foi realizada uma live comemorativa do Dia do Economista, com o tema “Onde tem desenvolvimento, tem uma mulher economista”. As convidadas apresentaram suas áreas de atuação e o impacto que a mulher economista pode ter no desenvolvimento, organização e gestão de cada um dos setores. A live contou com as economistas Luciana Acioly, Vilma Guimarães, Daniele Freddo, Petula Ponciano, Mônica Beraldo e a estudante Júlia Cardoso.

A Comissão também participou das campanhas do Mês da Mulher e do Outubro Rosa. No XXVII SINCE, em João Pessoa, realizou o Fórum da Mulher Economista. Coordenado por Mônica Beraldo, o evento contou com participação das economistas Cristiane David, Tânia Teixeira, Ana Claudia Arruda e Nancy Gorgulho.

Por fim, a Comissão também trabalhou na realização dos prêmios Mulher Economista (entregue a Tânia Bacelar) e Mulher Transformadora (entregue a Joice Marques). No Prêmio Mulher Economista, dois dos nomes da lista inicial são indicados pela Comissão, sendo que o plenário do Cofecon escolherá dez dos nomes indicados para avançar à fase seguinte; já para a Mulher Transformadora são quatro nomes indicados pela Comissão de um total de 12 pré-selecionadas.

Comissão Ações Para a Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil

Atribuições: Estudar as principais causas da desigualdade social no Brasil com o intuito de propor políticas públicas que reduzam o problema no Brasil. Avaliar os impactos da concentração de renda e riqueza no País. Coordenar o Fórum pela Redução da Desigualdade Social.

Membros: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador), Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Vice-Coordenadora), Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Reis Araújo, Fabíola Andréa Leite de Paula, Heric Santos Hossoé, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Odisnei Antônio Béga.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Renata Reis Almeida.

A comissão coordena o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, movimento que conta com a adesão de cerca de 30 entidades locais e nacionais e é responsável pela Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil.

No dia 27 de junho, às 19 horas, foi realizado o webinar Justiça Tributária, que contou com a participação do economista Eduardo Fagnani, com Paulo Dantas da Costa (Cofecon) como mediador e Kelli Mafort (MST) e Rud Rafael (MTST) como debatedores. O tema corresponde ao eixo número 1 da Campanha.

No dia 06 de dezembro foi realizado o webinar “Diversidade e a exclusão da economia”, que teve a participação de Leila D’Arc Sousa, secretária da ONG Mães da Resistência; Edjane Rodrigues, secretária de Políticas Sociais da Contag; Mário Theodoro, representando o movimento negro; e Potyra Terena representando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

A Comissão também apresentou a Cartilha Eleitoral, documento que apresentou a forma como os diferentes partidos se posicionou nos últimos anos em relação às votações que tiveram mais impacto sobre a qualidade de vida dos brasileiros. Os assuntos envolvem teto de gastos, reforma trabalhista, reforma da Previdência, Lei de Improbidade Administrativa, Depósitos Voluntários Remunerados, Auxílio Brasil, entre outros. A apresentação se deu no dia 15 de setembro, por ocasião do seminário dos assessores econômicos dos presidentes.

Comissão de Negociação Funcional

Atribuições: Propor ao Plenário do Cofecon a definição de questões trabalhistas, benefícios e reajustes a serem implementados pelo Cofecon. Apreçar eventuais reivindicações/propostas apresentadas pelo corpo funcional do Cofecon a respeito de questões trabalhistas, benefícios e reajustes a serem aplicados. Analisar a existência de viabilidade financeira e jurídica das propostas apresentadas.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Mônica Beraldo Fabrício da Silva (Vice-Coordenadora), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Roberto Polli Lobo.

Interfaces no Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino e Fábio Ronan Miranda Alves.

Foram solicitados três pareceres jurídicos a fim de pautar a análise das cláusulas. A atividade da Comissão resultou na Deliberação 4.997, que dispõe sobre as questões trabalhistas e reajuste das tabelas salariais do plano de cargos e salários e das tabelas salariais e gratificações dos cargos e funções de livre provimento do Cofecon.

Comissão Eleitoral

Atribuições: Coordenar o processo eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e funcionará como instância auxiliar ao Plenário do Cofecon.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Presidente), João Manoel Gonçalves Barbosa e Lauro Chaves Neto (efetivos); Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Maria de Fátima Miranda (suplentes).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Keliane Souza de Jesus e Fábio Ronan Miranda Alves.

A Comissão foi responsável por organizar o processo eleitoral do Sistema Cofecon/Corecons. De 27 a 31 de outubro os economistas de todo o Brasil puderam eleger seus representantes junto aos Conselhos Regionais de Economia. A votação se deu por meio do site www.votaeconomista.org.br e todo o processo foi acompanhado por uma auditoria externa, realizada pela empresa Security Labs. Ao todo, foram 4.505 economistas votantes e as eleições ocorreram sem qualquer intercorrência.

A Assembleia de Delegados-Eleitores também foi realizada por meio de um sistema eletrônico. O assunto é particularmente complexo porque, embora haja apenas um delegado-eleitor de cada Conselho Regional participando, cada um deles tem uma quantidade diferente de votos. A votação ocorreu da melhor forma possível.

Comissão do XXVII SINCE

Atribuições: Organizar e promover o SINCE juntamente com o Corecon escolhido para sediá-lo. Definir a definição da temática central, bem como pela composição e formação das mesas e definição do conteúdo programático.

Membros do Cofecon: Antonio Corrêa de Lacerda, Paulo Dantas da Costa, Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera, Eduardo Rodrigues da Silva, Fabíola Andréa Leite de Paula, Flávia Vinhaes Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, Lauro Chaves Neto, Paulo Hermance Paiva, Tania Cristina Teixeira, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva.

Membros do Corecon-PB: Francisco Nunes de Almeida, Celso Pinto Mangueira, Acilino Alberto Madeira Neto, João Bosco Ferraz de Oliveira, Manoel de Deus Alves, Regina Lucia de Medeiros Amorim, Ruben Castedo Ramirez, Werton Jose de Oliveira Bastista e Niedja Mayara dos Santos Molla.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva e Renata Reis Almeida.

A comissão foi responsável pela realização do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), evento que acontece com periodicidade bienal. Devido às medidas de isolamento social para conter a pandemia de Covid-19, o SINCE de 2020 foi postergado para o ano de 2022. O tema desta edição foi “O papel do Sistema Cofecon/Corecons na superação da crise e retomada do desenvolvimento”.

A noite de abertura contou com a palestra magna do economista Carlos Pincusfeld Bastos, transmitida por meio do canal do Cofecon no YouTube, e com a entrega do XXVIII Prêmio Brasil de Economia e do XI Prêmio Paraíba de Economia.

Além dos tradicionais grupos de trabalho – Formação e Mercado de Trabalho do Economista, Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons e Análise da Conjuntura Econômica, Social e Política do Brasil – houve alguns painéis temáticos especiais. Um deles teve como tema o legado de Celso Furtado (1920-2004) – grande homenageado do evento, sediado na Paraíba devido às comemorações do centenário de nascimento do célebre economista. Outros painéis temáticos foram a Agenda de Desenvolvimento para o Nordeste e o Fórum da Mulher Economista.

As discussões dos grupos de trabalho envolvem palestras sobre temas específicos e propostas votadas pelos delegados presentes em cada grupo. Aquelas que forem aprovadas são levadas à votação de todos os participantes do SINCE, na plenária final do evento, para que então sejam entregues ao Cofecon e distribuídas para os encaminhamentos pertinentes. Uma das propostas da plenária final foi a criação de uma comissão permanente responsável pela captação de recursos para os eventos do Sistema Cofecon/Corecons.

Grupo Especial – Modernização dos Corecons

Atribuições: Analisar e propor soluções para a modernização tecnológica dos Corecons com foco na fiscalização profissional.

Coordenadores: Clovis Benoni Meurer (Comissão de Governança); Paulo Roberto Polli Lobo (Comissão de Fiscalização); e Maurílio Procópio Gomes (GT Estudar a Situação Patrimonial dos Corecons). Demais integrantes: Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Maria de Fátima Miranda.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus.

O plano de atividades elaborado pelo grupo tinha foco no treinamento dos funcionários dos Corecons para aprimoramento da fiscalização. A atividade foi realizada nos dias 1º e 02 de junho, contou com mais de 80 inscritos e 11 palestrantes, totalizando cerca de dez horas de conteúdo. A natureza dos Conselhos, seu poder de polícia e a fiscalização como atividade-fim foram tratadas durante o primeiro dia de evento; no segundo, os Conselhos foram divididos entre aqueles que possuem fiscal e os que não possuem, para que os debates ocorressem entre grupos que estão em situações semelhantes.

O grupo também realizou um diagnóstico quanto aos equipamentos de tecnologia da informação de cada Corecon. Alguns dos problemas detectados foram: computadores com memória insuficiente; deficiência na infraestrutura de redes; e falta de suporte especializado ou funcionário próprio no quadro para as devidas manutenções. Com base nisso, os Corecons foram divididos em três grupos: Crítico (AC, AL, GO, PI, RN, RO, RR, SE), Aceitável (BA, DF, ES, MA, MT, MS, PB, SC, TO) e Ideal (PA/AP, AM, CE, MG, PR, PE, RJ, RS, SP).

Com base neste diagnóstico foi proposto e aprovado pelo Plenário um Programa de Modernização Tecnológica do Sistema Cofecon/Corecons, no qual o Cofecon disponibilizaria recursos aos Conselhos Regionais para esta finalidade, que deveriam ser solicitados com base nas regras estabelecidas pela Resolução 2.112 – entre elas, a obrigatoriedade de uma contrapartida de cada Corecon de acordo com seu tamanho e a necessidade de prestação de contas.

Nas Sessões Plenárias de 2022 o conselheiro Clovis Meurer submeteu projetos e informou aqueles já aprovados e outros em apreciação para receber apoio. Mesmo com boa participação em 2022, o Programa foi prorrogado, de modo que os demais Corecons possam aderir até o dia 31 de maio de 2023.

Grupo de Trabalho Estudar a Situação Patrimonial e Financeira dos Conselhos Regionais de Economia

Atribuições: Analisar o tema objeto do grupo de trabalho e propor alternativas ao Plenário do Cofecon; Atuar junto às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos Regionais de Economia que não possuem sede própria, ou que não dispuserem de sede adequada para a execução de suas atividades-fins.

Membros: Maurílio Procópio Gomes (Coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coordenadora), Frednan Bezerra dos Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, Mônica Beraldo, Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa e Nei Jorge Correia Cardim

Interfaces no Cofecon: Antonio Tolentino e Jane Lopes da Silva

Há sete Corecons que não possuem sede própria (AL, PB, PI, AC, RO, TO e RR). A partir de consulta, os Regionais informaram que:

- AL: Utiliza a Casa do Economista de Alagoas, onde funcionam o Conselho e o Sindicato;
- PB: Tem interesse em adquirir sede própria e necessita de ajuda;
- PI: Tem interesse em adquirir sede própria e necessita de ajuda;
- AC: Tem interesse em adquirir sede própria e já oficiou a Secretaria de Patrimônio da União no estado.
- RO: Tem interesse em adquirir sede própria, está em situação deficitária e foi notificado para atender a questão da acessibilidade. Há poucos imóveis da União em Rondônia.
- TO: Deseja construir uma sede e não utilizar imóveis da União;
- RR: Não se manifestou.

O presidente do Corecon-MS, Paulo Salvatore Ponzini, colocou-se à disposição para auxiliar e orientar no processo de comodato das sedes junto à Secretaria de Patrimônio da União.

O GT também fez parte do Grupo Especial Modernização dos Corecons, que propôs um Programa de Modernização Tecnológica do Sistema Cofecon/Corecons, no qual o Cofecon disponibilizou recursos aos Conselhos Regionais para esta finalidade.

Grupo de Trabalho Estatísticas Econômicas

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistêmica de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas,

setor em-presarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Membros: Heric Santos Hossoé (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coordenador), Clician do Couto Oliveira, Flávia Vinhaes dos Santos e José Antonio Lutterbach Soares.

Interface no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Rielisson Barbosa de Moura.

O grupo tem como uma de suas principais atribuições elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos conselheiros. O trabalho inclui elaborar uma proposta metodológica para disponibilizar indicadores conjunturais e de percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon.

Após um trabalho que envolveu o mapeamento dos indicadores, os dados foram disponibilizados no site do Cofecon até o ano de 2022.

Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária

Atribuições: Estudar a implantação de programas de responsabilidade social e economia solidária no sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações impactem na sociedade de forma positiva.

Membros: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Coordenadora), Maria de Fátima Miranda (Vice-Coordenadora), Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr., Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Reis Araújo, Fabíola Andréa Leite de Paula, Lauro Chaves Neto, Marcela Vieira Gonçalves, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Henrique Guimarães, Tania Cristina Teixeira.

Interfaces no Cofecon: Danielle Costa Barbosa Giroto, Jane Lopes da Silva e Luiza Rodrigues Borges.

O Grupo foi criado para levar principalmente às universidades a responsabilidade social e a economia solidária, por serem um campo crescente de trabalho e que conta com poucos economistas. Para divulgar e dinamizar essa área de conhecimento, foram realizadas lives com diversos temas envolvendo a responsabilidade social e a economia solidária.

A série teve início ainda em junho, discutindo a reindustrialização solidária e os economistas, com transmissão pelo canal do Cofecon no YouTube. Nos meses seguintes, os temas foram a institucionalização e composição da economia solidária, em julho; a economia solidária e o mercado de trabalho, em agosto – assunto que, mais tarde, virou tema de um episódio do podcast Economistas, com Marcio Pochmann; os desafios dos empreendimentos solidários na Amazônia, em setembro; os bancos comunitários e a rede brasileira de bancos, em outubro; e o Pila Verde, moeda social, econômica e ambiental de Santiago-RS, em dezembro.

O GT Responsabilidade Social e Economia Solidária também é responsável pela indicação de quatro nomes de mulheres para concorrerem ao prêmio Mulher Transformadora, que depois são submetidos a votação de acordo com o regulamento da premiação.

Uma das tarefas mais relevantes, e que envolve um trabalho anterior ao início do exercício de 2022, é o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, criado para incentivar atividades de economia solidária realizadas na forma de projetos de extensão, preferencialmente em incubadoras universitárias. A atividade tem a parceria do Instituto Paul Singer e recebeu inscrições de trabalhos até o mês de julho. Os vencedores foram:

Categoria Incubação de projetos:

1º Lugar (Prêmio de R\$ 4.000,00): Representante do grupo: João Carlos de Pádua Andrade. Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Categoria Assessoramento de projetos:

1º Lugar (Prêmio de R\$ 6.000,00): Representante do grupo: Ladislau Dowbor. Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

2º Lugar (Menção honrosa): Representante do grupo: Carolina Silva Lessa. Instituição: Universidade Federal Fluminense – UFF

3º Lugar (Menção honrosa): Representante do grupo: Sibelle Cornélio Diniz da Costa. Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Como marco do Dia Nacional da Economia Solidária, comemorado em 15 de dezembro, a edição de dezembro da revista Economistas trouxe um caderno especial sobre o assunto. Os artigos publicados abordam o legado de Paul Singer; um modelo de economia que sirva ao ser humano e que seja sustentável; a atividade econômica feita por e para os trabalhadores; a importância dos bancos comunitários de desenvolvimento e da educação financeira; e os impactos da feira orgânica de Irecê na renda e na qualidade de vida dos agricultores. Uma matéria especial apresentou os trabalhos concorrentes ao Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.

Grupo de Trabalho Corecon Jovem/Acadêmico

Atribuições: Estudar e implementar programas e ações voltados aos estudantes de economia para que eles entendam o papel do Conselho de Economia, bem como promover as atividades do Corecon junto aos estudantes e vice-versa.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Waldir Pereira Gomes (Vice-Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Denise Kassama Franco do Amaral, Marco Antonio da Silva e Silva, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Paulo Roberto Polli Lobo.

Interfaces no Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira, Jane Lopes da Silva e Luiza Rodrigues Borges.

Foi elaborada minuta de regimento interno para o Corecon Jovem/Acadêmico, submetida à apreciação da Comissão de Normas e aos conselheiros federais, caso queiram apresentar contribuições.

Grupo de Trabalho Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecons

Atribuições: Realizar estudos e emitir um parecer sobre a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros: Antonio Corrêa Lacerda (Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral (Vice-Coordenadora) e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

Uma vez pacificada a aplicação do regime celetista para os funcionários dos Conselhos, a Procuradoria Jurídica do Cofecon emitiu o Parecer 25/2022, concluindo pela possibilidade de realização do concurso público nacional para o Sistema Cofecon/Corecons, competindo ao plenário do Cofecon deliberar sobre a conveniência e a oportunidade da matéria. Foi recomendado que houvesse adesão expressa de cada Corecon que deseja participar, bem como o compromisso de nomear os candidatos dentro do número de vagas ofertadas.

Os Corecons dos estados do RJ, RS, BA, CE, DF, MT, PB e TO manifestaram que não necessitam da realização de um concurso público; SP, PR, SC, MG, ES, GO, RN, MS e RO manifestaram interesse. Os demais (PE, PA/AP, AL, AM, MA, SE, PI, AC, RR) não responderam à consulta do Cofecon.

Grupo de Trabalho Redução de Gastos do Conselho Federal de Economia

Atribuições: Analisar e implementar ações de redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia.
Membros: Paulo Roberto Polli Lobo (Coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coordenadora), Clovis Benoni Meurer, João Manoel Gonçalves Barbosa e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino, e José Luiz Pereira Barboza.

As atividades do grupo em 2022 foram:

- Levantamento e acompanhamento dos gastos com diárias e passagens, criando procedimentos;
- Monitoramento dos gastos com pessoal, criando procedimentos para a redução;
- Um trabalho de antecipação das emissões de passagens aéreas tem permitido reduzir os gastos com este item.
- Avaliação dos demais gastos.

As receitas do Cofecon foram da ordem de 6,4 milhões em 2019; 5,7 milhões em 2020, 6,1 milhões em 2021; e 6,3 milhões em 2022. No mesmo período, a despesa foi de 6,5 milhões em 2019; 4,9 milhões em 2020; 5,5 milhões em 2021; e 6,8 milhões em 2022. No entanto, quando se leva em conta o reajuste das anuidades, a arrecadação do Cofecon deveria ser de, no mínimo, 8 milhões.

Grupo de Trabalho Economista Empreendedor

Atribuições: Estimular o empreendedorismo entre os economistas brasileiros e incentivar a economia criativa e outras modalidades.

Membros: Lauro Chaves Neto (Coordenador), Maria de Fátima Miranda (Vice-Coordenadora), Carlos Magno Andrioli Bittencourt, Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo André Cosentino, Paulo Roberto de Jesus e Rogério Vianna Tolfo

Interfaces no Cofecon: Lilian de Souza Barbosa e Maria Aparecida Carneiro.

O grupo atuou com dois públicos básicos: economistas empreendedores e economistas que prestam serviço a empreendedores. O ciclo de capacitações e lives contou com debatedores de todas as regiões do País. Os temas foram: Fluxo de Caixa e Custos, com Ricardo Coimbra, Itaiana Patricia de Souza e mediação do conselheiro federal Carlos Magno Andrioli; Valuation, com Sérgio Silveira, Edilson Aguiar e Rogério Tolfo; e Cenários Econômicos e Empreendedorismo, com Luís Paulo Rosenberg, Carlos Henrique Corrêa e mediação de Lauro Chaves Neto.

Grupo de Trabalho Articulações com o INEP

Atribuições: Manter relações institucionais com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com vistas a construir critérios para a formação e treinamento de avaliadores do Ministério da Educação (MEC) para os cursos de graduação em Economia, Finanças e Relações Internacionais e acompanhamento dos editais do Inep para novos avaliadores.

Membros: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral (Vice-Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Waldir Pereira Gomes.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior

A existência do GT se deve originalmente ao convite do próprio presidente do INEP, Alexandre Lopes, mas as mudanças ocorridas posteriormente no órgão e no Ministério da Educação não permitiram o avanço da parceria. Essa aproximação tinha como objeto estabelecer os critérios de avaliação dos cursos de economia.

O plenário do Cofecon entende que, com a mudança de governo, a autarquia deve procurar em 2023 a nova gestão do INEP para formalizar a parceria.

Grupo de Trabalho Migração e Implantação do Sistema Cadastral

Atribuições: Coordenar e acompanhar o processo de migração e implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal utilizado pelos Conselhos Federal e Conselhos Regionais de Economia. Acompanhar a execução do contrato objeto do Pregão Eletrônico nº 9/2019. Supervisionar a execução do cronograma planejado com os planos e ações. Interagir com os Conselhos Regionais de Economia e auxiliar no processo de migração e implantação do sistema. Dirimir dúvidas e sanar casos omissos relativos a regras de negócio inerentes ao sistema.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-Coodenador) e Antonio Melki Jr (in memoriam).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus

Ao iniciar o ano de 2022, quatro Regionais já estavam utilizando o sistema da empresa BR Conselhos (PR, DF, SC e RJ), enquanto outros cinco estavam em fase de implantação (BA, GO, PE, RS, RR). O calendário previsto incluía a migração do sistema em sete Corecons em junho (AC, AL, AM, CE, ES, SE, RO) e outros nove em agosto (MG, MT, MS, PA, PB, TO, PI, MA e RN).

A primeira etapa de migração foi bastante trabalhosa, com a necessidade de articulações entre os Corecons e a empresa BR Conselhos para minimizar as dificuldades inerentes à mudança do sistema. Algumas dificuldades pontuais foram resolvidas com visitas in loco nos Corecons de GO, SC, DF, BA e RS. Também houve alguns problemas com a geração das anuidades, mas que foram totalmente superados.

Mesmo com alguns contratempos e atrasos, o trabalho de migração e implantação dos sistemas foi realizado em quase todos os Conselhos Regionais de Economia e encontra-se em vias de finalização. O único Corecon faltante é o Corecon-SP, com previsão de migração para janeiro de 2023.

Conselho Editorial da Revista Economistas

Atribuições: Aprovar a pauta e avaliar o conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação.

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Presidente do Cofecon), Waldir Pereira Gomes (Coordenador da Comissão de Comunicação), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Denise Kassama Franco do Amaral, Dércio Garcia Munhoz, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Gilson de Lima Garófalo, Heric Santos Hossoé, José Luiz Pagnussat, Lauro Chaves Neto, Luiz Carlos Delorme Prado, Maria Cristina de Araújo, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Sidney Pascoutto da Rocha, e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho e Renata Reis.

O Conselho Editorial da revista Economistas é responsável por analisar os artigos recebidos, recomendando ou não a publicação. Em 2022 foram aprovados sete artigos para a edição de março; dez para a edição de junho; sete artigos na edição de setembro; oito na de dezembro; e seis para o caderno especial de economia solidária. Ao todo, foram 38 artigos aprovados pelo Conselho Editorial.

SESSÕES PLENÁRIAS

Em atendimento às suas atribuições de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, o Cofecon realizou oito Sessões Plenárias no exercício de 2022.

Entre as principais decisões tomadas em sessões plenárias, destacam-se as aprovações dos regulamentos dos prêmios oferecidos pelo Cofecon: -7º Desafio Quero Ser Economista; XXVIII Prêmio Brasil de Economia; Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas e XI Gincana Nacional de Economia. A plenária do Cofecon, alterou o manual de arrecadação no que tange a aplicação da taxa Selic para os débitos constituídos a partir de abril de 1995, alteração do regimento interno do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia designou que comissão organizadora será criada pelo Cofecon, apuração do ECV – economista em condição de votar apurado em 30 de junho do ano de realização do simpósio e apoio financeiro no limite de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). Aprovou calendário e procedimentos eleitorais para o sistema Cofecon/Corecons no exercício de 2022. Regulamentou procedimento para reembolso de deslocamento terrestres para participação em reuniões e atender convocações e convites e padronizou as opções de voo a serem encaminhar e sobre as diferenças de preços, taxas ou multas decorrentes de remarcações, alterações e cancelamentos de passagens aéreas. Regulamentou a concessão da carteira profissional de perito. Institui programa de modernização tecnológica dos Conselhos Regionais de Economia, bem como criou procedimento sobre registro de mestres e doutores. Reabriu o prazo dos Corecons para o VIII Programa Nacional de Recuperação de Créditos até 31/12/2022. Estabeleceu que os Corecons poderão adotar política de anuidade diferenciada e descontos para os recém-inscritos, observadas as regras anualmente estabelecidas pelo Cofecon, bem como estabeleceu parâmetros para padronização dos dados relacionados aos registros dos profissionais e das pessoas jurídicas no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Definiu os valores exatos das anuidades, das multas e dos preços de serviços a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2023.

Destacam-se as seguintes deliberações:

711ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon/Corecons

Realizada nos dias 28 e 29 de janeiro, em formato híbrido.

PORTARIA Nº 2, DE 31 DE JANEIRO DE 2022 – Designa a composição das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho do Cofecon – 2022;

DELIBERAÇÃO Nº 4.991, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 711ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

RESOLUÇÃO Nº 2.097, DE 31 DE JANEIRO DE 2022, Aprova o Regulamento do 7º Desafio Quero ser Economista 2022.

RESOLUÇÃO Nº 2.098, DE 31 DE JANEIRO DE 2022, Designa composição da Comissão de Licitação do Cofecon.

RESOLUÇÃO Nº 2.099, DE 31 DE JANEIRO DE 2022, Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2022.

RESOLUÇÃO Nº 2.100, DE 31 DE JANEIRO DE 2022, Altera dispositivo da Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, que cria e regula o Manual de Arrecadação no Sistema Cofecon/Corecons.

712ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 11 e 12 de março, em formato híbrido.

DELIBERAÇÃO Nº 4.992, DE 14 DE MARÇO DE 2022 - Homologa processos contábeis apreciados na 712ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.993, DE 14 DE MARÇO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 712ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.994, DE 14 DE MARÇO DE 2022 - Revalida o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de graduação em Economia Empresarial e Controladoria da FEA/USP - Habilitação em Ciências Econômicas.

RESOLUÇÃO Nº 2.101, DE 14 DE MARÇO DE 2022, Altera dispositivos da Resolução nº 2.034, de 9 de março de 2020, bem como reabre os prazos previstos para a primeira fase e prorroga os prazos das demais fases do VIII Recred.

RESOLUÇÃO Nº 2.102, DE 14 DE MARÇO DE 2022, Dispõe sobre o Regulamento do XXVIII Prêmio Brasil de Economia

713ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 27 e 28 de maio, em formato híbrido.

DELIBERAÇÃO Nº 4.997, DE 30 DE MAIO DE 2022 - Dispõe sobre questões trabalhistas e reajuste das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos cargos e função de livre provimento do Cofecon;

DELIBERAÇÃO Nº 4.998, DE 30 DE MAIO DE 2022 - Homologa processos contábeis apreciados na 713ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.999, DE 30 DE MAIO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 713ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.000, DE 30 DE MAIO DE 2022 - Reajusta os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos cargos e função de livre provimento do Cofecon;

DELIBERAÇÃO Nº 5.001, DE 30 DE MAIO DE 2022 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), de Brasília-DF.

RESOLUÇÃO Nº 2.103, DE 26 DE ABRIL DE 2022, Altera dispositivos da Resolução nº 2.094, de 1º de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.

RESOLUÇÃO Nº 2.104, DE 30 DE MAIO DE 2022, Altera dispositivos do Regimento Interno do Simpósio

Nacional dos Conselhos de Economia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.870, de 11 de maio de 2012.

RESOLUÇÃO Nº 2.105, DE 30 DE MAIO DE 2022, Aprova o Regulamento da XI Gincana Nacional de Economia 2022.

RESOLUÇÃO Nº 2.106, DE 30 DE MAIO DE 2022, Institui procedimentos e aprova o calendário referente ao processo eleitoral de 2022, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 2.107, DE 30 DE MAIO DE 2022, Altera e inclui dispositivos do Manual de Procedimentos Administrativos do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.851, de 28 de maio de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 2.108, DE 30 DE MAIO DE 2022, Altera dispositivos do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, anexo à Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015

714ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

Realizada nos dias 1º e 2 de julho, em formato híbrido.

DELIBERAÇÃO Nº 5.002, DE 1º DE JULHO DE 2022 - Altera dispositivos da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que institui o normativo de pessoal para cargos e funções gratificadas de livre provimento do Conselho Federal de Economia, e dá outras providências;

DELIBERAÇÃO Nº 5.003, DE 4 DE JULHO DE 2022 - Homologa processos contábeis apreciados na 714ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.004, DE 4 DE JULHO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 714ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.005, DE 4 DE JULHO DE 2022 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Católica de Brasília (UCB) e do Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), de Brasília-DF;

DELIBERAÇÃO Nº 5.006, DE 4 DE JULHO DE 2022 - Homologa o resultado do 7º Desafio Quero Ser Economista 2022.

RESOLUÇÃO Nº 2.109, DE 21 DE JUNHO DE 2022, Altera dispositivos do Regulamento da XI Gincana Nacional de Economia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 2.105, de 30 de maio de 2022.

RESOLUÇÃO Nº 2.110, DE 4 DE JULHO DE 2022, Altera dispositivos do Anexo da Resolução nº 2.102/2022 que dispõe sobre o XXVIII Prêmio Brasil de Economia – PBE.

RESOLUÇÃO Nº 2.111, DE 4 DE JULHO DE 2022, Inclui e altera dispositivos da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - CLPE, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 2.112, DE 4 DE JULHO DE 2022, Institui, em caráter excepcional, o Programa de Modernização Tecnológica dos Corecons.

RESOLUÇÃO Nº 2.113, DE 4 DE JULHO DE 2022, Dispõe sobre o registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Economia dos egressos de programas de mestrado e doutorado em Economia.

RESOLUÇÃO Nº 2.114, DE 5 DE JULHO DE 2022, Altera o início da vigência de dispositivos da Resolução nº 2.108, 30 de maio de 2022, que altera dispositivos do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Corecons

715ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 16 e 17 de setembro, em formato híbrido.

DELIBERAÇÃO Nº 5.007, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022 - Homologa processos contábeis apreciados na 715ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.008, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022 - Autoriza, excepcionalmente, a reabertura do prazo para a inscrição de chapas para o pleito eleitoral de 2022 no âmbito do Conselho Regional de Economia da 9ª Região (Corecon PA/AP);

DELIBERAÇÃO Nº 5.009, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 715ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.010, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

RESOLUÇÃO Nº 2.115, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022, Reabre os prazos previstos para a primeira fase e prorroga os prazos das demais fases do VIII Recred, previstos na Resolução nº 2.034, de 9 de março de 2020.

RESOLUÇÃO Nº 2.116, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022, Revogar a Resolução nº 1.883, de 29 de novembro de 2012.

RESOLUÇÃO Nº 2.117, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022, Altera e inclui dispositivos no Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, anexo à Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015.

RESOLUÇÃO Nº 2.118, 19 DE SETEMBRO DE 2022, Estabelece os valores exatos das anuidades, das multas e dos preços de serviços a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2023, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 2.119, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022, Dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritos no Sistema Cofecon/Corecons.

RESOLUÇÃO Nº 2.120, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022, Prorroga o prazo de registro das candidaturas para sediar a próxima edição do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCE.

716ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada no dia 05 de novembro, em formato híbrido.

DELIBERAÇÃO Nº 5.013, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022 - Homologa processos contábeis apreciados na 716ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022 - Homologa o resultado da XI Gincana Nacional De Economia 2022;

DELIBERAÇÃO Nº 5.015, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 716ª Sessão Plenária Ordinária a do Conselho Federal de Economia.

717ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada no dia 30 de novembro, em formato híbrido.

DELIBERAÇÃO Nº 5.016, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2022, considerando as ressalvas constantes dos pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon;

DELIBERAÇÃO Nº 5.017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Homologa os resultados do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas-2022;

DELIBERAÇÃO Nº 5.018, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 - Homologa processos contábeis apreciados na 717ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.019, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 717ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

718ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 08 e 09 de dezembro, em formato híbrido.

DELIBERAÇÃO Nº 5.020, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022 - Homologa processos contábeis apreciados na 718ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 5.021, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022 - Homologa os processos administrativos apreciados na 718ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

RESOLUÇÃO Nº 2.121, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022, Prorroga o prazo de adesão ao programa de modernização tecnológica

ELEIÇÕES NO SISTEMA Cofecon/Corecons

Nos dias 27 a 31 de outubro os economistas de todo o Brasil participaram das eleições do Sistema Cofecon/Corecons para eleger os novos conselheiros regionais que terão mandato nos próximos três anos (2023/2025). Também foram escolhidos os delegados-eleitores que representarão os respectivos Conselhos Regionais de Economia na eleição dos novos conselheiros federais.

A votação se deu exclusivamente pela internet, por meio do site votaeconomista.org.br, e a apuração foi realizada nesta segunda-feira (31). Todo o processo foi acompanhado por auditoria externa, realizada pela empresa Security Labs garantindo a transparência da votação.

Durante a apuração, que se deu virtualmente, o coordenador da Comissão Eleitoral do Cofecon, conselheiro federal Eduardo Rodrigues da Silva, agradeceu a participação de todos no processo eleitoral do Sistema, incluindo Corecons, presidentes das comissões eleitorais, economistas e suas chapas, além dos economistas que votaram para eleger seus representantes. "As eleições no Sistema Cofecon/Corecons transcorreram de forma tranquila e serena e isso é sem dúvidas muito

importante”, finalizou Eduardo.

O voto nas eleições do Sistema Cofecon/Corecons não é obrigatório. Ao todo, 4.505 dos economistas exerceram o direito de eleger seus representantes nos Conselhos Regionais de Economia.

Para acessar a apuração, clique em <https://www.youtube.com/watch?v=KUaUbu27zXk>

Eleições anuais

Os mandatos de conselheiro no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Economia são de três anos (sendo permitida uma reeleição) – mas não são coincidentes. Isso faz com que a cada ano um terço dos conselheiros tenha seu mandato encerrado, proporcionando uma renovação constante no quadro de conselheiros. Por esta razão, todos os anos há eleições no Sistema Cofecon/Corecons.

Em outubro são eleitos os conselheiros regionais, pelo voto direto dos economistas. Eles são organizados em chapas, contendo uma quantidade de conselheiros regionais efetivos (de acordo com o número de conselheiros cujo mandato está terminando) e o mesmo número de suplentes. Alguns Conselhos Regionais de Economia também incluem, em sua eleição, uma consulta para a presidência do Corecon – e embora a escolha oficialmente caiba ao plenário, tradicionalmente o nome votado pelos economistas é ratificado.

Cada chapa contém também um delegado-eleitor efetivo e suplente. Eles formarão o colégio eleitoral que escolherá os novos conselheiros federais, no evento denominado de Assembleia de Delegados-Eleitores. Cada delegado tem direito a um número de votos proporcional aos economistas registrados e adimplentes no respectivo Conselho Regional de Economia. Uma vez que o plenário do Cofecon possui 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, a cada ano são eleitos seis novos conselheiros federais efetivos e seis suplentes.

XXVIII PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

A Comissão de Educação também foi responsável pela organização do XXVII Prêmio Brasil de Economia, que foi coordenado pelo conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva.

Durante a solenidade de abertura do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since) o Cofecon realizou a entrega do XXVIII Prêmio Brasil de Economia. Neste ano, foram distribuídos 18 mil reais aos autores de trabalhos reconhecidos em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação.

Livro de economia

O maior prêmio, de R\$ 8 mil, coube ao ganhador da categoria Livro de Economia, Alexandre de Freitas Barbosa. Ele é o autor de “O Brasil Desenvolvimentista e a Trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia”. O livro demorou mais de 10 anos para ser elaborado, tendo seu início em 2010. “Construí e organizei uma equipe de pesquisa para tentar rastrear quem foi Rômulo Almeida e o material que conseguimos é impressionante”, contou o autor em live realizada no dia 13 de agosto.

Gustavo Henrique de Barroso Franco, autor de “Lições Amargas: Uma História Provisória da Atualidade”, ficou em segundo lugar. A terceira colocação foi do livro “A Dependência Tecnológica Brasileira”, de Adriano José Pereira e Ricardo Dathein. Eles receberam menções honrosas.

Artigo técnico/científico

O vencedor da categoria Artigo Técnico/Científico foi o economista Benito Adelmo Salomão Neto. Seu trabalho, “Assimetrias e Causalidades entre Receitas de Despesas Públicas no Brasil: Uma Aplicação via Modelos NARDL”, analisa a condução da política fiscal no Brasil entre janeiro de 2003 e dezembro de 2018. Ele foi premiado com R\$ 4 mil.

O segundo lugar coube a Carlos Augusto Grabois Gadelha, autor do trabalho “O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma Visão Integrada do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental”, e a terceira colocada foi Augusta Pelinski Raiher, com o artigo “Criminalidade e Desvantagem Socioeconômica: uma Análise Espacial ao Longo dos Municípios do Brasil”. Eles receberam menções honrosas.

Artigo temático

Neste ano a categoria Artigo Temático recebeu textos versando sobre “Estado, Economia e Democracia no Brasil”. O primeiro colocado, que recebeu um prêmio de R\$ 3 mil, é o economista Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado. Seu artigo teve como título “Um Ensaio Sobre Instituições Econômicas e Democracia em Perspectiva Histórica – O Debate Internacional e o Caso Brasileiro”, e aponta que muitas vezes a relação entre economia e democracia se manifesta de forma contraditória, e que a esta não está necessariamente relacionada ao desenvolvimento.

O economista Roberto Padovani obteve o segundo lugar, com o artigo “Crises, rupturas e reformas no Brasil”, e recebeu menção honrosa. O autor argumenta que os poderes econômico e ideológico, que formam a sociedade civil, limitam o poder do Estado e fazem com que as crises econômicas sejam acompanhadas por tensões políticas e revisões na orientação de políticas públicas.

Monografia

Diversos Conselhos Regionais de Economia entregam, anualmente, prêmios para as melhores monografias. Os trabalhos vencedores em cada Corecon (ou aqueles indicados, nos casos em que não há um concurso de monografias instituído) disputam, em nível nacional, um prêmio de R\$ 3 mil para o primeiro lugar.

O vencedor foi o estudante Vicente Loeblein Heinen, da Universidade Federal de Santa Catarina, com o trabalho “Superpopulação Relativa no Brasil: Tamanho e Composição Entre 2012 e 2020”, no qual faz uma análise do desemprego e do subemprego no Brasil, apontando que em 2020 o chamado “exército de reserva” brasileiro era composto por 57 milhões de pessoas.

Giornni Paolinelli Raposo Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais, obteve o segundo lugar com o trabalho “O Nexo Água-Energia-Emissões na Matriz Elétrica de Minas Gerais: Impactos Econômicos e Ambientais”. A terceira colocada foi Izabelli Barreto Cardoso, da Universidade Federal Fluminense, que apresentou um trabalho contendo uma “Análise dos Impactos Ambientais na Agropecuária no Centro-Oeste Brasileiro”. Ambos receberam menções honrosas.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Economia da oralidade, moeda social, cidades criativas, organização das finanças pessoais e perícia previdenciária foram alguns dos temas que economistas, estudantes e a sociedade em geral puderam aprender conosco ao longo de 2022. Por meio da Escola de Educação a Distância do Cofecon, os alunos tiveram acesso às oficinas de forma gratuita e certificada.

Em 2022, a EAD ofereceu as oficinas:

Processos Orçamentários

A proposta da oficina é apresentar conceitos, debater teorias, discorrer sobre a importância do orçamento como fonte de informação e principal arma da sociedade. Além disso, Odilon irá falar sobre o planejamento público, a base legal e as leis que constituem o processo orçamentário, receitas e suas classificações, codificações da natureza da receita e seu detalhamento, classificação e codificação de despesas, orçamento participativo, elaboração de proposta, etapas e execução orçamentária, entre outros temas.

Professor convidado: Odilon Guedes Pinto Júnior é economista, Mestre em Economia pela PUC/SP, Professor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e do Departamento de Economia das Faculdades Oswaldo Cruz.

Além disso, Odilon é professor convidado do curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH/ Universidade de São Paulo e do Curso de Pós-graduação Tópicos Avançados em Administração Pública – Finanças Públicas da Fundação Getúlio Vargas/SP. A oficina contou com mais de 1.100 visualizações totais. Acesse os links e aprenda mais sobre o tema.

Economia Política

A oficina tem como objetivos desenvolver a capacidade de reflexão dos alunos sobre os problemas econômicos, políticos, estruturais e conjunturais da Economia Brasileira e Mundial e as suas consequências sobre o comportamento da sociedade em geral e das empresas em particular; analisar o estudo dos antecessores dos economistas políticos clássicos, para compreender o salto dado por estes últimos (especialmente David Ricardo, Adam Smith e Malthus), por meio da análise de suas principais categorias, dentre elas suas respectivas teorias do valor; e permitir que o estudante aprofunde seus conhecimentos acerca da formação econômica do Brasil e suas características atuais. Tema relevante e atual, que contou com mais de 600 visualizações.

Perícia Previdenciária

A área de perícia tem crescido para os economistas e com isso a oficina busca promover nos alunos o conhecimento sobre a estrutura da Previdência Social e o entendimento sobre as principais demandas em perícia social e complementar, além das qualificações para atuação na área.

Professora convidada: Vilma Guimarães é formada pela Universidade Federal de Goiás e é pós-graduada em Perícias Judiciais e Práticas Atuariais, especialista em Previdência Social e Complementar, além de empresária e sócia fundadora da empresa V2 Consultoria Previdenciária. Vilma é professora em cursos de curta duração em Perícia e Planejamento Previdenciário e conselheira regional e coordenadora do Núcleo de Perícias do Conselho Regional de Economia da 11ª Região (Corecon-DF).

Entre mais de 500 visualizações totais, a oficina traz a introdução do que o profissional precisa para atuar na área. Assista você também!

Organizando minha vida financeira

Uma pesquisa divulgada em março pela Confederação Nacional do Comércio revelou que 77,5% dos brasileiros encontram-se endividados. Você é um deles? Sofre para pagar as parcelas do cartão de crédito? Gasta de forma impulsiva? Gostaria de sair desta situação e se organizar para poder investir uma parte da sua renda?

Andreia Saragoça, nossa convidada, fala sobre diagnóstico financeiro pessoal, mapa orçamentário anual e investimentos e dá dicas de como conquistar a sustentabilidade financeira.

O conteúdo conta com mais de 500 visualizações.

Economia Política com Rosa Maria Marques

No mês de agosto comemora-se o Dia do Economista e, como parte das comemorações, economista Rosa Maria Marques, professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ministrou uma oficina de economia política. Rosa, que também é ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política e autora de vários livros no campo da economia brasileira, capitalismo contemporâneo e políticas sociais, abordou três grandes temas durante as aulas: dominância financeira, neoliberalismo e a questão ambiental.

A oficina contou com mais de 500 acessos. Não perca a oportunidade de aprender com a economista Rosa Maria Marques.

Economia da Oralidade

A economia da oralidade é um campo que trata da expressão oral como elemento econômico. Como campo do conhecimento, é dedicado ao estudo transdisciplinar aplicado ao pleno uso econômico da oralidade e suas implicações sociais, políticas, culturais, tecnológicas e educacionais. Já o processo de voice design é a aplicação prática da economia da oralidade, o projeto e planejamento da voz e, por extensão, o planejamento do ato de fala capaz de gerar credibilidade e consequentes resultados econômicos.

Professor convidado: Formado em Ciências Econômicas pela FESP, em Comunicação Social, habilitação em jornalismo pela PUC-PR e Formação e Certificação Internacional em Coaching pela SLAC. Desde 1972 atua como radialista, jornalista e pesquisador do uso da oralidade na comunicação social.

Economia Criativa

As aulas abordam a economia criativa, com base na história, conceitos, setores, panorama, impactos e perspectivas, além de tratar das cidades criativas, analisando características, singularidades e desenvolvimento econômico.

O conteúdo é indicado para os empreendedores inovadores, para as classes criativas como também para os investidores de uma forma geral.

Professora convidada: A economista Gina Paladino é especializada no desenho e implantação de projetos da Economia Criativa em organizações e cidades. Atua como consultora, professora, palestrante e escritora. É graduada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com cursos de extensão e especialização no Brasil, França, Japão e Suíça. Tem mestrado em Teoria Econômica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e diploma de estudos aprofundados pela Universidade de Paris.

Entre as premiações, foi honrada com a Croix de Chevalier de L'Ordre National du Mérite, oferecida pelo Governo Francês.

Pila Verde – a moeda social de Santiago (RS).

Em 2020, a prefeitura de Santiago criou a Pila Verde, uma moeda social que engloba economia solidária e meio ambiente. A proposta consiste na coleta e reaproveitamento do resíduo orgânico da cidade para a produção de adubo, que será utilizado no cultivo local de alimentos da agricultura familiar, e no estímulo ao consumo desses alimentos saudáveis comercializados nas feiras da cidade. A Pila Verde é a moeda utilizada em todas as etapas. Tudo isso também tem gerado economia aos cofres públicos.

Convidado: Tiago Görski Lacerda é graduado em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e administração. É especialista em gestão empresarial, direito tributário, mestre e doutor em administração. Atualmente, é prefeito de Santiago/RS.

Todas as oficinas de 2022 estão disponíveis no canal do Cofecon no Youtube. Em breve, acompanhe por aqui e pelas redes sociais do Cofecon as aulas de 2023!

DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA

Ao longo do ensino médio, poucos estudantes conhecem a profissão de economista. Com isso em mente, para apresentar as Ciências Econômicas como uma área importante para o desenvolvimento do país, o Cofecon realiza anualmente a competição Quero ser Economista que conta com estudantes de todo o país e premiação em dinheiro. A competição dura um mês e em 2022 teve recorde de inscritos! Ao todo, foram 3.789 inscrições – mais do que o dobro dos participantes do ano anterior, quando houve 1.701 inscritos.

Estados com mais inscritos

O estado com maior número de inscritos foi o Espírito Santo, com 901. Não é a primeira vez: tradicionalmente, o Corecon-ES realiza um trabalho forte de divulgação nas escolas e em duas ocasiões anteriores (2018 e 2019) o Espírito Santo foi o estado com mais participantes.

Como foi a campanha em 2022

Os estudantes - nossos avatares - brilharam ao apresentar de forma divertida e educativa as etapas da competição. Em 2023 eles estarão novamente conosco! Acompanhe as redes sociais do Conselho e participe da próxima edição!

GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

A 11ª edição da Gincana Nacional de Economia foi um sucesso. Realizada presencialmente em João Pessoa-PB, a final nacional com 37 duplas, mais uma inscrição solo, realizada pelo Corecon-MS. Os inscritos representaram 32 instituições de ensino diferentes.

Os estudantes Daniel de Carvalho Vallejo e Anario Queiroz Barroso Neto, da Universidade Federal do Ceará, foram os grandes campeões da XI Gincana Nacional de Economia. Eles dividiram o prêmio de R\$ 2.500, oferecido à dupla que conquista o primeiro lugar.

A competição também premiou, em segundo lugar, com R\$ 2 mil, a dupla brasiliense Juan Felype Matias Silva e Rafael Ferreira Dall'agnol, da Universidade de Brasília. Na terceira colocação os estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Marcos Vinicius Neri Da Silva e Tomaz Silva De Matta Ribeiro, receberam a premiação de R\$ 1.500. Terminou em quarto lugar o estudante Saulo Henrique da Rocha Gonçalves Miranda, representando a Universidade Federal do Piauí, e recebeu premiação de R\$ 1.000.

FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Em 2022 o Fórum realizou dois webinários, o primeiro teve como tema Justiça Tributária, no dia 27/06 às 19h, transmitido pelo canal youtube do Cofecon, que contou com as participações: Palestrante: Eduardo Fagnani - Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas; Mediador: Paulo Dantas da Costa - Vice-Presidente do Cofecon, Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental; Debatedores: Kelli Mafort Coordenadora Nacional do MST e Rud Rafael Coordenador nacional do MTST. Tivemos: 112 visualizações e 24 curtidas. O segundo, teve como tema: Diversidade e a Exclusão da Economia, sendo os palestrantes: - Leila D'arc Sousa da ONG mães da resistência; - Edjane Rodrigues da Contag; - Mário Theodoro professor do programa de pós-graduação em direito humanos da UnB; e - Potyra Terena representante da Etnioka – Associação Internacional de Desenvolvimento Étnico e Ambiental. Política Econômica. Comissão de Política Econômica. Tivemos: 131 visualizações e 30 curtidas.

O Fórum realizou 7 reuniões ordinárias, via aplicativo zoom.

No dia 15 de setembro de 2022, o fórum lançou a cartilha eleitoral por ocasião do seminário dos assessores econômicos dos presidentiáveis, realizada no auditório da Associação Comercial do DF

PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Cofecon participa na realização dos congressos anuais realizados sob a responsabilidade da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), que têm como objetivo central o debate sobre o aprimoramento do ensino de Ciências Econômicas nos cursos de graduação no Brasil.

O XXXVII Congresso da ANGE ocorreu nos dias 9 a 11 de novembro de 2022 e foi realizado em formato híbrido. O tema principal da edição foi "O Ensino de Economia no Brasil diante das grandes questões contemporâneas: reflexões e um convite para a ação" e a programação incluiu debates sobre o ensino nos dias de hoje e os desafios para o ensino de uma economia transformadora. O

presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou como palestrante da conferência de abertura com tema: Perspectivas para a economia brasileira, com mediação do conselheiro federal Eduardo Rodrigues da Silva

2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional

O Cofecon não executa despesas diretamente relacionadas à fiscalização do exercício pro-fissional, considerando que esta atribuição é delegada pela Lei nº 1.411/51 aos Conselhos Regio-nais de Economia. Compete ao Cofecon organizar, coordenar e orientar os Corecons no processo de fiscalização de aproximadamente 230 mil bacharéis em economia brasileiros. As despesas relacionadas com estas atividades relacionam-se com os diversos tópicos do programa de trabalho do Cofecon e estão demonstradas em itens específicos deste relatório.

2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas

AUXÍLIOS E DOAÇÕES AOS CONSELHOS

Foram concedidos auxílios financeiros aos Corecons e terceiros no valor total de R\$ 137.696,16 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), conforme a seguir relacionado.

Quadro nº 3: Auxílios e doações aos Conselhos

Interessado	Assunto	Concessão	Valor Concedido
CORECON-BA	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	711ª Sessão Plenária	R\$ 6.000,00
SEP	XXVII Encontro Nacional de Economia Política	712ª Sessão Plenária	R\$ 8.000,00
CORECON-MT	Auxílio Financeiro: Reforma de sede	713ª Sessão Plenária	R\$ 8.000,00
CORECON-SE	Auxílio Financeiro: XXI Prêmio Sergipe	713ª Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
CORECON-AL	Auxílio Financeiro: X Prêmio de Estimulo ao Estudante de Economia	713ª Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
ANPEC	Proposta de parceria para o 50º Encontro Nacional de Economia	714ª Sessão Plenária	R\$ 8.000,00
CICEF	Proposta de apoio do Cofecon ao V Congresso Internacional do Centro Celso Furtado	714ª Sessão Plenária	R\$ 5.000,00
ENECO	46º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia	714ª Sessão Plenária	R\$ 8.000,00
CORECON-PE	Auxílio Financeiro: XVI Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa	714ª Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
CORECON-PB	SINCE e GNE 2022	714ª Sessão Plenária	R\$ 155.000,00
CORECON-ES	XXVII Prêmio ES de Economia	714ª Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
AKB	XV Encontro Internacional da AKB	714ª Sessão Plenária	R\$ 8.000,00
CAVC	Congresso do Desajuste	714ª Sessão Plenária	R\$ 5.000,00
CORECON-CE	Auxílio Financeiro: XXXI ENE	714ª Sessão Plenária	R\$ 6.500,00
CORECON-RS	Encontro de Economia do RS	714ª Sessão Plenária	R\$ 6.500,00
CORECON-SC	26º ENESUL	714ª Sessão Plenária	R\$ 6.500,00
CORECON-MA	Prêmio Maranhão de Economia	715ª Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
FONACATE	Impressão de Livro	715ª Sessão Plenária	R\$ 5.000,00
CORECON-PB	X Prêmio Paraíba de Economia Prof. Celso Furtado	715ª Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
ANGE	XXXVII Congresso da ANGE	715ª Sessão Plenária	R\$ 15.000,00
CORECON-PA/AP	Prêmio Prof. Armando Corrêa Pinto - 2022	715ª Sessão Plenária	R\$ 3.000,00
CORECON-PI	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	715ª Sessão Plenária	R\$ 10.512,00
CORECON-SE	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	717ª Sessão Plenária	R\$ 10.480,51
CORECON-RN	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	716ª Sessão Plenária	R\$ 8.038,56
CORECON-MA	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	716ª Sessão Plenária	R\$ 9.000,00
CORECON-TO	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	716ª Sessão Plenária	R\$ 9.000,00
CORECON-PR	Auxílio Financeiro: 32º Prêmio Paraná de Economia	716ª Sessão Plenária	R\$ 2.500,00
CORECON-AL	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	718ª Sessão Plenária	R\$ 10.212,48
CORECON-ES	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	717ª Sessão Plenária	R\$ 7.000,00
CORECON-PE	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	717ª Sessão Plenária	R\$ 4.981,32
CORECON-RO	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	718ª Sessão Plenária	R\$ 10.800,00
CORECON-MT	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	718ª Sessão Plenária	R\$ 6.745,20
TOTAL:			R\$ 360.770,07

O detalhamento de todas as despesas executadas pela Autarquia consta no Capítulo 5 deste relatório. O quadro a seguir demonstra os gastos com as principais atividades finalísticas executadas pelo Cofecon no decorrer do exercício de 2021.

Quadro nº 4: Despesas com as principais atividades finalísticas

Atividade	Despesas para execução das atividades
Sessões Plenárias	R\$ 58.018,37
Solenidade de Posse	R\$ 50.924,02
Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 310,42
Pagamento de premiação: 7º Desafio Quero Ser Economista- 2022, XI Gincana Nacional de Economia; XXVIII Prêmio Brasil de Economia, Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.	R\$ 39.500,00
Publicações D.O.U (7º Desafio Quero Ser Economista-2022, XI Gincana Nacional de Economia; XXVIII Prêmio Brasil de Economia, Prêmio Mulher Economista, Prêmio Mulher Transformadora, Prêmio Mulher Economista, Paul Singer, Boas Práticas e Escola de Ensino a Distância).	R\$ 7.508,20
7º Desafio Quero Ser Economista	Não houve despesas
Desenvolvimento Software - XI Gincana Nacional de Economia	R\$ 80.000,00
Eleições no Sistema Cofecon/Corecons, Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 68.000,00
Auditoria Processo eleitoral Sistema Cofecon/Corecons, eleição de presidente e vice do Cofecon	R\$ 17.500,00
Assinatura plataforma zoom para reuniões virtuais	R\$ 3.281,89
Impulsionamento e anúncios em redes sociais.	R\$ 5.400,00
Cartilha Eleitoral – Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social	R\$ 525,00
Revista do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social	Não houve despesas
Banco de Imagens	R\$ 2.079,00
Publicações/Impressos	R\$ 20.897,00
Guia da profissão	R\$ 10.350,00
Honorarias – Comissão de Educação	R\$ 23.615,80
Revista Economistas (plataforma Isend e impressões)	R\$ 4.940,00
Outras despesas relacionadas à comunicação	R\$ 1.900,00

2.7. Despesas com indenizações a conselheiros

Em 2022 foram emitidas 656 passagens aéreas ida e volta, totalizando R\$ 685.448,37 (seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), foram pagas 656,5 diárias, totalizando R\$ 573.748,76 (quinhentos e setenta e três mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos).

2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos

Tendo em vista as características institucionais do Cofecon, a experiência tem demonstrado que o melhor método a ser utilizado para o acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos consiste na divisão de tarefas entre as Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho que integram a estrutura organizacional da Autarquia.

Dessa forma, o planejamento, execução e acompanhamento das atividades é feito de forma participativa envolvendo todos os conselheiros federais, membros de comissões, grupos de trabalhos e funcionários do Cofecon.

Em todas as Sessões Plenárias são apresentados os informes do andamento dos projetos estratégicos pelos respectivos coordenadores. Ao término do exercício é realizado um balanço das ações com vistas a subsidiar a elaboração do programa de trabalho da próxima gestão.

CAPÍTULO 3 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

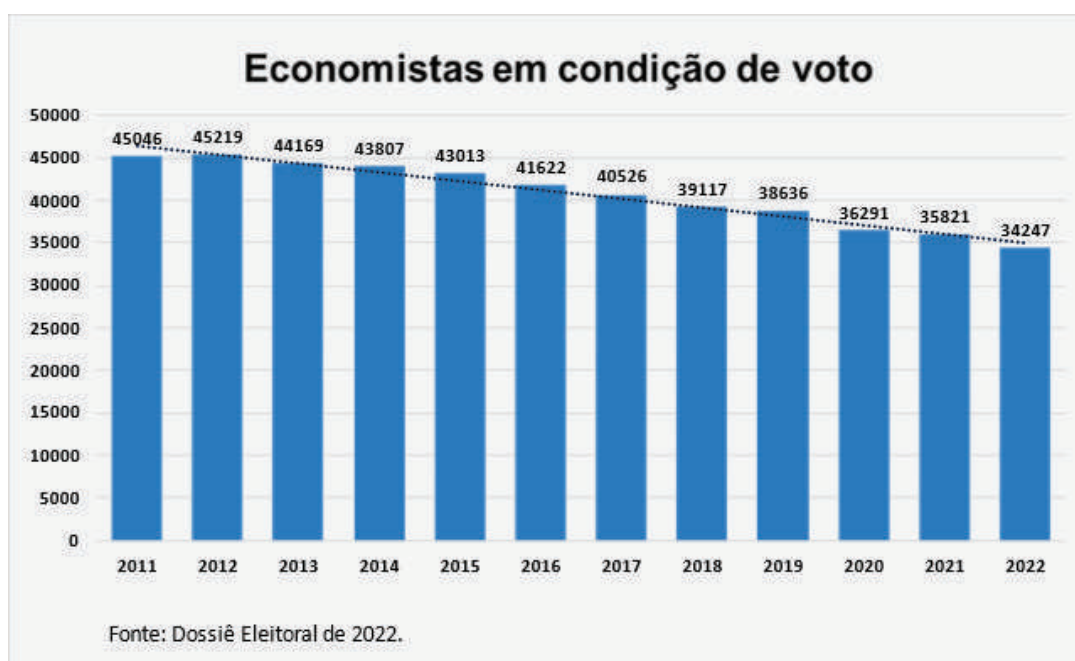
3.1 Principais riscos

1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;
2. Projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;
4. Tendência nos setores público e privado a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;
8. Perda da sustentabilidade;
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de Economia.

3.2. Indicadores de desempenho

As receitas do Cofecon são provenientes, em sua quase totalidade, de um quinto (20%) das anuidades pagas pelos economistas e empresas registrados nos Corecons. O número de Economistas em Condição de Voto (ECV), que são aqueles profissionais ativos e adimplentes, vem caindo desde 2012, com uma redução de 1,3% em relação a 2020 e 20,48% quando comparado o período de 2011 a 2022.

Gráfico nº 3: Economistas em Condições de Voto



3.3 Gestão de Riscos e Controles

No processo de elaboração do planejamento estratégico, a direção e os atores envolvidos identificaram os principais riscos da gestão. No quadro a seguir, destacam-se os principais riscos identificados e sua respectiva mitigação.

Quadro nº 5: Gestão de riscos e controles

Principais Riscos	Mitigação
1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;	Promover a atualização da Lei nº 1.411/1951. As próximas gestões deverão avaliar o momento mais propício para retomar a iniciativa junto ao parlamento.
2. Combate aos projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;	Por meio de uma ampla mobilização coordenada pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), com apoio do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia, todos os projetos que envolvam desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades são acompanhados.
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;	Atuar junto aos Conselhos Federais de Administração, Contabilidade e Engenharia com vistas a delimitar as atribuições privativas e as compartilhadas de cada uma das profissões.
4. Tendência nos setores públicos e privados a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;	Realizar campanhas de comunicação visando esclarecer e conscientizar a sociedade em geral da importância da atuação do economista para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;	Apoiar os Corecons na execução de projetos de retenção dos economistas registrados, a exemplo de cursos de capacitação profissional, realização de convênios que forneçam pacotes de benefícios e/ou descontos em serviços para os profissionais em condição de regularidade perante o Conselho Profissional.
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;	Promover ampla divulgação das atividades desenvolvidas pelo Sistema Cofecon/Corecons em prol dos economistas e da sociedade.
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;	Promover ampla divulgação da profissão do economista.
8. Perda da sustentabilidade;	Promover mecanismos para aumentar a arrecadação, seja por meio de cobrança de débitos, fiscalização e autuação do exercício ilegal da profissão. Analisar e implementar ações de redução das despesas da Autarquia.
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;	Realizar projetos voltados para estudantes de nível médio e para estudantes de graduação em Ciências Econômicas. Aproximação com as Instituições de Ensino Superior e com as Escolas de Nível Médio.
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de economia.	Atuar junto ao Concla – Comissão de Nacional de Classificação e ao Conselho – Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

3.4 Oportunidades e Perspectivas

1. Surgimento de novos nichos de mercado em função do dinamismo do ambiente econômico;
2. Presença massiva e cotidiana do tema econômico na mídia;
3. Interlocução com outros Conselhos Profissionais (Fórum dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional);
4. Revisão da regulamentação interna da Profissão do Economista (Consolidação);
5. Demanda por mão de obra qualificada no mercado;
6. Consolidação do Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil;
7. Realização de Simpósio Nacional dos Conselhos Regionais de Economia;
8. Realização de Seminários com os Assessores Econômicos dos Presidenciáveis

3.5. Controles Internos

Os controles internos são realizados pela Comissão de Tomada de Contas (CTC). Podem ser realizados de forma preventiva, com visitas da Comissão aos Conselhos Regionais de Economia e elaboração de ofícios com informações e recomendações, ou quando a CTC analisa as peças contábeis, tais como propostas orçamentárias, balancetes trimestrais e prestações de contas anuais. Foram trabalhados, no exercício de 2022, os processos a seguir relacionados:

Quadro nº 6: Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas em 2022

Processos Contábeis Cofecon/Corecons 2022								
Processos relatados	Sessão Plenária							
Assunto	712	713	714	715	716	717	718	Total
Prestações de Contas	9	4	12		4			29
Propostas e Reformulações Orçamentárias	12	1	3	4	6	12	11	49
Balancetes Trimestrais	11	13	18	21	17	11	9	100
Prestações de Contas de Auxílios Financeiros	8	3		3	6	1	1	22
Verificação de Controles Internos		1	1					2
Parcelamento Cota Parte				1				
Desfazimento de bens móveis		1						1
Soma	40	23	34	29	33	24	21	204

4 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Resultados da área-fim

Os conselhos de fiscalização profissional, além de exercerem atividades típicas de Estado, são entidades criadas por lei federal para prestação de serviços públicos, detentoras do poder de polícia, com a finalidade de fiscalizar o exercício da profissão em defesa da sociedade. Para tanto, possuem competência para habilitar os profissionais para o exercício da profissão, por meio da concessão do registro profissional; habilitar legalmente as empresas para a exploração das atividades profissionais; normatizar os limites de atuação profissional; fiscalizar o seu adequado exercício, dentro dos padrões éticos e técnicos definidos; cobrar anuidades e aplicar e cobrar multas; executar

débitos; aplicar o código de ética profissional; suspender e cassar registros; dentre outras atividades típicas de Estado, uma vez que atua em seu nome.

Assim, consoante entendimento exposto pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU) quando da prolação do Acórdão nº 1925/2019/Plenário no âmbito do Processo nº 036.608/2016-5, outras competências estão relacionadas com as citadas funções típicas de Estado, delegadas pela União para os conselhos, as quais podem ser agrupadas em cinco funções principais, quais sejam: registro, normatização, fiscalização, julgamento e orientação.

A Lei nº 1.411/51, que dispõe sobre a profissão de Economista, em seus artigos 7º e 10º, respectivamente, tratam das atribuições do Cofecon e dos Corecons. De tais dispositivos, observa-se que as atividades relacionadas à efetivação do registro profissional, à fiscalização, à aplicação de penalidades e à arrecadação são atribuições inerentes aos Conselhos Regionais de Economia.

Com relação ao Conselho Federal de Economia, a este compete orientar e disciplinar o exercício da profissão, bem como apreciar e julgar os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelos Conselhos Regionais de Economia. Além de tais atividades, destacam-se as de elaborar programa de atividades que servirá de base para todos os Regionais, assim como a de organizar os Corecons, fixando-lhes a composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros. Em outras palavras, dentre as principais atribuições do Cofecon inserem-se a de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, bem como de julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos Corecons, exercendo, assim, papel central e superior no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Diante desse cenário, especialmente considerando que são os Corecons que exercem as atividades voltadas à fiscalização, ao registro profissional, à aplicação de sanção e à arrecadação, tem-se que este Cofecon não possui e tampouco faz gestão sobre as informações referentes às atividades desempenhadas pelos Corecons, inclusive sobre o número total de fiscalizações realizadas, o número de denúncias recebidas, o número total de profissionais fiscalizados e o quantitativo de processos instaurados e julgados, com detalhamento das sanções aplicadas, entre outros.

Todavia, restrito às competências do Cofecon, insta consignar que no exercício de 2022 foram analisados e julgados 212 processos/recursos, sendo 37 envolvendo remissão de débitos; 142 cancelamentos de registro profissional; 31 relativos ao exercício ilegal da profissão e 2 sobre suspensão de registro.

4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

Atualmente, o setor encontra-se com equipe reduzida, contando apenas com o Procurador-Geral e um Assessor, de modo que restam sem preenchimento 02 (duas) vagas de estagiário e 02 (duas) de advogado.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o exercício de 2022, vale ressaltar que a Procuradoria Jurídica do Cofecon esteve envolvida, direta ou indiretamente, em diversas situações que envolvessem o processo de tomadas de decisões no âmbito das Comissões e Grupos de Trabalho do Cofecon, em especial para que normativos e atos internos do Sistema Cofecon/Corecon fossem ajustados e aperfeiçoados.

Além disso, destacam-se a atuação em vários processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instância da Justiça Federal.

No âmbito da Justiça Federal, ressalta-se que após a formalização de acordo, foram encerrados os litígios envolvendo o Cofecon e o Corecon/SP, oportunidade a qual foi transferido para as contas o Cofecon o montante superior a R\$ 165 mil reais referentes aos juros e multa cobrados no processo de 2017 envolvendo à cota-parte.

Na justiça de São Paulo, por fim, tem-se, ainda, ação movida por ex-presidente do Corecon/SP contra o Cofecon e outros, pedindo suspensão de processo administrativo de apuração de responsabilidade, bem como danos morais. Ocorre que no pedido inicial também se solicitou liminar suspendendo o processo administrativo, a qual foi concedida pelo juízo em São Paulo e encontra-se eficaz até hoje. Ademais, a Procuradoria Jurídica do Cofecon, por meio dos instrumentos jurídicos apropriados conseguiu o declínio da competência da justiça de São Paulo para a do Distrito Federal, porém, após sucessivos recursos da parte contrário, a decisão foi revertida e definitivamente julgada a competência da justiça de São Paulo para julgar o processo.

Por fim, há processos judiciais envolvendo pedidos de cancelamento de registro julgados contrariamente ao Cofecon e ao Corecon envolvido, oportunidade a qual houve a condenação dos conselhos aos pagamentos de honorários sucumbenciais.

Quanto às demandas de origem interna do Cofecon, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto processos que envolvem licitações e contratos da Autarquia, quanto processos administrativos em geral, tais como os de cancelamento de registro, remissão e parcelamento de débitos, exercício ilegal da profissão, auxílio financeiro, ético-disciplinar etc.

Em números, até 31/12/2022 foram emitidas 332 manifestações, entre pareceres e despachos jurídicos, e realizadas 127 análises e orientações internas e externas, além de diversos outros expedientes realizados em processos administrativos.

Desta maneira, tem-se que o setor, com mais um ano de muito empenho, conseguiu atuar de maneira satisfatória, com dedicação e sucesso, agindo sempre em corrente alinhamento com a missão, visão e valores deste Conselho no empenho em busca da defesa e garantia dos direitos e deveres dos profissionais economistas e do Sistema Cofecon/Corecons.

4.3. Gestão Orçamentária e Financeira

**Quadro nº 7: Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia:
2016 a 2022**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Total	5.692.797,65	5.475.509,66	6.191.152,49	6.431.595,75	5.711.878,59	6.116.290,12	6.826.143,19
Despesas Correntes	5.995.210,29	5.460.258,46	5.603.070,67	6.559.785,15	4.957.658,31	5.558.635,10	6.827.160,26
1. Pessoal e encargos	2.913.118,92	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06
2. Manutenção da sede	200.895,06	156.540,22	55.073,63	66.989,50	46.368,47		138.507,93
3. Material de consumo	51.541,01	27.927,50	26.872,37	34.146,90	22.764,89	40.004,41	62.629,16
4. Telefonia, Internet e Correios	170.504,59	298.503,86	78.274,40	171.560,61	150.483,25	95.278,08	88.357,31
5. Manutenção Programas Informática	401.368,78	466.373,26	485.225,61	601.079,16	678.253,92	1.043.955,92	781.556,39
6. Despesas bancárias	55.870,80	14.045,12	11.290,67	25.932,43	2.841,38	3.367,86	4.802,64
7. Diárias	431.105,34	435.086,17	318.997,51	526.370,01	123.242,70	123.961,35	581.752,87
8. Passagens aéreas	460.628,02	229.464,18	366.875,59	624.022,03	177.561,26	103.330,03	604.278,71
9. Serviço Gráfico e Publicidade	340.108,73	330.316,44	246.420,47	311.651,57	142.760,04	24.145,82	222.867,15
10. Assessoria Parlamentar	49.311,22	-	-	-	-	-	-
11. Despesas com Sessões Plenárias	91.437,07	55.843,54	41.573,78	58.371,97	14.040,86	14.083,90	92.280,34
12. Premiações	97.924,90	53.200,00	53.700,00	89.200,00	11.250,00	72.236,80	202.815,00
13. Transferências para os Regionais	270.081,89	211.196,00	172.588,92	168.234,48	22.500,00	147.921,16	336.270,07
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	202.235,80	74.150,00	74.642,24	134.445,85	132.771,16	122.415,50	166.800,00
15. Impressão de carteira profissional	166.749,29	179.755,40	132.698,00	106.616,30	71.376,35	85.947,35	93.448,36
16. Outras despesas	88.328,04	426.103,08	519.045,54	519.984,63	479.147,17	8.932,00	28.367,94
Saldo Orçamentário Parcial	-302.412,64	15.251,20	558.081,82	-	-	-	-
Despesas de capital	272.660,32	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	5.859,76	8.173,96
17. Obras e Instalações	213.459,25	-	-	-	-	-	2.800,00
18. Equipamento material permanente	59.201,07	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	-	8.173,96
Despesa Total	6.267.870,61	5.699.813,36	5.604.980,14	6.567.988,06	4.967.359,31	5.564.494,86	6.835.334,22
Saldo Orçamentário Final	-575.072,96	-224.303,70	586.172,35	-136.392,31	744.519,28	435.505,14	9.191,03
Resultado Extra Orçamentário	-6.321,19	-	-	-	-	152.556,43	- 15.748,66
Saldo Financeiro	1.026.516,54	945.431,85	1.397.259,89	1.158.342,83	1.948.013,76	2.652.365,45	2.627.425,76

4.4. Gestão de Pessoas

Quadro nº 8: Detalhamento de despesas de pessoal, gastos com diárias e passagens

Indicadores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Pessoal	2.913.118	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06
Diárias	435.086	435.086,17	318.997,51	526.370,01	123.242,70	123.961,35	573.748,76
Passagens	460.628	229.464,18	366.875,59	624.022,03	177.561,26	103.330,03	685.448,37

4.5. Gestão de Licitações e Contratos

A Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2022, publicada no DOU nº 9, de 13 de janeiro de 2022, Seção 2, Página: 48, designou os empregados Ana Claudia Ramos Pinto e Lilian de Souza Barbosa como Pregoeiras Oficiais do Cofecon, para a condução e realização dos processos licitatórios na modalidade Pregão, e para compor a equipe de apoio Ana Claudia Ramos Pinto, Lilian de Souza Barbosa, Antonio Tolentino, Rielisson Barbosa de Moura e Jane Lopes da Silva.

A Resolução nº 2.098, de 31 de janeiro de 2022, publicada no DOU nº 26, de 7 de fevereiro de 2022, Seção 2, Página: 70, designou composição da Comissão de Licitação do Cofecon, cujos MEMBROS TITULARES são o Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva, na condição de Presidente, e os empregados Jane Lopes da Silva e Lilian de Souza Barbosa; como MEMBROS SUPLENTEs, o Conselheiro Federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e o empregado Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, com mandatos a partir de 31/1/2022 e término em 31/12/2022.

A Comissão é responsável por realizar as fases internas e externas de todas as licitações do Cofecon em suas diversas modalidades, garantindo economicidade para os cofres da Autarquia. Através de estudo dos objetos demandados aliados à devida observância legal, a Comissão de Licitação se empenha em alcançar o melhor custo-benefício para atender plenamente às necessidades da entidade.

A quantidade de licitações realizadas ao longo de 2022 ultrapassou ao dobro daquelas realizadas em anos anteriores. A razão de tal aumento decorre, em parte, do término de prazos contratuais, o que acarreta novas contratações para serviços continuamente prestados; e, em parte, pelo fato de que alguns prestadores contratados não mantiveram interesse em aditar os contratos sob a alegação de que o mero reajuste previsto em instrumentos contratuais não cobriria os altos custos de insumos e/ou atividades imprescindíveis à devida prestação dos serviços. Fundamentaram, por conseguinte, que alguns fatores externos lhes geraram custos inflacionados e não previstos, os quais oneravam substancialmente as despesas contratuais, tais como a situação de pandemia e a guerra entre Ucrânia e Rússia.

Dentre as contratações decorrentes dos processos licitatórios, o Presidente da Comissão de Licitação destacou a contratação do sistema eleitoral para as votações do Sistema, a aquisição de novo software para a realização da Gincana Nacional de Economia relativa à edição de 2022 e dos anos posteriores, a aquisição de equipamentos para as dependências da plenária, dentre outros itens.

Ao longo de 2022, foram realizados 10 Pregões Eletrônicos, 32 dispensas e 5 inexigibilidades de licitação, que visaram estabelecer a continuidade dos trabalhos rotineiros, assim como atender às novas demandas decorrentes da atuação da Autarquia. Ressalte-se que o ano de 2022 marca a transição do antigo diploma legal de licitação para a adoção efetiva da Nova Lei de Licitações e Contratos, a saber, a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o que tem demandado estudos específicos quanto à forma de contratação das novas demandas e as suas respectivas adequações à nova lei e alterações dela derivadas.

4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Em razão de restrições orçamentárias e financeiras, foram realizados poucos investimentos de capital no exercício de 2022. Os investimentos ocorreram para a manutenção da sede do Cofecon e aquisição de equipamento de filmagem (R\$ 3.698,60), 2 notebooks (R\$ 8.833,10), 1 geladeira (R\$ 4.475,36), totalizando R\$ 17.007,06.

4.7. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2022, o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon teve como diretrizes a modernização de seus sistemas e serviços, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselhos Regionais, visando alcançar melhores níveis de produtividade e aprimoramento dos serviços executados pelo Cofecon. Destacam-se as seguintes atividades:

1. Acompanhamento da migração dos Sistemas Cadastral, Financeiro e Fiscal nos Corecons. Até dez/2022 foram concluídas 26 migrações (considerando a unificação das bases de dados PA/AP). O único Corecon faltante é o Corecon-SP, com previsão de migração no início de fevereiro de 2023.

2. Organização e acompanhamento do processo das eleições eletrônicas, possibilitando a votação a distância ou presencialmente (formato híbrido para eleição dos cargos da Presidência do Cofecon), por meio do site www.votaeconomista.org.br;
3. Operacionalização da transmissão ao vivo, no canal do Youtube do Cofecon, do resultado das eleições do Sistema Cofecon/Corecons;
4. Transmissão ao vivo no canal do Youtube do Cofecon das eleições dos delegados eleitores;
5. Transmissão ao vivo no canal do Youtube do Cofecon dos debates que ocorreram durante o ano;
6. Suporte técnico para realização das Sessões Plenárias virtuais e posteriormente em formato híbrido, com transmissão pelo Zoom para participantes online. E para melhor aproveitamento e realização das Sessões Plenárias foi uma câmera filmadora para a transmissão;
7. Transmissão internacional juntamente com o Corecon-DF ao vivo via Zoom e streamyard em canais Youtube do Cofecon, Corecon-DF e demais organizadores;
8. Suporte presencialmente no evento ENESUL - Encontro dos Economistas da Região Sul, em Florianópolis- SC, e teve transmissão ao vivo pelo canal do Youtube do Cofecon.
9. Análise trimestral de Portais da Transparência em todo o Sistema Cofecon/Corecons;
10. Atendimento via e-mail, telefone e WhatsApp aos sistemas de carteiras profissionais, cadastro de peritos (CNPEF), entre outros;
11. Atualização e melhorias na plataforma NES- Núcleo de estudo econômico estatísticos, disponibilizado em: <https://cofecon.org/nes/>
12. Atualização e melhorias na plataforma e-SIC- Sistema Eletrônico de Serviços de Informação ao Cidadão, disponibilizado em: <https://esic.cofecon.org/index/>
13. Criação de ambiente virtual para inscrições do PBE- Prêmio Brasil de Economia;
14. Criação de ambiente virtual para inscrições do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas;
15. Criação de ambiente virtual e inscrições para o Seminário de assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, bem como suporte e montagem da estrutura tecnologia necessária para a realização do evento;
16. Criação de ambiente virtual e inscrições para o Treinamento de Fiscalização do Sistema Cofecon/ Corecons;
17. Criação de ambiente virtual e Credenciamento para o SINCE – Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, bem como também o suporte presencial ao evento;
18. Ajuste no sistema de carteiras para contemplar as novas modalidades de Mestre e Doutor em Economia;

19. Confecção de formulários de enquête, como: Honraria Destaque Econômico do ano, Personalidade Econômica do Ano, Pesquisa Mulher Economista, Honraria Prêmio Mulher Economista, Honraria Prêmio Mulher Transformadora;
20. Adaptações no sistema para realização do Desafio Quero Ser Economista, conforme novas regras do jogo, bem como acompanhamento, suporte, auxílio e montagem de relatórios;
21. Adaptações no sistema para realização do Gincana Nacional de Economia, etapa regional, bem como acompanhamento, suporte, montagem de relatórios;
22. Aquisição de um sistema on-line para a etapa Nacional da Gincana Nacional de Economia, bem como participação no desenvolvimento do jogo em todas as suas fases e coordenação presencial do evento que foi realizado durante o SINCE;
23. Disseminação de boas práticas no uso de recursos de TI;
24. Aquisição de itens de informática, como SSD (Solid State Drive), Memórias, dentre outros equipamentos para melhor desempenho de máquinas no parque tecnológico, além de webcams, fones e microfones para participação do corpo funcional e membros do plenário em eventos virtuais.
25. Suportes diversos à infraestrutura de rede, à central telefônica e às estações de trabalho dos colaboradores do Cofecon;
26. Planejamento para aquisição de um software automatizado para backups de arquivos e sistemas (em andamento);
27. Planejamento para aquisição de um software automatizado com intuito de checar as vulnerabilidades dos sítios eletrônicos e sistemas (em andamento).
28. Planejamento para contratação de uma empresa especializada em manutenção de Infraestrutura (em andamento).

4.8. Gestão dos Custos

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia, conforme previsto na Lei nº 1.411/1951.

No exercício de 2022 não houve a gestão dos recursos através de centros de custos, porém todas as despesas foram realizadas em estrita observância dos objetivos estratégicos da Autarquia.

Quadro nº 9: Gestão de Custos

Discriminação	Somatório por Grupo	Percentual da Despesa
Despesas com Pessoal e Encargos	3.123.309,06	45,69%
Benefícios a Pessoal	304.464,26	4,45%
Material de Consumo	62.929,16	0,92%
Serviços de Pessoas Físicas	2.351.230,44	34,40%
Outros Serviços e Encargos	658.957,27	9,64%
Transferências Correntes	326.270,07	4,77%
Despesas de Capital	8.173,96	0,12%
Total	6.835.334,22	100,00%

* valores da despesa de 2022

4.9. Sustentabilidade Ambiental

No ano de 2022, a Autarquia continuou o processo de redução consciente do quantitativo de materiais impressos, sendo priorizada a tramitação eletrônica/digitalizada de documentos.

Também foram adotadas ações internas para o reaproveitamento de papéis e resíduos de informática como cabos, pilhas, baterias e afins, por meio de parcerias com cooperativas do Distrito Federal.

Durante o exercício, foram feitas tratativas junto ao Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4ª) com o objetivo de obter autorização para uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

CAPÍTULO 5 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Declaração dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa IN 84/2020 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Conselho Federal de Economia, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Brasília-DF, 31 de março de 2022


Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
Presidente de Cofecon


Aline Tales Ferreira
Superintendente

5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes

Notas explicativas da Prestação de Contas do exercício de 2022

Informações e avaliações sobre os fatos contábeis e financeiros mais relevantes e impactantes nos resultados e de forma estão expressas nos demonstrativos contábeis e nas principais contas:

Comportamento das receitas no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021

Exercício	2021	2022
Receita Prevista	6.000.000,00	7.000.000,00
Arrecadação	6.116.290,12	6.826.143,19
Saldo orçamentário	(116.920,12)	173.856,81

Comportamento das despesas no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021

Exercício	2021	2022
Despesa Prevista	6.000.000,00	7.000.000,00
Realizada	5.564.494,86	6.835.334,22
Saldo orçamentário	435.505,14	143.983,69

Dos exames procedidos nas contas que integram o Balanço da Entidade destacamos as seguintes:

Receitas: Comportamento das receitas no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021.

No exercício de 2022 o total das receitas realizadas foi de R\$ 6.826.143,19, já em 2021 foi no valor de R\$ 6.116.290,12, com um acréscimo nominal de R\$ 709.853,07, correspondente ao percentual de 11,86%.

Despesas: Comportamento das despesas no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021:

No exercício de 2022 o total das receitas realizadas foi de R\$ 6.835.334,22, já em 2021 foi no valor de R\$ 5.564.494,86, com um acréscimo nominal de R\$ 1.264.213,92, correspondente ao percentual de 23,30%.

Resultado Orçamentário do Exercício de 2021:

No exercício de 2022, o total das receitas foi de 6.826.143,19 e o total das despesas foi de R\$ 6.856.016,31 com um déficit de R\$ 29.873,12.

Saldo Financeiro do Exercício de 2022:

No exercício de 2022 o saldo financeiro foi de R\$ 2.627.625,45.

Quadro nº 10: Variação Receitas e Despesas do Cofecon

RECEITA								DESPESA							
MÊS	2019	2020	Variação	2021	Variação	2022	Variação	2019	2020	Variação	2021	Variação	2022	Variação	
JANEIRO	1.015.302,46	1.073.081,56	5,69%	850.018,25	-20,79%	995.795,77	17,15%	327.566,19	503.920,11	53,84%	362.037,05	-28,16%	509.843,10	40,83%	
FEVEREIRO	1.580.210,87	1.344.368,18	-14,92%	1.394.831,96	3,75%	1.417.005,96	1,59%	727.626,57	459.147,32	-36,90%	355.358,65	-22,60%	475.427,39	33,79%	
ACUMULADO JAN - FEV	2.595.513,33	2.417.449,74	-6,86%	2.244.850,21	-7,14%	2.412.801,73	7,48%	1.055.192,76	963.067,43	-8,73%	717.395,70	-25,51%	985.270,49	37,34%	
MARÇO	662.556,42	650.050,12	-1,89%	725.570,71	11,62%	754.508,26	3,99%	536.778,06	481.215,02	-10,35%	379.078,94	-21,22%	552.971,76	45,87%	
ACUMULADO JAN - MAR	3.258.069,75	3.067.499,86	-5,85%	2.970.420,92	-3,16%	3.167.309,99	6,63%	1.591.970,82	1.444.282,45	-9,28%	1.096.474,64	-24,08%	1.538.242,25	40,29%	
ABRIL	755.256,67	528.015,82	-30,09%	645.712,65	22,29%	740.775,78	14,72%	555.906,92	404.849,27	-27,17%	362.722,30	-10,41%	331.873,24	-8,50%	
ACUMULADO JAN - ABR	4.013.326,42	3.595.515,68	-10,41%	3.616.133,57	0,57%	3.908.085,77	8,07%	2.147.877,74	1.849.131,72	-13,91%	1.459.196,94	-21,09%	1.870.115,49	28,16%	
MAIO	318.436,94	158.204,48	-50,32%	321.705,68	103,35%	361.014,74	12,22%	558.861,15	342.770,19	-38,67%	390.921,79	14,05%	509.808,92	30,41%	
ACUMULADO JAN - MAI	4.331.763,36	3.753.720,16	-13,34%	3.937.839,25	4,90%	4.269.100,51	8,41%	2.706.738,89	2.191.901,91	-19,02%	1.850.118,73	-15,59%	2.379.924,41	28,64%	
JUNHO	336.281,40	165.945,80	-50,65%	314.666,18	89,62%	335.384,12	6,58%	459.286,02	330.174,94	-28,11%	383.354,85	16,11%	534.337,99	39,38%	
ACUMULADO JAN - JUN	4.668.044,76	3.919.665,96	-16,03%	4.252.505,43	8,49%	4.604.484,63	8,28%	3.166.024,91	2.522.076,85	-20,34%	2.233.473,58	-11,44%	2.914.262,40	30,48%	
JULHO	310.430,95	259.014,22	-16,56%	321.705,80	24,20%	311.759,51	-3,09%	470.404,70	331.137,01	-29,61%	516.362,10	55,94%	628.924,94	21,80%	
ACUMULADO JAN - JUL	4.978.475,71	4.178.680,18	-16,07%	4.574.211,23	9,47%	4.916.244,14	7,48%	3.636.429,61	2.853.213,86	-21,54%	2.749.835,68	-3,62%	3.543.187,34	28,85%	
AGOSTO	248.409,95	220.506,90	-11,23%	275.422,72	24,90%	555.420,42	101,66%	540.769,86	360.908,55	-33,26%	378.813,94	4,96%	546.114,94	44,16%	
ACUMULADO JAN - AGO	5.226.885,66	4.399.187,08	-15,84%	4.849.633,95	10,24%	5.471.664,56	12,83%	4.177.199,47	3.214.122,41	-23,06%	3.128.649,62	-2,66%	4.089.302,28	30,71%	
SETEMBRO	383.680,23	341.263,49	-11,06%	267.583,23	-21,59%	317.619,03	18,70%	432.612,07	357.947,67	-17,26%	516.990,14	44,43%	527.898,27	2,11%	
ACUMULADO JAN - SET	5.610.565,89	4.740.450,57	-15,51%	5.117.217,18	7,95%	5.789.283,59	13,13%	4.609.811,54	3.572.070,08	-22,51%	3.645.639,76	2,06%	4.617.200,55	26,65%	
OUTUBRO	258.236,36	256.037,45	-0,85%	357.926,01	39,79%	353.548,47	-1,22%	708.287,73	397.638,49	-43,86%	622.409,09	56,53%	652.019,04	4,76%	
ACUMULADO JAN - OUT	5.868.802,25	4.996.488,02	-14,86%	5.475.143,19	9,58%	6.142.832,06	12,19%	5.318.099,27	3.969.708,57	-25,35%	4.268.048,85	7,52%	5.269.219,59	23,46%	
NOVEMBRO	228.434,93	232.182,53	1,64%	276.656,28	19,15%	276.656,28	0,00%	537.452,05	368.687,42	-31,40%	666.347,29	80,74%	710.468,94	6,62%	
ACUMULADO JAN - NOV	6.097.237,18	5.228.670,55	-14,25%	5.751.799,47	10,01%	6.419.488,34	11,61%	5.855.551,32	4.338.395,99	-25,91%	4.934.396,14	13,74%	5.979.688,53	21,18%	
DEZEMBRO	334.358,57	406.654,85	21,62%	367.387,66	-9,66%	406.654,85	10,69%	714.618,08	628.454,75	-12,06%	857.293,98	36,41%	855.645,69	-0,19%	
ACUMULADO JAN - DEZ	6.431.595,75	5.635.325,40	-12,38%	6.119.187,13	8,59%	6.826.143,19	11,55%	6.570.169,40	4.966.850,74	-24,40%	5.791.690,12	16,61%	6.835.334,22	18,02%	
Saldo Financeiro	31/12/2019	1.210.213,91													
	31/12/2020	1.948.013,15													
	31/12/2021	2.652.365,45													
	31/12/2022	2.627.625,45													

5.3. Balanço Orçamentário



Conselho Federal de Economia - Cofecon
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800

Balanço Orçamentário

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.000.000,00	7.000.000,00	6.826.143,19	173.856,81
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.700.000,00	5.700.000,00	5.656.194,82	43.805,18
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	49.963,58	20.036,42
6.2.1.3	FINANCEIRAS	450.000,00	450.000,00	433.689,03	16.310,97
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	780.000,00	780.000,00	686.295,76	93.704,24
	TOTAL DAS RECEITAS:	7.000.000,00	7.000.000,00	6.826.143,19	173.856,81
	DÉFICIT			30.369,39	
	TOTAL GERAL:			6.856.512,58	

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	6.955.000,00	6.985.000,00	6.848.338,62	6.827.160,26	136.661,38
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.330.075,00	3.144.431,13	3.124.171,03	3.123.309,06	20.260,10
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.000,00	24.400,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.389.925,00	3.466.668,87	3.367.818,16	3.347.501,77	98.850,71
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	215.000,00	349.500,00	336.270,07	336.270,07	13.229,93
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	45.000,00	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	45.000,00	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
	TOTAL DAS DESPESAS:	7.000.000,00	7.000.000,00	6.856.512,58	6.835.334,22	143.487,42

TOTAL GERAL:

6.856.512,58

Econ. Antonio Dorça de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

CPF:
(Tesoureiro)

Antonio Tolentino
CPF: 057.401.501-91
CRC: DF 5342-O
(Contador)



5.4. Balanço Patrimonial



Conselho Federal de Economia - Cofecon
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800



Balanço Patrimonial

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Valor Atual
1	ATIVO	4.508.337,80
1.1	ATIVO CIRCULANTE	2.730.261,76
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.627.425,76
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.627.425,76
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	102.836,00
1.1.3.1	ADANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	47.700,00
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	46.421,24
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	8.708,76
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.778.076,04
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.778.076,04
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.778.076,04
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.508.337,81
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	165.794,04
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	85.723,99
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	26.225,99
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	59.497,80
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	80.070,05
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	80.070,05
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.342.543,77
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.342.543,77
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.342.543,77

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
ATIVO FINANCEIRO	2.730.261,76	PASSIVO FINANCEIRO	165.794,04
ATIVO PERMANENTE	1.778.076,04	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			4.342.543,76

Compensações

Saldo das Atos Potenciais Ativos

Saldo dos Atos Potenciais Passivos

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual

Quadro da Superávit/Deficit Financeiro

	Valor Atual
Superávit Financeiro	2.568.467,72

 Eusebio Antonio Carlos de Lucena
 CPF: 679.270.718-03
 (Presidente)

 CNP
 (Presidente)

 Antonio Tereza
 CPF: 097.485.200-40
 CUC DE 5342-0
 (Diretor)

5.5 Balço Financeiro



Conselho Federal de Economia - Cofecon
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 B1 b Sala 1201 a 1211
Brasília - DF

Telefone: (61) 3208-1800

Balço Financeiro

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Ingressos Totais	Valor	Despesas Totais	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	6.826.143,19	DESPESA ORÇAMENTARIA	6.838.334,22
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	6.826.143,19	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	6.827.160,26
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	8.173,96
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	6.832.116,81	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	8.047.865,47
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	277.858,73	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	314.789,62
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	16.390,04	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	62.811,28
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	37.747,81	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	3.000,00	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	8.708,76
PESSOAL A PAGAR	2.512.645,78	PESSOAL A PAGAR	2.485.410,79
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	631.143,08	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	626.960,96
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	4.444.690,83	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	4.503.466,89
AJUSTES FINANCEIROS	0,00	AJUSTES FINANCEIROS	962,69
BAIXA DE DIREITOS	0,00	BAIXA DE DIREITOS	42.086,30
BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	88.720,34	BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	1.639,16
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.652.565,45	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.627.425,76
TOTAL GERAL	17.510.625,45	TOTAL GERAL	17.510.625,45

Excm. Antonio Carlos de Lucena
CPF: 879.230.718-19
(Presidente)

CPF:
(Tesoureiro)

Antonio Tolentino
CPF: 657.461.561-41
CRC: DF 5542-O
(Controlador)



5.6. Balço Patrimonial Comparado 2021/2022



Conselho Federal de Economia - Cofecon
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 B1 b Sala 1201 a 1211
Brasília - DF

Telefone: (61) 3208-1800

Balço Patrimonial Comparado

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
1	ATIVO	4.508.337,80	4.473.800,45	2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.508.337,81	4.473.800,45
1.1	ATIVO CIRCULANTE	2.730.261,76	2.703.898,37	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	165.794,04	174.252,81
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.627.425,76	2.652.365,45	2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	85.723,39	35.315,30
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.627.425,76	2.652.365,45	2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	26.225,99	0,00
1.1.1.1.01	CAIXA	0,00	0,00	2.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	26.225,99	0,00
1.1.1.1.02	FUNDO FIXO DE CAIXA	0,00	0,00	2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	59.497,40	35.315,30
1.1.1.1.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO	17.068,93	13.605,75	2.1.1.2.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	59.497,40	35.315,30
1.1.1.1.04	BANCOS CONTA ARRECADACÃO	4.878,31	5.254,08	2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	80.070,65	138.936,71
1.1.1.1.05	DISPONÍVEL VINCULADO EM CC BANCÁRIA	2.605.478,52	2.633.505,62	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	80.070,65	138.936,71
1.1.1.1.06	DISPONÍVEL VINCULADO EM CC BANCÁRIA	0,00	0,00	2.1.2.1.01	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	14.870,44	350,90
1.1.1.1.07	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	0,00	2.1.2.1.02	DEPÓSITOS CONSIGNÁVEIS	65.200,21	58.336,28
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00	2.1.2.1.03	FORNECEDORES PRESTADOS DE SERVIÇOS	0,00	80.249,53
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	102.836,00	51.532,92	2.1.3.2.01	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	47.706,00	10.785,11	2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.1.01	ADIANTAMENTOS A PESSOAL	44.383,25	10.785,11	2.1.3.3.01	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.1.02	DEVEDORES DA ENTIDADE	3.320,75	0,00	2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	0,00



1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	46.421,24	0,00	2.1.4.2.01	PROVISÕES TRABALHISTAS (P)	0,00	0,00
1.1.3.4.01	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	46.421,24	0,00	2.1.5	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	37.747,81	2.1.5.1	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
1.1.3.5.01	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	37.747,81	2.1.5.1.01	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	8.708,76	3.000,00	2.1.5.2	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
1.1.3.6.01	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	3.000,00	2.1.5.2.01	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
1.1.3.6.03	DESPESAS A REGULARIZAR	8.708,76	0,00	2.1.5.3.01	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.778.076,04	1.769.902,08	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.778.076,04	1.769.902,08				
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.778.076,04	1.769.902,08				
1.2.2.2.01	BENS MÓVEIS	748.691,95	740.517,99				
1.2.2.2.02	BENS IMÓVEIS	1.029.384,09	1.029.384,09				

				2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.342.543,77	4.299.548,44
				2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.342.543,77	4.299.548,44
				2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.342.543,77	4.299.548,44
				2.3.1.1.01	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.342.543,77	4.299.548,44
				2.3.1.1.01.01	RESULTADOS ACUMULADOS	4.342.543,77	4.299.548,44
				2.3.1.1.01.01.001	DO EXERCÍCIO	42.995,33	537.655,02
				2.3.1.1.01.01.002	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.299.548,44	3.741.893,42

Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
ATIVO FINANCEIRO	2.730.261,76	2.703.898,37	PASSIVO FINANCEIRO	165.794,04	174.252,01
ATIVO PERMANENTE	1.778.076,04	1.769.902,08	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				4.342.543,76	4.299.548,44



Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
CONTROLES CREDORES	0,00	0,00	CONTROLES CREDORES	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS A EXECUTAR	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00
DIREITOS EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS EXECUTADOS	0,00	0,00			
DIREITOS CONTRATUAIS EXECUTADOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS EXECUTADAS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00			

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro		
	Valor Atual	Valor Anterior
Superávit Financeiro	2.564.467,72	2.329.646,36



Econ. Antonio Corrêa de Lucena
CPF: 870.270.718-15
(Presidente)

CPF:
(Tesoureiro)

Atencio Tolentino
CPF: 817.401.501-01
CPF: 166.1342-4
(Membro)

5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2022



Conselho Federal de Economia - Cofecon
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
Brasília - DF

Telefone: (61) 3208-1800



Comparativo da Receita Prevista/Arrecadada

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Variação
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.000.000,00	6.826.143,19	6.826.143,19	173.856,81
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.700.000,00	5.656.194,82	5.656.194,82	43.805,18
6.2.1.1.02	COTA PARTE	5.700.000,00	5.656.194,82	5.656.194,82	43.805,18
6.2.1.1.02.01	COTA PARTE	5.700.000,00	5.656.194,82	5.656.194,82	43.805,18
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.400.000,00	1.069.513,92	1.069.513,92	330.486,08
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	1.600.000,00	1.878.485,23	1.878.485,23	-278.485,23
6.2.1.1.02.01.003	Corecon - 3ª Região - PE	150.000,00	68.110,00	68.110,00	81.890,00
6.2.1.1.02.01.004	Corecon - 4ª Região - RS	300.000,00	271.629,52	271.629,52	28.370,48
6.2.1.1.02.01.005	Corecon - 5ª Região - BA	200.000,00	162.020,08	162.020,08	37.979,92
6.2.1.1.02.01.006	Corecon - 6ª Região - PR	290.000,00	308.229,32	308.229,32	-18.229,32
6.2.1.1.02.01.007	Corecon - 7ª Região - SC	130.000,00	140.780,49	140.780,49	-10.780,49
6.2.1.1.02.01.008	Corecon - 8ª Região - CE	90.000,00	96.859,16	96.859,16	-6.859,16
6.2.1.1.02.01.009	Corecon - 9ª Região - PA	130.000,00	149.194,47	149.194,47	-19.194,47
6.2.1.1.02.01.010	Corecon - 10ª Região - MG	310.000,00	357.445,34	357.445,34	-47.445,34
6.2.1.1.02.01.011	Corecon - 11ª Região - DF	240.000,00	257.122,55	257.122,55	-17.122,55
6.2.1.1.02.01.012	Corecon - 12ª Região - AL	40.000,00	30.376,03	30.376,03	9.623,97
6.2.1.1.02.01.013	Corecon - 13ª Região - AM	120.000,00	151.973,00	151.973,00	-31.973,00
6.2.1.1.02.01.014	Corecon - 14ª Região - MT	110.000,00	108.732,25	108.732,25	1.267,75
6.2.1.1.02.01.015	Corecon - 15ª Região - MA	55.000,00	50.563,43	50.563,43	4.436,57
6.2.1.1.02.01.016	Corecon - 16ª Região - SE	45.000,00	42.270,20	42.270,20	2.729,80
6.2.1.1.02.01.017	Corecon - 17ª Região - ES	70.000,00	83.249,38	83.249,38	-13.249,38
6.2.1.1.02.01.018	Corecon - 18ª Região - GO	100.000,00	97.681,21	97.681,21	2.318,79
6.2.1.1.02.01.019	Corecon - 19ª Região - RN	60.000,00	72.703,32	72.703,32	-12.703,32
6.2.1.1.02.01.020	Corecon - 20ª Região - MS	60.000,00	39.279,00	39.279,00	20.721,00
6.2.1.1.02.01.021	Corecon - 21ª Região - PB	45.000,00	37.398,58	37.398,58	7.601,42
6.2.1.1.02.01.022	Corecon - 22ª Região - PI	45.000,00	49.305,76	49.305,76	-4.305,76
6.2.1.1.02.01.023	Corecon - 23ª Região - AC	20.000,00	18.247,54	18.247,54	1.752,46
6.2.1.1.02.01.024	Corecon - 24ª Região - RO	30.000,00	37.112,62	37.112,62	-7.112,62
6.2.1.1.02.01.025	Corecon - 25ª Região - TO	30.000,00	57.702,22	57.702,22	-27.702,22
6.2.1.1.02.01.027	Corecon - 27ª Região - RR	20.000,00	20.210,20	20.210,20	-210,20
6.2.1.1.02.01.099	Corecon - Cobrança	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.2.01	RECEITA PATRIMONIAL	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.2.01.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.2.01.01.001	ALUGUEIS	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.3	FINANCEIRAS	450.000,00	433.689,03	433.689,03	16.310,97

6.2.1.3.05	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	450.000,00	433.689,03	433.689,03	60.310,97
6.2.1.3.05.01	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	450.000,00	433.689,03	433.689,03	60.310,97
6.2.1.3.05.01.002	TÍTULOS DE RENDA FIXA	440.000,00	433.214,61	433.214,61	6.785,39
6.2.1.3.05.01.003	POUPANÇA	10.000,00	474,42	474,42	9.525,58
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	780.000,00	686.295,76	686.295,76	93.704,24
6.2.1.9.09	RECEITAS DIVERSAS	780.000,00	686.295,76	686.295,76	93.704,24
6.2.1.9.09.01	RECEITAS DIVERSAS	780.000,00	686.295,76	686.295,76	93.704,24
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas	780.000,00	686.295,76	686.295,76	93.704,24
	TOTAL:	7.000.000,00	6.826.143,19	6.826.143,19	173.856,81

Excd. Antonio Corrêa de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

(Tesoureiro)


Antonio Tolentino
CPF: 057.401.501-91
CRC: DF 5342-0
(Contador)

5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2021



Conselho Federal de Economia
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCN Q2 Bloco 1201 a 1211
Brasília - DF

Telefone: (61) 3208-0888



Comparativo da Receita Prevista/Arrecadada

Ano do Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 12/2021

Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Variação
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISITAS	8.446.800,00	6.106.298,12	6.116.298,12	-476.299,12
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.300.800,00	5.512.989,08	5.512.989,08	-182.989,08
6.2.1.1.02	COTA PARTE	5.300.800,00	5.512.989,08	5.512.989,08	-182.989,08
6.2.1.1.02.01	COTA PARTE	5.300.800,00	5.512.989,08	5.512.989,08	-182.989,08
6.2.1.1.02.01.001	Cotação - 1º Região - RJ	1.300.000,00	1.086.514,86	1.086.514,86	213.485,14
6.2.1.1.02.01.002	Cotação - 2º Região - SP	1.300.000,00	1.895.679,22	1.895.679,22	-185.679,22
6.2.1.1.02.01.003	Cotação - 3º Região - PE	100.000,00	74.438,31	74.438,31	25.561,69
6.2.1.1.02.01.004	Cotação - 4º Região - RS	100.000,00	102.417,31	102.417,31	-2.417,31
6.2.1.1.02.01.005	Cotação - 5º Região - BA	200.000,00	181.882,28	181.882,28	18.117,72
6.2.1.1.02.01.006	Cotação - 6º Região - PR	240.000,00	181.116,31	181.116,31	58.883,69
6.2.1.1.02.01.007	Cotação - 7º Região - SC	120.000,00	131.078,26	131.078,26	-11.078,26
6.2.1.1.02.01.008	Cotação - 8º Região - CE	90.000,00	118.864,22	118.864,22	-28.864,22
6.2.1.1.02.01.009	Cotação - 9º Região - PA	130.000,00	144.266,39	144.266,39	-14.266,39
6.2.1.1.02.01.010	Cotação - 10ª Região - MG	180.000,00	162.737,31	162.737,31	17.262,69
6.2.1.1.02.01.011	Cotação - 11ª Região - DF	230.000,00	236.309,49	236.309,49	-6.309,49
6.2.1.1.02.01.012	Cotação - 12ª Região - AL	40.000,00	35.342,31	35.342,31	4.657,69
6.2.1.1.02.01.013	Cotação - 13ª Região - AM	100.000,00	127.699,36	127.699,36	-27.699,36
6.2.1.1.02.01.014	Cotação - 14ª Região - MT	110.000,00	121.989,62	121.989,62	-11.989,62
6.2.1.1.02.01.015	Cotação - 15ª Região - MA	110.000,00	106.013,36	106.013,36	3.986,64
6.2.1.1.02.01.016	Cotação - 16ª Região - SE	40.000,00	41.772,38	41.772,38	-1.772,38
6.2.1.1.02.01.017	Cotação - 17ª Região - ES	60.000,00	77.185,18	77.185,18	-17.185,18
6.2.1.1.02.01.018	Cotação - 18ª Região - GO	90.000,00	111.328,31	111.328,31	-21.328,31
6.2.1.1.02.01.019	Cotação - 19ª Região - RN	60.000,00	89.172,94	89.172,94	-29.172,94
6.2.1.1.02.01.020	Cotação - 20ª Região - AP	60.000,00	47.031,31	47.031,31	12.968,69
6.2.1.1.02.01.021	Cotação - 21ª Região - PB	40.000,00	36.351,34	36.351,34	3.648,66
6.2.1.1.02.01.022	Cotação - 22ª Região - PI	40.000,00	47.611,82	47.611,82	-7.611,82
6.2.1.1.02.01.023	Cotação - 23ª Região - AC	20.000,00	19.787,98	19.787,98	212,02
6.2.1.1.02.01.024	Cotação - 24ª Região - RO	30.000,00	33.367,99	33.367,99	-3.367,99
6.2.1.1.02.01.025	Cotação - 25ª Região - TO	30.000,00	38.934,31	38.934,31	-8.934,31
6.2.1.1.02.01.026	Cotação - 26ª Região - RR	15.000,00	18.131,84	18.131,84	-3.131,84
6.2.1.1.02.01.027	Cotação - 27ª Região - MT	10.000,00	2.300,00	2.300,00	7.700,00
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	70.000,00	45.800,00	45.800,00	24.200,00
6.2.1.2.01	RECEITA PATRIMONIAL	70.000,00	45.800,00	45.800,00	24.200,00
6.2.1.2.01.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	70.000,00	45.800,00	45.800,00	24.200,00
6.2.1.2.01.01.001	ALUGUELOS	70.000,00	45.800,00	45.800,00	24.200,00
6.2.1.3	FINANCEIRAS	70.000,00	125.548,78	125.548,78	-55.548,78

6.2.1.3.05	REBOLSAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	70.000,00	123.548,70	123.548,70	-53.548,70
6.2.1.3.05.01	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	70.000,00	123.548,70	123.548,70	-53.548,70
6.2.1.3.05.01.002	TÍTULOS DE RENDA FIXA	60.000,00	123.292,57	123.292,57	-63.292,57
6.2.1.3.05.01.003	PORTUANÇA	10.000,00	256,13	256,13	9.741,87
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.1.9.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.1.9.00.01	RECEITAS DIVERSAS	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.1.9.00.01.002	Outras Receitas Diversas	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISITAS	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
6.2.2.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
6.2.2.0.00	RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
6.2.2.0.00.01	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
6.2.2.0.00.01.001	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
TOTAL:		6.000.000,00	6.116.290,12	6.116.290,12	-116.290,12


Carlos Antônio Costa de Lencastre
CPF: 076.278.758-15
(Presidente)


Roberto Gomes da Silva
CPF: 004.490.905-04
CDE: DA 4126
(Presidente)



5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2022

		Conselho Federal de Economia - Cofecon CNPJ: 33.788.053/0001-25 SCS Q2 B1 b Sala 1201 a 1211 Brasília - DF		Telefone: (61) 3208-1800		
		Comparativo da Despesa Autorizada/Realizada				
Ano do Exercício: 2022		Período: 01/01/2022 até 31/12/2022				
Número-Costa	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição	
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	6.385.000,00	6.827.160,28	6.827.160,28	157.839,74	
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.544.431,13	3.123.309,06	3.123.309,06	21.122,87	
6.3.1.1.01	PESSOAL E ENCARGOS	2.544.431,13	3.123.309,06	3.123.309,06	21.122,87	
6.3.1.1.01.01	REBOLSAÇÃO PESSOAL	2.182.642,00	2.168.713,12	2.168.713,12	13.528,88	
6.3.1.1.01.01.001	SALÁRIO	1.428.601,00	1.428.600,84	1.428.600,84	0,16	
6.3.1.1.01.01.002	FUNÇÃO/CARGO GRATIFICADO	160.000,00	192.638,52	192.638,52	7.261,48	
6.3.1.1.01.01.003	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	305.000,00	301.478,52	301.478,52	3.581,48	
6.3.1.1.01.01.004	13º SALÁRIO	157.542,00	187.495,81	187.495,81	46,19	
6.3.1.1.01.01.005	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	70.430,00	76.429,60	76.429,60	0,00	
6.3.1.1.01.01.006	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	51.669,00	51.468,81	51.468,81	0,19	
6.3.1.1.01.01.007	HORAS EXTRAS	1.000,00	641,02	641,02	2.358,98	
6.3.1.1.01.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	658.880,00	690.131,68	690.131,68	6.748,32	
6.3.1.1.01.02.001	INSS ENTIDADE	434.830,00	434.878,56	434.878,56	1,44	
6.3.1.1.01.02.002	FUTS	197.000,00	195.980,94	195.980,94	1.019,06	
6.3.1.1.01.02.003	PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	25.000,00	19.272,18	19.272,18	5.727,82	
6.3.1.1.01.03	BENEFÍCIOS A PESSOAL	305.000,00	304.464,26	304.464,26	1.044,87	
6.3.1.1.01.03.001	AUXÍLIO TRANSPORTE/ALIMENTAÇÃO E CRECHE	22.000,00	21.817,37	21.817,37	182,63	
6.3.1.1.01.03.002	Serviço Médico e Ontológico	283.500,00	282.646,89	282.646,89	853,11	
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	24.000,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64	
6.3.1.2.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	24.000,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64	
6.3.1.2.01.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	24.000,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64	
6.3.1.2.01.01.002	AUXÍLIO-CRECHE	24.000,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64	
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.406.668,87	3.347.501,77	3.347.501,77	119.167,10	
6.3.1.3.01	MATERIAL DE CONSUMO	81.902,70	62.629,16	62.629,16	19.273,54	
6.3.1.3.01.01	MATERIAL DE CONSUMO	81.902,70	62.629,16	62.629,16	19.273,54	
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS EXPEDIENTE LIMPEZA E OUTRO	20.020,56	14.429,02	14.429,02	6.491,48	
6.3.1.3.01.01.007	MATERIAL PARA Homenagens, Doações e Brindes	20.000,00	17.751,17	17.751,17	2.248,83	
6.3.1.3.01.01.009	MATERIAL DE INFORMÁTICA	30.982,20	24.815,30	24.815,30	6.166,90	
6.3.1.3.01.01.022	MATERIAL PARA CONSERVAÇÃO	486,40	486,40	486,40	0,00	
6.3.1.3.01.01.025	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	9.513,60	5.147,27	5.147,27	4.366,33	
6.3.1.3.03	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	662.976,39	689.256,27	689.256,27	3.720,83	

6.3.1.3.03.01	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	78.936,00	77.983,40	77.503,40	0,48
6.3.1.3.03.01.000	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAS	22.000,00	20.568,24	20.568,24	0,76
6.3.1.3.03.01.004	BOLSA-ESTÁGIO	56.936,00	56.935,16	56.935,16	0,84
6.3.1.3.03.02	DIÁRIAS	584.040,20	581.752,87	581.752,87	2,287,43
6.3.1.3.03.03.001	DIÁRIAS	541.022,50	539.784,87	539.784,87	1,237,63
6.3.1.3.03.03.002	FUNCIONÁRIOS	43.017,70	41.968,00	41.968,00	1.049,80
6.3.1.3.04	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.721.789,87	2.625.616,34	2.625.616,34	96.173,53
6.3.1.3.04.01	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.721.789,87	2.625.616,34	2.625.616,34	96.173,53
6.3.1.3.04.01.002	PASSAGENS AÉREA E TERRESTRE	594.531,00	594.530,12	594.530,12	0,88
6.3.1.3.04.01.003	PASSAGENS TERRESTRES	10.000,00	9.748,59	9.748,59	251,41
6.3.1.3.04.01.001	ENERGIA ELÉTRICA	31.000,00	37.259,04	37.259,04	740,96
6.3.1.3.04.01.006	CONSERVAÇÃO DE BENS	57.013,87	56.990,87	56.990,87	23,00
6.3.1.3.04.01.007	SERVIÇO DE IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO	100.000,00	93.448,36	93.448,36	6.551,64
6.3.1.3.04.01.008	PUBLICAÇÕES	80.000,00	79.015,54	79.015,54	984,46
6.3.1.3.04.01.009	SERVIÇOS GRÁFICOS	48.000,00	41.745,00	41.745,00	6.255,00
6.3.1.3.04.01.010	PUBLICIDADE E MARKETING	8.700,00	8.658,25	8.658,25	41,75
6.3.1.3.04.01.011	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	404.860,00	367.008,94	367.008,94	37.851,06
6.3.1.3.04.01.014	SERVIÇO DE INTERNET, SITE, DOMÍNIO E TELEFONE	75.000,00	63.263,76	63.263,76	9.736,24
6.3.1.3.04.01.015	SERVIÇO DE POSTAGEM	30.000,00	25.093,55	25.093,55	4.906,45
6.3.1.3.04.01.016	TAXA DE CONDOMÍNIO	42.980,00	42.979,92	42.979,92	0,08
6.3.1.3.04.01.017	SEGURO	1.270,00	1.270,00	1.270,00	0,00
6.3.1.3.04.01.019	COBRANÇA BANCÁRIA	10.500,00	4.802,64	4.802,64	5.697,36
6.3.1.3.04.01.021	TARIFA, TAXA, PEDAGIO E OUTRO	3.000,00	1.966,25	1.966,25	1.033,75
6.3.1.3.04.01.023	SOFTWARE (ALUGUEL, MANUTENÇÃO E OUTRO)	77.970,00	76.579,23	76.579,23	1.390,77
6.3.1.3.04.01.024	DESPESAS DE LOCAÇÃO E PROGRAMAS LICENÇA E MANUTENÇÃO INFORMÁTICA	704.978,00	704.977,14	704.977,14	0,86
6.3.1.3.04.01.027	DESPESAS COM SESSÃO PLENÁRIA E EVENTOS	97.000,00	92.280,34	92.280,34	4.719,66
6.3.1.3.04.01.029	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - PRIMA VIDA	8.350,00	8.346,75	8.346,75	3,25
6.3.1.3.04.01.031	DESPESAS COM ELEIÇÃO	174.500,00	166.800,00	166.800,00	7.700,00
6.3.1.3.04.01.033	PRÊMIOS EM ESPÉCIE	31.000,00	31.000,00	31.000,00	2.980,00
6.3.1.3.04.01.034	PREQUINCANA	7.415,00	7.315,00	7.315,00	100,00
6.3.1.3.04.01.041	DESPESAS COM HOSPEDAGEM	18.463,00	18.462,40	18.462,40	0,60
6.3.1.3.04.01.043	Assessoria e Consultoria	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
6.3.1.3.04.01.045	DESPESAS COM CARTÃO CORPORATIVO	29.090,00	29.279,91	29.279,91	731,09
6.3.1.3.04.01.047	CURSOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	22.250,00	21.724,20	21.724,20	525,80
6.3.1.3.04.01.052	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SITE	5.000,00	2.893,58	2.893,58	2.106,42
6.3.1.3.04.01.099	OUTRAS DESPESAS	31.000,00	28.367,94	28.367,94	2.632,06
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	349.500,00	336.270,07	336.270,07	13.229,93
6.3.1.5.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	349.500,00	336.270,07	336.270,07	13.229,93
6.3.1.5.01.01	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	349.500,00	336.270,07	336.270,07	13.229,93
6.3.1.5.01.01.001	AUXÍLIO FINANCEIRO	11.500,00	11.500,00	11.500,00	0,00
6.3.1.5.01.01.002	PREMIO	164.000,00	164.500,00	164.500,00	1.500,00
6.3.1.5.01.01.003	TRANSFERÊNCIAS ENCONTROS REGIONAIS (ENEs)	30.000,00	28.000,00	28.000,00	2.000,00
6.3.1.5.01.01.007	TRANSFERÊNCIA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	93.000,00	92.770,07	92.770,07	229,93
6.3.1.5.01.01.008	TRANSFERÊNCIA PREFORMA CORECONS	10.000,00	8.000,00	8.000,00	2.000,00
6.3.1.5.01.01.009	TRANSFERÊNCIAS OUTROS EVENTOS	10.000,00	31.500,00	31.500,00	7.500,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1.01	INVESTIMENTOS	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1.01.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1.01.03.002	HARDWARE E PERIFÉRICOS	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
	TOTAL:	7.866.000,00	6.826.334,22	6.826.334,22	164.665,78

Esau Antonio Cordeiro de Lacerda
CPF: 829.270.718-13
(Presidente)

(Tesoureiro)

Antonio Talamo
CPF: 087.401.501-01
CRC DE TAC-01
(Controlador)

5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2021



Conselho Federal de Economia
CNPJ: 33.758.053/0001-25
RCS QF III b Sala 1201 a 1211
Brasília - DF

Telefone: (61) 3208-1800



Comparativo da Despesa Autorizada/Realizada

Ano de Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Variação
6.3.3	DESPESAS CORRENTES	5.540.000,00	5.086.635,10	5.556.635,10	306.635,10
6.3.3.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.258.300,00	3.078.191,11	3.078.191,11	(180.108,89)
6.3.3.1.01	PESSOAL E ENCARGOS	3.258.300,00	3.078.191,11	3.078.191,11	(180.108,89)
6.3.3.1.01.01	REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.444.815,00	2.190.674,71	2.190.674,71	(254.140,29)
6.3.3.1.01.01.001	SALÁRIOS	1.371.342,34	1.319.387,98	1.319.387,98	(51.954,36)
6.3.3.1.01.01.002	GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	118.278,29	118.278,29	118.278,29	0,00
6.3.3.1.01.01.003	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO	104.907,36	104.907,34	104.907,34	(0,02)
6.3.3.1.01.01.004	GRATIFICAÇÃO DE NATAL - 13º SALÁRIO	100.000,00	104.148,51	104.148,51	4.148,51
6.3.3.1.01.01.005	ADONTO CONSTITUCIONAL DE PÉRIODOS	103.000,00	113.854,22	113.854,22	10.854,22
6.3.3.1.01.01.006	ADONTO PESSOAL DE PÉRIODOS	78.000,00	52.517,79	52.517,79	(25.482,21)
6.3.3.1.01.01.009	INDENIZACÃO TRABALHISTAS	12.000,00	0,00	0,00	(12.000,00)
6.3.3.1.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	670.000,00	691.637,72	691.637,72	21.637,72
6.3.3.1.01.02.001	INSS-UNIDADE	405.000,00	461.930,11	461.930,11	56.930,11
6.3.3.1.01.02.002	FUTS	180.000,00	166.177,09	166.177,09	(13.822,91)
6.3.3.1.01.02.003	PS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	35.000,00	32.330,58	32.330,58	(2.669,42)
6.3.3.1.01.03	BENEFÍCIOS A PESSOAL	143.878,20	139.875,60	139.875,60	(4.002,60)
6.3.3.1.01.03.001	VALE TRANSPORTE	11.878,20	11.570,20	11.570,20	(308,00)
6.3.3.1.01.03.002	VALE REFEIÇÃO	210.000,00	202.108,40	202.108,40	(7.891,60)
6.3.3.1.01.03.003	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.000,00	16.148,10	16.148,10	(3.851,90)
6.3.3.1.01.03.004	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.000,00	16.148,10	16.148,10	(3.851,90)
6.3.3.1.01.03.005	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.000,00	16.148,10	16.148,10	(3.851,90)
6.3.3.1.01.03.006	AUXÍLIO-GRATIA	10.000,00	10.148,10	10.148,10	148,10
6.3.3.1.01.03.007	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.3.3.1.01.04	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.478.000,00	1.322.174,73	1.322.174,73	(1.155.825,27)
6.3.3.1.01.04.001	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	40.004,41	40.004,41	30.004,41
6.3.3.1.01.04.002	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00	40.004,41	40.004,41	(20.000,00)
6.3.3.1.01.04.003	MATERIAL DE EXPEDIENTE, CORRESPONDÊNCIA	20.000,00	25.774,23	25.774,23	5.774,23
6.3.3.1.01.04.004	MATERIAL DE EXPEDIENTE, CORRESPONDÊNCIA	0,00	142,00	142,00	142,00
6.3.3.1.01.04.005	MATERIAL PARA HOMENAGENS, DOAÇÕES E BRINDES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.3.3.1.01.04.006	MATERIAL DE INFORMÁTICA	10.000,00	8.708,19	8.708,19	(1.291,81)
6.3.3.1.01.04.007	UNIFORMES, TECIDOS E ACESSÓRIOS	0,00	1.360,00	1.360,00	1.360,00
6.3.3.1.01.04.008	MATERIALS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.3.3.1.01.04.009	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	10.000,00	9.525,00	9.525,00	(475,00)
6.3.3.1.01.04.010	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.3.3.1.01.05	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	201.000,00	196.418,38	196.418,38	(4.581,62)
6.3.3.1.01.06	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	75.000,00	66.457,83	66.457,83	(8.542,17)
6.3.3.1.01.06.001	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	15.000,00	13.181,17	13.181,17	(1.818,83)
6.3.3.1.01.06.002	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000,00	918,80	918,80	(81,20)
6.3.3.1.01.06.003	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	52.325,26	52.325,26	42.325,26
6.3.3.1.01.06.004	DIARIAS	115.000,00	123.961,25	123.961,25	8.961,25
6.3.3.1.01.06.005	CONSELHEIROS EFETIVOS E ALTERNOS CONVOCADOS	100.000,00	117.885,31	117.885,31	17.885,31
6.3.3.1.01.06.006	FUNCIÓNARIOS	0,00	6.076,80	6.076,80	6.076,80
6.3.3.1.01.06.007	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.213.000,00	2.091.791,94	2.091.791,94	(121.208,06)
6.3.3.1.01.06.008	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.213.000,00	2.091.791,94	2.091.791,94	(121.208,06)
6.3.3.1.01.06.009	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE UNIFORMES E CARGAS	10.000,00	134,11	134,11	(9.865,89)
6.3.3.1.01.06.010	PASSAGENS AÉREAS	105.000,00	102.897,40	102.897,40	(2.102,60)
6.3.3.1.01.06.011	PASSAGENS TERRESTRES (TAXI, ÔNIBUS)	900,00	432,43	432,43	(467,57)
6.3.3.1.01.06.012	ASSINATURAS DE PERÍODICOS E TÉCNICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.3.3.1.01.06.013	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	10.000,00	30.917,59	30.917,59	20.917,59
6.3.3.1.01.06.014	CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E IMÓVEIS	40.000,00	39.282,52	39.282,52	(717,48)
6.3.3.1.01.06.015	IMPRENSÃO DE CARTÃO PROFISSIONAL E OUTROS	90.000,00	85.947,25	85.947,25	(4.052,75)
6.3.3.1.01.06.016	PUBLICAÇÃO (IMPRESSA NACIONAL)	70.000,00	68.110,13	68.110,13	(1.889,87)
6.3.3.1.01.06.017	SERVIÇOS GRÁFICOS	5.000,00	5.250,00	5.250,00	250,00
6.3.3.1.01.06.018	PUBLICIDADE E MARKETING	30.000,00	18.895,82	18.895,82	(11.104,18)
6.3.3.1.01.06.019	SERVIÇO DE ARQUITETURA E SAÚDE	10.000,00	313.782,45	313.782,45	303.782,45
6.3.3.1.01.06.020	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - INTERNET, TELEFONE FIXO E MÓVEL	75.000,00	72.332,77	72.332,77	(2.667,23)
6.3.3.1.01.06.021	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - CORREIO	30.000,00	22.945,31	22.945,31	(7.054,69)
6.3.3.1.01.06.022	DESPESAS COM CONDOMÍNIO - TV ORDINÁRIA E FUNDO DE RESERVA	42.000,00	41.327,84	41.327,84	(672,16)
6.3.3.1.01.06.023	SEGUROS EM GERAL	0,00	1.277,17	1.277,17	1.277,17
6.3.3.1.01.06.024	SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO BANCÁRIA	10.000,00	2.798,12	2.798,12	(7.201,88)
6.3.3.1.01.06.025	TARIFA DOCTED ELETRÔNICO	0,00	817,54	817,54	817,54
6.3.3.1.01.06.026	LICENÇA E PROGRAMAS DE INFORMÁTICA	190.000,00	188.848,07	188.848,07	(1.151,93)
6.3.3.1.01.06.027	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA	80.000,00	85.187,81	85.187,81	5.187,81
6.3.3.1.01.06.028	DESPESAS COM SESSÃO PLENÁRIA E EVENTOS	10.000,00	14.885,00	14.885,00	4.885,00

27

Soma

6.3.1.304.01.028	REEMBOLSO E DESPESAS COM PLANO E SEGURO DE SAÚDE	7.800,00	1.832,17	1.832,17	1.379,83
6.3.1.304.01.029	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - PRIMA VISTA	18.800,00	7.851,58	7.851,58	2.348,58
6.3.1.304.01.030	AUDITORIA ELETRÔNICA	18.800,00	17.500,00	17.500,00	500,00
6.3.1.304.01.031	ELEIÇÕES VOTO ELETRÔNICO	185.000,00	184.911,34	184.911,34	88,66
6.3.1.304.01.032	CONSULTORIA, CURSOS E ASSEMBLEIADOS	12.000,00	11.394,80	11.394,80	605,20
6.3.1.304.01.033	PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA	44.000,00	43.984,80	43.984,80	15,20
6.3.1.304.01.034	GRANCA	20.000,00	28.258,80	28.258,80	758,80
6.3.1.304.01.043	DESPESAS COM HOSPEDAGEM	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.3.1.304.01.045	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTUÁRIO	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
6.3.1.304.01.099	OUTRAS DESPESAS	19.000,00	8.912,80	8.912,80	10.087,20
6.3.1.3	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	182.500,00	147.921,36	147.921,36	34.578,64
6.3.1.3.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	182.500,00	147.921,36	147.921,36	34.578,64
6.3.1.3.01.01	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	182.500,00	147.921,36	147.921,36	34.578,64
6.3.1.3.01.01.001	TRANSFERÊNCIAS PARA PRÊMIO DE MONOGRAFIA	15.000,00	12.000,00	12.000,00	3.000,00
6.3.1.3.01.01.002	TRANSFERÊNCIAS P/INSCRIÇÃO CONGRESSO	180.000,00	100.000,00	100.000,00	80.000,00
6.3.1.3.01.01.003	TRANSFERÊNCIAS ENCONTROS REGIONAIS (ENR-1)	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
6.3.1.3.01.01.007	TRANSFERÊNCIA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.3.1.3.01.01.008	TRANSFERÊNCIA P/REFORMA CORECONS	16.000,00	16.698,36	16.698,36	1.303,64
6.3.1.3.01.01.009	TRANSFERÊNCIAS P/OUTROS EVENTOS	19.500,00	19.228,80	19.228,80	271,20
6.3.1.3.01.01.010	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTROS EVENTOS	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL - CRÉDITO DISPONÍVEL	68.800,00	5.859,76	5.859,76	64.040,24
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	68.800,00	5.859,76	5.859,76	64.040,24
6.3.2.1.01	OBRAS, INSTALAÇÕES	68.800,00	5.859,76	5.859,76	64.040,24
6.3.2.1.01.01.001	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	68.800,00	5.859,76	5.859,76	64.040,24
6.3.2.1.01.01.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
6.3.2.1.01.01.002	MAQUINAS, MOTORES E APARELHOS	21.000,00	5.859,76	5.859,76	15.140,24
6.3.2.1.01.01.003	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
	TOTAL:	8.800.000,00	5.504.494,80	5.504.494,80	425.505,20

Carla de Jesus
CPF: 079.271.718-15
(Presidente)

Prof. Jorge de Sá
CPF: 091.157.005-04
DIR: 06.430
(Vice-Presidente)

5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais



Conselho Federal de Economia - Cofecon
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 B1 b Sala 1201 a 1211
Brasília - DF

Telefone: (61) 3208-1800

Demonstração de Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	6.913.204,58	6.116.290,12	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	6.870.209,25	5.558.635,10
4.1	CONTRIBUIÇÕES	5.656.194,82	5.512.989,08	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.819.227,80	2.842.312,43
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.656.194,82	5.512.989,08	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.819.227,80	2.842.312,43
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.656.194,82	5.512.989,08	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.819.227,80	2.842.312,43
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	736.259,35	479.752,34	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.079,36	10.348,10
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	736.259,35	479.752,34	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.079,36	10.348,10
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	736.259,35	479.752,34	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.079,36	10.348,10
4.3	FINANCEIRAS	433.689,03	123.548,70	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.651.583,03	2.558.053,41
4.3.1	FINANCEIRAS	433.689,03	123.548,70	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.651.583,03	2.558.053,41
4.3.1.1	FINANCEIRAS	433.689,03	123.548,70	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.651.583,03	2.558.053,41
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	336.270,07	147.921,16
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	336.270,07	147.921,16
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	336.270,07	147.921,16
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00

4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	87.061,38	0,00	3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	43.048,99	0,00
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	87.061,38	0,00	3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	43.048,99	0,00
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	87.061,38	0,00	3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	43.048,99	0,00
					SUPERÁVIT	42.995,33	557.655,02
					TOTAL:	6.913.204,58	6.116.290,12

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS					
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS			DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
INVESTIMENTOS	8.173,96	5.859,76	ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	8.173,96	5.859,76	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00			
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00			
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00

Elab. Antonio Corrêa de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

CPF:
(Tesoureiro)

Antonio Tolentino
CPF: 057.401.501-91
CRC: DF 5342/O
(Contador)



5.12. Declaração do Contador



DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis Balanços Orçamentários, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Economia no exercício de 2022.

A metodologia adotada pelo Conselho Federal de Economia é a prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 23 de março de 2023

Antonio Tolentino
Contador CRC/DF 5.342/O
CPF 057.401.501-91

ANEXO I

NOTAS OFICIAIS DO COFECON

Nota do Cofecon – Alternativas para superar a semiestagnação da economia brasileira **29 de janeiro de 2022**

Vários fatores devem contribuir para dificultar o crescimento da produção e do emprego no ano corrente. A elevação da inflação tem reduzido o poder aquisitivo e o ambiente de estagnação econômica tem impedido a sua recomposição para amplos segmentos da população, o que resulta em menos compras e, assim, menos atividade econômica. A política monetária escolhida para o combate à inflação, por meio de um ciclo de elevações nas taxas básicas de juros, vem tornando o crédito mais caro, desincentivando investimentos produtivos e consumo dependente de crédito.

As regras fiscais em vigor, em particular o teto de gastos, ao restringirem excessivamente os gastos públicos, inviabilizam políticas anticíclicas, como investimentos públicos em infraestrutura, C&T e em setores com grande impacto social. Adicionalmente, as incertezas políticas podem se elevar com os embates que deverão ser acirrados neste ano eleitoral, paralisando ainda mais investimentos produtivos. Dificilmente a elevação das transferências assistenciais, a exemplo do Auxílio Brasil, serão suficientes para gerar um volume da demanda que venha compensar todos os referidos fatores adversos e impulsionar a produção e o emprego.

Importa destacar que outras estratégias poderiam ser adotadas para retomar a expansão da atividade econômica, com a inflação devidamente controlada. Entretanto, a maior dificuldade tem sido a abordagem anacrônica da política econômica, que insiste em rejeitar uma atuação mais ativa do governo. Preferem esperar que um grande surto de investimentos privados, internos e externos, resultará de taxas de juros menores, permitidas por reduções de gastos públicos, mesmo que essas reduções representem menos demanda pela produção das empresas. Contudo, o que se tem observado, como resultado dessa estratégia, é a manutenção de uma economia semiestagnada.

Muito maior possibilidade de funcionar seria uma política econômica mais ativa. Para o controle da inflação, muito favoreceria uma atuação nos mercados do setor real, como a moderação da regra de paridade de preços internacional da Petrobrás, a suavização do repasse de custos às tarifas de energia elétrica, a utilização sistemática de estoques reguladores de produtos agropecuários e eventuais desonerações, desde que pontuais e temporárias, em setores de grande impacto inflacionário com custos muito pressionados.

Tais medidas, ao permitir uma política monetária com taxas de juros menores, ao lado de uma política fiscal anticíclica, com gastos em infraestrutura, favoreceriam um ritmo aceitável de recuperação da produção e do emprego. Todavia, o temor de uma reação desfavorável, por parte do setor financeiro, tem mantido a política econômica refém daquele setor. Para superar essa situação de persistente semiestagnação, o mercado financeiro precisa se adequar aos interesses maiores do país. Atualmente, o Brasil tem as condições e pode lançar mão de instrumentos para alcançar uma prosperidade e geração de oportunidades bem maiores, retomando o processo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Nota do Cofecon – As armadilhas do ingresso do Brasil na OCDE **12 de março de 2022**

O Brasil recebeu, no começo deste ano, a notícia de que o Conselho de Ministros da Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aprovou o início das negociações para a sua adesão à entidade. Trata-se de um processo, em geral, de vários anos de adequação de normas e instituições aos padrões exigidos pela OCDE, para que então o país seja aceito como membro. Os defensores dessa adesão argumentam que esse status de membro favoreceria investimentos e melhoraria as condições dos empréstimos externos, ao, supostamente, propiciar altos níveis de segurança jurídica, estabilidade econômica e desenvolvimento institucional, boas práticas de políticas públicas e melhoria no ambiente de negócios.

Dentre esses padrões, alguns podem ser considerados consensuais e civilizatórios, como a defesa dos direitos humanos, da preservação ambiental e do combate à corrupção. Entretanto, no campo econômico, vêm a ser um rígido alinhamento ao obsoleto Consenso de Washington, voltado a uma liberalização irrestrita que leva à redução de indispensável autonomia da política econômica nacional.

Sempre a crença, já anacrônica no debate público internacional, por vezes escondendo interesses impróprios, de que a Política e o Estado são elementos estranhos e perniciosos à economia, trazendo apenas desperdícios e desvios geradores de ineficiência e perda de competitividade. Tal abordagem não tem impedido a participação ativa do Estado na economia em todos os membros da OCDE, sendo várias modalidades, sobretudo de muitos países europeus, interessantes para o Brasil. Contudo, muito do que estamos precisando, para alavancar a melhoria na qualidade de vida de todos, é incompatível com várias exigências, dentre as quais vale destacar:

Engessamento da política fiscal, como já ocorre atualmente, inviabilizando medidas anticíclicas;
Plena liberdade aos fluxos internacionais de capitais, impedindo qualquer controle de capitais;
Perda de benefícios na Organização Mundial do Comércio (OMC), que o país possuía, relativos à proteção aos produtos nacionais e maiores prazos para cumprir com regulamentos;
Impossibilidade de quebra de patentes, mesmo em casos justificáveis, como de medicamentos essenciais para salvar vidas no país;

Empresas estatais funcionando de modo idêntico às empresas privadas, dificultando o cumprimento da sua finalidade de auxiliar a política econômica.

Segurança jurídica, estabilidade econômica e boas práticas e instituições não bastam. Infraestrutura satisfatória, disponibilidade de matérias-primas e de recursos humanos adequados, mercado consumidor suficiente, são indispensáveis para elevar os níveis de investimentos e o ritmo de crescimento econômico. Para avançar nesses requisitos, o Estado é imprescindível. Assim, esses alegados benefícios, além de incertos, impediriam políticas para o país melhorar, de modo mais rápido e eficaz, as demais condições.

Por suas dimensões e papel estratégico na economia mundial, o Brasil já é um parceiro-chave na OCDE, assim como a China, Índia, África do Sul e Indonésia, por isso participa das reuniões dos ministros e de grupos de trabalho, mantendo espaço de negociação e defesa de seus interesses. Nenhum dos demais países integrantes dos BRICS têm demonstrado interesse de ir além dessa parceria, que, no caso da Rússia, nem chega a existir. Preferem evitar a armadilha e manter sua autonomia, não excluindo a Política e o Estado de suas estratégias de crescimento da produção e do bem-estar. Os resultados de parte desses países – China e Índia – entre os melhores do mundo nas últimas décadas, em termos de elevação do PIB e da produtividade, mostram que suas escolhas não devem ser ignoradas.

Nota do Cofecon – Pelo fim da guerra na Ucrânia!

23 de março de 2022

Nessa terrível conjuntura mundial de guerra, a Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (Cofecon), em linha com o que este afirmou no início da pandemia de COVID19 por meio da Nota Oficial “A política econômica durante e após a pandemia”, vem proclamar seu princípio maior de que a vida e a integridade humanas estão sempre acima de qualquer interesse.

De fato, emendas à Constituição da Ucrânia, já em 2019, determinaram a sua adesão à OTAN, o que se constitui em uma ameaça à segurança da Rússia, embora não saibamos em que medida aumente a já existente pela presença da Organização em outros países de suas fronteiras, como na Estônia e Letônia.

Conflitos étnicos têm gerado demandas separatistas ao longo da história. Como exemplos, na própria Europa em tempos atuais, pode-se citar os movimentos na Catalunha e no País Basco e a fragmentação dos Bálcãs. Em nenhuma circunstância, todavia, pode-se aceitar a simples expropriação de um território pela força militar, sobretudo por meio da invasão de uma superpotência atômica, como seria o caso da Crimeia, Donetsk e Lugansk, ou, quem sabe, da anexação de toda a Ucrânia. Contudo, importa realçar que minorias de etnia russa que habitam aquele país devem ter tratamento digno por parte de seu governo.

Os propósitos do governo invasor podem não chegar ao ponto da anexação do país invadido, mas possivelmente pretenda evitar o possível desenvolvimento de uma democracia liberal, por seu potencial de desestabilizar o apoio interno ao regime autoritário russo, ou manter favorecimentos, econômicos e comerciais, que a Rússia poderá perder com a entrada da Ucrânia na União Europeia.

Também não se deve negligenciar as interferências externas, em particular dos EUA, movidos por interesses geopolíticos e econômicos. A política externa norte-americana tem buscado estabelecer zonas de influência, que mantenham a viabilidade de operação de suas empresas e do acesso a matérias-primas. Como essas condições não viriam ocorrendo na Rússia de modo satisfatório, existe uma narrativa de que estariam adotando estratégia para desestabilizá-la politicamente, a fim de que o atual governo venha a ser substituído por outro mais amigável aos interesses deles.

A forma mais interessante para os EUA promoverem essa desestabilização política russa seria fomentar a guerra e a demanda por armas, de que são atualmente o maior produtor. Nessa narrativa, a entrada da Ucrânia na OTAN seria mais uma provocação patrocinada por eles. O efeito multiplicador dessa estratégia seria a corrida armamentista, favorecendo enormemente o complexo industrial-militar norte-americano, às custas de recursos públicos que deixariam de ser destinados a demandas sociais, o que traria mais pobreza, desigualdade e fome no mundo. Ao mesmo tempo, a demanda energética tenderia a buscar fontes mais poluentes, como carvão, energia nuclear e uso mais intensivo de combustíveis fósseis, tornando o planeta mais poluído, comprometendo assim as condições de vida atuais e futuras.

Os desdobramentos geopolíticos são imponderáveis, podendo (i) reforçar a hegemonia do Dólar e da unipolaridade norte-americana, hoje mitigada pela consolidação do Euro e crescimento da China, (ii) retomar as relações bipolares, com uma união Rússia-China rivalizando com os EUA, inclusive com uma moeda alternativa ou (iii) estabelecer uma multipolaridade, com EUA, União Europeia, Leste Europeu e China equilibrando forças.

As guerras são difíceis de serem avaliadas, pois sempre estão envolvidas por disputas de informações e de narrativas. Em todo caso, nada justifica as mortes, sofrimento e destruição que causam, mais ao povo invadido, mas também ao invasor e a outros povos. Por isso, nos aliamos aos que reivindicam o imediato cessar fogo e a solução pelas vias diplomáticas, independente de que lado esteja mais certo, ou, melhor dizendo, menos errado.

Pelo imediato fim da guerra! Que a paz prevaleça entre os povos!

Nota do Cofecon – Por um novo arcabouço fiscal 3 de junho de 2022

No Brasil, atualmente muito mais que no resto do mundo, uma narrativa sobre equilíbrio fiscal, com forte apelo às experiências dos orçamentos familiares, mantém-se como senso comum. Para as famílias, assumir uma receita constante e apenas despesas com consumo é bastante razoável. Assim, gastos além da receita exigirão endividamento, cujas prestações futuras reduzirão os recursos para consumo. No caso das empresas, a restrição é menor, pois elas têm mais oportunidades de investir e de aumentar suas receitas para pagar o próprio endividamento.

O Estado pode contar com o aumento da tributação, assim como com emissões de moeda e títulos que venham elevar a atividade econômica e com ela a arrecadação, como fontes de financiamento para o próprio endividamento, mas sobretudo para despesas, muitas delas essenciais e urgentes, quando destinadas a manter o pleno emprego, transferências aos mais vulneráveis e ampliações de oportunidades. Embora parte das despesas públicas seja com privilégios, desperdícios e desvios, a redução do Estado, como solução, também comprometeria, ou mesmo impediria, o custeio das essenciais e urgentes. É mais sensato aprimorar o controle e aumentar a transparência, ainda que a necessidade de regras e limites permaneça.

Gastos públicos são um adicional de demanda sobre a capacidade produtiva da economia, que é limitada no curto prazo, com efeito final dependendo de sua modalidade, que determinará a parcela poupada e, portanto, esterilizada. Assim, gastos com efeitos acima do que se consegue produzir vão pressionar os preços, reduzindo o poder de compra, mais ainda dos que têm menos poder de recompor suas rendas, enquanto efeitos abaixo do que se consegue produzir vão aumentar o número de desempregados, tirando-lhes a possibilidade de gerarem a própria renda.

As regras fiscais atualmente em vigor no Brasil são muitas – metas para o resultado fiscal primário, que exclui as amortizações e os juros sobre a dívida; limites para a dívida pública; limites para despesas com pessoal; medidas de ajuste fiscal compulsório em algumas circunstâncias; regra de ouro, que impede o endividamento para financiar despesas correntes – destacando-se o teto para os gastos públicos. Instituído pela Emenda Constitucional N°95/2016, para vigorar partir de 2017, o teto seria reajustado apenas pela inflação e limitaria os gastos primários, com algumas exceções, por vinte anos, com possibilidade de revisão após dez anos.

Com a chegada da pandemia, os dramáticos impactos sobre o emprego exigiram aprovação de orçamento de guerra e calamidade pública, para permitir gastos acima do teto; para 2021, as despesas com saúde e o auxílio emergencial foram autorizados a ficar fora do limite e, para 2022, foram realizadas alterações casuísticas na regra de reajuste do teto pela inflação e o adiamento do pagamento de grande parte dos precatórios. Todas essas medidas foram formas de contornar o teto, em função de sua inadequação às necessidades da política econômica.

Não menos impróprio é o desvio de finalidade do atual teto de gastos, ao não ser corrigido também pelo crescimento real do PIB – que aumentaria a capacidade de financiamento das políticas públicas – e da população – que aumentaria as necessidades dessas políticas. Trata-se de uma forma de redução das dimensões do Estado, uma escolha política que não deveria estar embutida em regras fiscais. Tais circunstâncias mostram a necessidade de uma política fiscal ativa, com as devidas regras, desde que possua flexibilidade para manter o máximo de empregos sem pressão inflacionária e ainda incentivos para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade de vida.

ANEXO II

PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO COFECON, ANTONIO CORRÊA DE LACERDA, EM EVENTOS - 2022

NACIONAIS:

14/01: Reunião de economistas na Fundação Perseu Abramo, na cidade de São Paulo-SP.

27/01: Reunião sobre o Since 2022 com Francisco Nunes de Almeida, presidente do Conselho Regional de Economia da 21ª Região – PB, na sede do Conselho Federal de Economia, em Brasília-DF.

27/01: Live com a participação do ex-ministro Nelson Barbosa e do deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT) sobre o tema Perspectivas para a Economia Brasileira em 2022. Adriana Fernandes, repórter do jornal O Estado de S. Paulo, atuou como comentarista. O evento contou com a apresentação do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e a mediação do conselheiro Fernando de Aquino.

07/02: Debate promovido pelo jornal GGN sobre a mudança de papel dos economistas.

16/02: Evento virtual organizado pela Fundação Perseu Abramo sobre o impacto da inflação para os mais pobres e sobre as medidas do Banco Central em relação à inflação.

21/02: Reunião com o vice-presidente do Cofecon, Econ. Paulo Dantas da Costa, no Conselho Federal de Administração, com o administrador Mauro Kreuz, presidente do Conselho Federal de Administração e coordenador do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, para tratar sobre a regulamentação das atividades de economistas e administradores.

22/02: 83ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, na sede do Conselho Federal Administração, em Brasília-DF.

24/05: Reunião ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon presencialmente na sede do CFA, em Brasília-DF.

02/06: Reunião representando o Cofecon na International Chamber of Commerce do Brasil (ICC Brasil), na cidade de São Paulo-SP.

09/06: Participou como palestrante em evento da Central Única dos Trabalhadores – Belo Horizonte (CUT-BH), e da solenidade de posse da nova diretoria do Corecon-MG, na cidade de Belo Horizonte-MG.

15/06: Participou de reunião na Secretaria da Receita Federal, representando o Cofecon,

presencialmente, em Brasília-DF.

28/06: Participou de reunião ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon, presencialmente, na sede do CFA, em Brasília-DF.

28/06: Participou representando o Cofecon no evento Diálogo da Indústria com os Pré-Candidatos à Presidência da República, evento organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília-DF.

30/06: Participou de coletiva de imprensa, acompanhado do vice-presidente da Autarquia, Paulo Dantas; e do conselheiro federal Fernando de Aquino. Estavam presentes jornalistas da RadioWeb, portal Jota, GNN e portal Reconta Aí.

13/07: Mesa de abertura do evento de lançamento do livro “Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil”, na sede do Cofecon, em Brasília-DF.

23/07: Debate “Os caminhos para a reconstrução do Brasil”, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em São Paulo-SP.

26/07: Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, na sede do CFA, em Brasília-DF.

30/07: Encontro Nacional da Juventude Brasileira da EoF (Economy of Francesco), em São Paulo-SP.

08/08: Enviou vídeo saudando os participantes e traçando um panorama da conjuntura econômica para ser reproduzido no 1º Hackathon de Economia, organizado pelo Corecon-AM, em Manaus-AM.

11/08: Palestrante na Semana do Economista do Corecon-BA, no painel “Perspectivas para um novo ciclo crescimento econômico nacional e regional”, em Salvador-BA.

16/08: Expositor da mesa diretiva no debate “Geopolítica e Economia Internacional” ao lado do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

18/08 e 19/08: Mesa diretiva nas solenidades do 26º Encontro dos Economistas da Região Sul e do 3º Encontro dos Peritos em Economia e Finanças da Região Sul, em Florianópolis-SC.

19/08: Debatedor do painel “Desenvolvimento: Conceito, ferramenta e projeto para superação da crise” no V Congresso Internacional do Centro Celso Furtado.

22/08: Mesa de abertura do Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (ENECO), no Rio de Janeiro-RJ.

29/08: XXXI Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE).

03/09: IV Encontro de Economia do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre-RS.

05/09: Conferência com o atual Presidente da Bolívia, Luis Arce, sobre o tema “O modelo econômico, social e produtivo da Bolívia”, em São Paulo-SP.

08/09 e 09/09: Congresso Paulista de Economia.

15/09: Mesa de debate no seminário de assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República - Eleições 2022, organizado pelo Cofecon, em Brasília-DF.

20/09: Reunião institucional com o presidente da Ordem dos Economistas de Portugal, em Lisboa, Portugal.

23/09: Debatedor no evento Economia de Francisco, em mesa com o tema "Os caminhos para um novo pacto educativo e econômico: construindo pontes entre o centro e a periferia", em Assis, Itália.

05/10 a 06/10: Docente na VI Escola da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), no XV Encontro Internacional da AKB, em aula intitulada "Políticas econômicas para o desenvolvimento brasileiro", em Belo Horizonte-MG.

17/10: Reunião institucional com os diretores do Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro-RJ.

25/10: 89ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon, na sede do Conselho Federal de Administração, em Brasília-DF.

09/11: Palestrante em conferência de abertura do XXXVII Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, com o tema "Perspectiva para a economia brasileira".

23/11: Palestrante em evento promovido pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, com o tema "Desafios econômicos para além do terrorismo midiático".

05/12: Encontro Anual da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) representando o Cofecon, em São Paulo-SP.

08/12: Audiência com o tema "Estruturação da Agência Nacional de Mineração - ANM", com a participação do economista Daniel Pollack, do geólogo Ricardo Peçanha e da economista Mônica Beraldo, na sede do Cofecon, em Brasília-DF.

ANEXO:III

PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES EM EVENTOS 2022

19/02: O conselheiro federal Eduardo Rodrigues da Silva acompanhou virtualmente o lançamento do Projeto "Economia Goiana em Debate", promovido pelo Corecon-GO.

23/03: A conselheira Mônica Beraldo Fabrício participou da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional (MCCE), em formato virtual, às 10h;

30/03: O conselheiro Carlos Alberto Safatle participou de reunião representando a Comissão de Educação do Cofecon, com o vice-presidente, os diretores e o coordenador da Yduqs, em formato virtual, às 16h;

31/03: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira participou de reunião com a superintendente da Fundação Getúlio Vargas, representando o Cofecon, em Brasília-DF, às 14h;

05/04 e 06/04: O conselheiro federal Clovis Benoni Meurer participou do Congresso Nacional de Dirigentes de Conselhos de Fiscalização Profissional FISPRO/2022, em formato virtual;

20/04: A conselheira Mônica Beraldo Fabrício participou da 3ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional (MCCE), em formato virtual, às 10h;

26/04: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira participou de reunião ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon presencialmente na sede do CFA, em Brasília-DF;

12/05: O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto participou de reunião virtual do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, realizado na plataforma Zoom, às 9h.

23/05: O conselheiro federal Carlos Aberto Safatle participou, representando o Cofecon, de reunião com representantes do Sebrae, para tratar do Programa ALI – Agentes Locais de Inovação, realizada na plataforma Zoom, às 16h.

08/06 a 11/06: O conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva participou, representando o Cofecon, da Oficina Científica “Ciência e Inovação a serviço da economia e da sociedade” e da XIII Assembleia Geral da Associação de Economistas da América Latina e do Caribe, em Havana, República de Cuba.

09/06: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício participou, representando o Cofecon, da solenidade de posse da nova diretoria do Corecon-MG, além de participar como moderadora da palestra “Austeridade fiscal versus recuperação econômica no pós-pandemia”, às 19h, em Minas Gerais-MG.

09/06: A conselheira federal Maria de Fátima Miranda participou da Solenidade de Posse e Transmissão de Cargos da Universidade Estadual de Londrina, em Londrina-PR.

29/06: O conselheiro federal Paulo Hermance participou da solenidade de abertura do Seminário “O Nordeste como prioridade do desenvolvimento nacional”, no Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba, em João Pessoa-PB.

13/07: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício participou virtualmente da reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

19/07: O conselheiro federal Eduardo Reis de Araújo participou do Seminário de Comércio Exterior no Espírito Santo, em Vitória-ES.

10/08: O conselheiro federal Fernando Tadeu Miranda Borges participou da Mesa Redonda “O exercício da profissão de economista, perspectivas presentes e projeções futuras”, em Sinop-MT.

08/08 a 13/08: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou do 1º Hackathon de Economia, organizado pelo Corecon-AM, em Manaus-AM.

11/08: O conselheiro federal Fernando Eduardo Rodrigues da Silva participou de comemoração ao dia do Economista, com comenda ao Mérito Econômico, entrega de premiação e palestra de Paulo Scalco, em Goiânia-GO.

11/08: A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa participou do Fórum Nacional de Controle, organizado pelo Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF.

18/08 e 19/08: A conselheira federal Maria de Fátima Miranda participou da mesa de abertura do 3º

Encontro dos Peritos em Economia e Finanças da Região Sul, em Florianópolis-SC.

18/08 e 19/08: O conselheiro federal Heric Santos Hossoé participou do 26º Encontro dos Economistas da Região Sul e do 3º Encontro dos Peritos em Economia e Finanças da Região Sul, em Florianópolis-SC.

18/08 e 19/08: A funcionária do Cofecon Keliane Souza de Jesus auxiliou na organização técnica do 26º Encontro dos Economistas da Região Sul e de 3º Encontro dos Peritos em Economia e Finanças da Região Sul. Assim como participou de reunião para tratar do aprimoramento do novo sistema cadastral/financeiro, em Florianópolis-SC.

23/08: A conselheira federal Maria de Fátima Miranda participou de roda de conversa com o tema “Mulheres na Economia” no Encontro Nacional de Estudantes de Economia (ENECO), no Rio de Janeiro-RJ.

24/08: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício participou virtualmente da reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

29/08: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda, participaram da Solenidade de Abertura da 6ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais, em Brasília/DF.

30/08: A coordenadora de comunicação do Cofecon, Renata Almeida Reis, e o assessor do Cofecon, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, participaram representando o Presidente Antonio Corrêa de Lacerda, na Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF.

09/11: O conselheiro federal Eduardo Rodrigues da Silva participou da conferência de abertura e do XXXVII Congresso da ANGE, em Campinas-SP;

22/11: A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa participou da solenidade de entrega do XXI Prêmio Sergipe de Economia Prof. José Aloísio de Campos – 2022. Na ocasião, também foram homenageados os estudantes que participaram do 7º Desafio Quero Ser Economista 2022, bem como os que participaram da etapa final da XI Gincana Nacional de Economia, em Sergipe-SE;

29/11: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, a coordenadora de Comunicação, Renata Reis Almeida, e o procurador geral, Fábio Ronan Miranda Alves, participaram da 90ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon, na sede do Conselho Federal de Administração, em Brasília-DF.

08/12: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício, participou de Audiência com o tema “Estruturação da Agência Nacional de Mineração - ANM”, com a participação do economista Daniel Pollack, do geólogo Ricardo Peçanha e do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, na sede do Cofecon, em Brasília-DF.

ANEXO IV

MATÉRIAS E ENTREVISTAS: PRESIDENTE ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

03/01: Em matéria com o título “Dólar vai subir ou cair em 2022? Até quanto chega? Especialistas comentam”, presidente Lacerda fala sobre previsão do dólar para 2022 (UOL)

03/01: Perspectivas para a economia em 2022: crescimento perto de zero e inflação ainda incômoda (Rede Brasil Atual)

04/01: País terá mais trabalho em 2022, mas taxa de desemprego não cairá (UOL)

12/01: Em Jornal da Cultura, presidente Lacerda comenta sobre diferentes temas ligados à economia.

14/01: Artigo com o título “Faltam vetores para crescer em 2022”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, sobre crescimento em 2022 (O Estado de S. Paulo)

29/01: Presidente do Cofecon concede entrevista ao Jornal Gente da Rede Bandeirantes.

03/02: Em entrevista à JP News, Lacerda defende necessidade de política industrial

06/02: Presidente do Cofecon fala ao jornal Hora do Povo.

10/02: Metas de inflação são irrealistas no Brasil, afirma presidente do Cofecon em entrevista ao portal Reconta Ai.

11/02: Estamos vivendo uma ‘esquizofrenia’ na política econômica brasileira, afirma Lacerda em entrevista programa Faixa Livre, da Rádio Bandeirantes RJ.

16/02: Entenda por que o ‘teto da dívida’ não é uma boa alternativa é o título do artigo do presidente Lacerda publicado no Estado de S. Paulo.

17/02: Presidente Lacerda em entrevista ao portal UOL fala sobre desemprego no país.

21/02: Presidente Lacerda concede entrevista ao programa Bendita Hora da Rede Vida para falar sobre como a alta da inflação afeta a vida dos brasileiros.

24/02: Em matéria com o título “Economistas monitoram fuga de recursos com a crise ucraniana e comprometimento da rigidez monetária”, presidente Lacerda prevê uma desvalorização do real mais a frente, pelo efeito carry trade. (Money Times)

04/03: Em matéria com o título “PIB: investimento sobe, mas não o bastante para manter crescimento do país”, presidente Lacerda explica o porquê de o crescimento do investimento privado ser apenas pontual, em setores específicos, como logística, serviços e modernização industrial em alguns segmentos. (UOL)

04/03: Em matéria com o título “Pouco investimento, renda em queda e inflação alta. País tem de rever políticas para crescer” presidente Lacerda diz que o próximo governo terá que rever as políticas macroeconômicas. Projeção para este ano é zero. (RBA)

09/03: Em artigo publicado no Estadão, presidente do Cofecon falou sobre como Incentivos tributários da Zona Franca de Manaus ajudam a distorcer a concorrência.

07/03: Em entrevista à CartaCapital, presidente Lacerda critica medidas econômicas do governo: “poucas chances de produzirem crescimento maior”.

10/03: Pinato aborda debate sobre redução do IPI e isenções da ZPM e chama a atenção para a análise do presidente Lacerda sobre o tema.

16/03: Presidente Lacerda concede entrevista ao Jornal Gente da Rede Bandeirantes.

08/04: Em matéria com o título “Em 3 anos, quintuplica índice de categorias com salário comido por inflação” presidente Lacerda afirma que o desemprego alto favorece as empresas nas negociações. (UOL)

11/04: Em matéria com o título “Salários em queda limitam crescimento econômico do Brasil” presidente Lacerda diz que os indicadores mais recentes mostram que há mais de 29 milhões de brasileiros economicamente ativos sem uma colocação profissional. (R7)

17/04: Em matéria com o título “Preços bem mais altos que inflação deixarão brasileiro mais pobre por anos” presidente Lacerda diz que a perda de poder aquisitivo das famílias será permanente se a renda dos trabalhadores não tiver aumentos reais. (UOL)

18/04: Em matéria com o título “Dolarização dos combustíveis acelera inflação e detona renda do povo” presidente Lacerda afirma que a perda de poder aquisitivo das famílias será permanente se os trabalhadores não voltarem a receber aumentos reais. (PT)

29/04: Presidente Lacerda concede entrevista ao Jornal da Cultura na TV Cultura.

02/05: Presidente Lacerda concedeu entrevista à Rádio Bandeirante, presencialmente, na cidade de São Paulo-SP;

04/05: Presidente Lacerda participou de debate com a jornalista da Latin Finance e de uma reunião com o tema “Conjuntura Econômica” na Fundação Perseu Abramo, presencialmente, na cidade de São Paulo-SP;

04/05: Em artigo publicado no Estadão, presidente Lacerda apontou que a reindustrialização depende da criação de um ambiente macroeconômico mais favorável à produção.

05/05: Presidente Lacerda concedeu entrevista ao programa No Ponto, apresentado pelo presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), Murilo Pinheiro, e transmitido pelo canal do SEESP no YouTube.

09/05: Em matéria com o título “Dragão virou símbolo da inflação em época de preço subindo 1.700% ao ano”, Lacerda falou sobre a estabilização econômica vivida pelo Brasil após o Plano Real, em 1994. (UOL)

02/06: Presidente Lacerda falou ao portal UOL sobre a divulgação do PIB. A matéria, de autoria de João José Oliveira, abordou a queda nos investimentos - 19,2% do PIB -, em dezembro, para 18,7% no

trimestre finalizado em março.

07/06: Em entrevista à TV Cultura, presidente Lacerda comentou assuntos do dia ao lado do reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente.

10/06: Em entrevista concedida à CBN, presidente Lacerda fala sobre o impacto da pandemia no agravamento da pobreza no Brasil.

30/06: Cofecon: Num eventual governo Lula, tenderá a equilibrar mais a função do Estado sem retirar o espaço da iniciativa privada. Apesar dos problemas serem de ordem mundial, o Brasil tem se saído muito pior do que outros países de mesmo porte, explicou o presidente Lacerda ao portal Reconta Aí.

06/07: Presidente Lacerda defende combinação entre Estado e iniciativa privada para crescimento da economia em entrevista ao canal Faixa Livre.

20/07: A existência das indexações não deveria ser revista? Matéria publicada no Monitor Mercantil ouviu o presidente Lacerda e os economistas Alexandre Chaia, professor de finanças do Insper; e André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

22/07: Em 28 anos, real derrete e cesta básica aumenta 21 vezes. Com R\$ 100 consumidor compra o equivalente a R\$ 14 em 1994. Em recente entrevista ao Monitor Mercantil, presidente Lacerda assinalou que a indexação favorece os mais ricos, o mercado financeiro, os grandes empresários, os rentistas e os proprietários de imóveis, se transformando numa transferência de renda.

29/07: Presidente Lacerda publica o artigo “Desafios e estratégias para o próximo governo” no Jornal dos Economistas.

04/08: Presidente Lacerda concedeu entrevista ao jornalista Heródoto Barbeiro, da rádio Nova Brasil FM, na qual comentou os impactos da elevação da taxa básica de juros.

03/08: Presidente Lacerda condena elevação dos juros em entrevista à rádio Nova Brasil FM.

03/08: Em matéria publicada no portal Hora do Povo, presidente Lacerda criticou a decisão do Banco Central de elevar a taxa básica de juros da economia (Selic) em mais 0,5 ponto percentual, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada na quarta-feira (3).

11/08: Presidente Lacerda fala à Carta Capital em matéria sobre as propostas da Fiesp para o próximo governo, que revelam mudanças na gestão da Federação, atualmente presidida por Josué Gomes da Silva.

15/08: Dia do Economista: sem democracia, não há Economia: artigo do presidente Lacerda pelo Dia do Economista, publicado pela Carta Capital.

15/08: Como ganhar mais dinheiro – ou perder menos? Presidente Lacerda fala ao portal Inteligência Financeira.

15/08: Sem a preservação das instituições e da liberdade de expressão, não há política econômica que dê conta de superar nossas debilidades estruturais e mazelas atuais foi tema de artigo do presidente Lacerda publicado na Carta Capital.

22/08: BC promete juros ainda mais altos: No Relatório de Mercado Focus do Banco Central (BC), divulgado na segunda-feira (22), os economistas do mercado financeiro apontaram a manutenção da alta da taxa básica de juros (Selic). A matéria do Hora do Povo repercuti fala do presidente Lacerda: “Estamos vivendo uma situação absolutamente esquizofrênica, do ponto de vista da economia.”

02/09: O presidente Lacerda falou ao portal Broadcast, da Agência Estado, sobre o papel da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) no próximo governo.

19/09: Readensamento produtivo: o que é, porque é essencial. Artigo do presidente Lacerda e da economista Cristina Fróes de Borja Reis publicado no portal Outras Palavras.

27/09: Economistas rebatem ‘farsa’: quem quebrou o Brasil não foi o PT, mas quem veio depois. Presidente Lacerda fala à Rede Brasil Atual sobre o livro Crescer e distribuir é possível.

02/10: De olho no voto: Apurações 1º turno das eleições Presidenciais. O presidente Lacerda, participou no último domingo (02) do programa De Olho no Voto, veiculado pela TV Cultura durante a apuração dos votos em todo o Brasil.

4/10: Cadê a indústria e o emprego? O presidente Lacerda falou à revista do Conselho Federal de Administração sobre o cenário atual de desindustrialização.

7/10: IPCA e Índices de Inflação: o que são e para que servem? O presidente Lacerda falou sobre o tema ao portal Politize.

16/10: Em artigo publicado no Estado de S. Paulo, presidente Lacerda aborda os desafios do Estado e do mercado para juntos superarem a semiestagnação.

22/10: Presidente Lacerda falou ao portal Jornal da Paraíba sobre o SINCE.

02/11: Presidente Lacerda concedeu entrevista ao vivo ao Bom Dia Paraíba sobre o SINCE e os desafios econômicos do novo governo.

10/11: Alckmin anuncia Mantega e Paulo Bernardo entre nomes da equipe de transição. No grupo do Planejamento, Orçamento e Gestão, participarão o ex-ministro Guido Mantega, o deputado Enio Verri (PT-PR), a professora e economista Ester Dweck e Antonio Correa Lacerda, presidente do Conselho Federal de Economia de São Paulo. Informação foi repercutida, entre outros veículos, na Veja, Brasil 61, Poder 360, Jota, Uol e Metrôpoles.

16/11: Em entrevista à GloboNews, presidente Lacerda falou sobre os desafios na economia e o caminho para estimular o crescimento do país.

16/11: Teto de gastos é uma regra que não tem sustentação, afirma presidente Lacerda, em entrevista à CNN Brasil.

23/11: O presidente Lacerda concedeu entrevista ao Instituto Conhecimento Liberta (ICL) e falou sobre a reinserção internacional do Brasil e a coordenação da economia.

24/11: Em entrevista ao Valor Econômico, presidente Lacerda falou sobre as atividades do grupo de trabalho de Planejamento, Orçamento e Gestão, da equipe de transição do governo Lula.

30/11: Em nova entrevista ao Valor Econômico, presidente Lacerda diz que retomada do ministério deve refletir outra visão do papel do Estado.

30/11: Presidente Lacerda foi citado em matéria “Lula reafirma prioridade de combate à fome em reunião com economistas” no Estado de Minas, originalmente publicada na Folha de S. Paulo.

5/12: Presidente Lacerda participa de coletiva de imprensa do grupo técnico de Planejamento, Orçamento e Gestão da equipe de transição do novo governo, no CCBB, e matéria do Estado de S. Paulo destaca as aspas: “No ministério de Lula não haverá Posto Ipiranga”. Entrevista foi reproduzida na íntegra na Revista Exame, no Portal InfoMoney, entre outros veículos.

6/12: Presidente Lacerda falou em coletiva de imprensa do grupo técnico de Planejamento, Orçamento e Gestão da equipe de transição do novo governo, no CCBB, e disse que a ideia é descentralizar as diretrizes econômicas. Coletiva foi repercutida no Jornal Nacional e em matéria publicada posteriormente no G1.

6/12: Presidente Lacerda afirma em coletiva de imprensa do GT de Planejamento, Orçamento e Gestão que o Brasil possui uma dívida de R\$ 5 bilhões com órgãos internacionais. A fala foi repercutida no portal Metrôpoles, no Estado de Minas, no Valor Econômico na CartaCapital, entre outros veículos.

6/12: Governo Lula: saiba quem é quem na equipe de transição. Perfil do presidente Lacerda é apresentado pelo jornal O Estado de S. Paulo entre outros veículos.

15/12: Lacerda fala ao programa Jornal Gente, da Rádio Bandeirantes sobre a economia no terceiro governo de Lula.

15/12: Em programa da GGN, Lacerda fala sobre a reindustrialização do país.

ANEXO V

MATÉRIAS E ENTREVISTAS: COLABORADORES

Matérias e Entrevistas: Colaboradores

10/01: Conselheiro federal Lauro Chaves Neto tem artigo publicado para o jornal O Povo com o título “ESG: Greenwashing e socialwashing!”. Ele explica o significado dos termos em inglês, onde tem correlação entre a ação de empresas com o meio ambiente.

12/01: Conselheiro federal Fernando de Aquino fala à Agência Radioweb em entrevista com o título “Inflação alta passa por dólar, estiagem e preços dos combustíveis”. Ele diz que a população de menor renda é a que mais perde poder de compra e a elevada inflação pode ser revertida durante 2022, porém é necessária uma combinação de variadas situações.

12/01: Conselheiro federal Lauro Chaves Neto fala ao O Otimista em matéria com o título “Inflação: o que esperar dos preços no Brasil em 2022?”. Ele explica que em 2021 a inflação brasileira superou todas as expectativas de cenários projetados pelos economistas e isso fez a taxa de juros subir mais que o previsto. A partir disso, traz perspectivas para o ano de 2022.

19/01: Conselheiro federal Lauro Chaves fala ao O Otimista em matéria com o título “Complexo do

Pecém ganha destaque na atração de novos investimentos ao Ceará”. Ele destaca que o Complexo do Pecém é o equipamento que traz a maior vantagem competitiva para o Estado na atração de investimentos e no desenvolvimento de negócios.

25/01: Conselheiro federal Lauro Chaves Neto fala ao O Otimista em matéria com o título “Arrecadação soma R\$ 26,8 bilhões e avança 25,2% no Ceará em 2021”. O período foi encerrado com variação nominal acumulada de 25,24% e atualizada pelo IPCA de 15,77%. De acordo com o economista, esse é um crescimento esperado e prevê um cenário econômico de recuperação progressiva para 2022.

25/01: Conselho federal Júlio Miragaya fala à Agência Brasil em matéria com o título “Orçamento federal para 2022 será de R\$ 4,7 trilhões de reais”. O conselheiro considera o valor do Orçamento da União pequeno. O valor da despesa previsto é de R\$ 4,7 trilhões de reais. Desse montante, quase R\$ 1,9 trilhão é para o refinanciamento da dívida pública federal. Estão previstos R\$ 96,5 bilhões para investimentos.

02/02: Lauro Chaves fala ao O Otimista sobre taxa Selic.

04/02: Arrecadação soma R\$ 26,8 bilhões e avança 25,2% no Ceará em 2021. Na avaliação do conselheiro federal Lauro Chaves, em entrevista ao O Otimista, esse é um crescimento esperado.

07/02: Artigo de opinião do conselheiro Lauro Chaves sobre o Brasil da OCDE.

10/02: Jornal O Otimista traz a inauguração da Academia Cearense de Economia. Farão parte da academia nomes como Luiz Gonzaga de Mota Fonseca, Pedro Sisnando, Raimundo Padilha e Lauro Chaves Neto.

18/02: Dólar não deve baixar de R\$ 5, dizem especialistas. Uma das principais razões para isso, de acordo com conselheiro federal Eduardo Araújo, em entrevista ao Tribuna Online, são as incertezas provocadas pelas eleições.

18/02: Convidado do Diálogo Econômico, o conselheiro federal Lauro Chaves, professor da UECE e presidente da Academia Cearense de Economia, fala sobre o cenário atual da economia local.

21/02: Conselheiro federal Fernando de Aquino fala ao Radioagência Nacional em matéria com o título “Mais de R\$ 23 bi estão esquecidos em bancos à espera da retirada”. Ele comenta a origem desses recursos que muitas vezes são desconhecidos de seus titulares.

22/02: Vice-presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, fala em entrevista ao Jornal Hoje sobre investir em Criptomoedas, prática que exige cuidado e conhecimento. “É preciso tomar muito cuidado, pois as criptomoedas têm um caráter especulativo muito forte e isso pode prejudicar pessoas que não dominam a matéria e que entram na aventura”, pontuou.

24/02: Vice-presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, é citado no veículo Livecoins em matéria com o título “VP do Conselho Federal de Economia faz alerta sobre criptomoedas”. Ele comenta sobre a aprovação do PL no Senado Federal para regulamentar as criptomoedas no Brasil.

24/02: Conselheiro federal Lauro Chaves Neto fala ao Metrôpoles em matéria com o título “Consórcios para videogames: entenda as vantagens e desvantagens”. Ele explica que essa é uma das possibilidades de crédito que o consumidor consegue adquirir seus bens de consumo no Brasil.

Os consórcios no universo gamer se tornaram uma saída viável porque as taxas são menores.

04/03: O vice-presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, em matéria do Jornal Hoje, repercutida no portal Livecoins, fez um alerta sobre as criptomoedas serem altamente especulativas, podendo causar prejuízos para pessoas.

09/03: Artigo de opinião do conselheiro federal Júlio Miragaya publicado no portal Brasília Capital. Tanto a OCDE quanto a OTAN nasceram no imediato pós-guerra. O embrião da OTAN foi o Tratado de Dunkerque, em 1947. Em 1948, a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE).

16/03: Conselheiro federal Eduardo Araújo fala ao ES Brasil em matéria com o título “Copom anuncia novo aumento e Selic chega a 11,75%”. Ele comenta que os juros elevados é o principal instrumento para o controle da inflação no Brasil, que tem um componente externo que é o preço dos combustíveis.

16/03: Conselheiro federal Eduardo Araújo fala ao ES Brasil em matéria com o título “ES: Rússia foi responsável por 5,74% das importações em janeiro”. Ele aponta que o conflito no leste europeu traz várias interpretações.

19/03: Vice-presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, em artigo publico no jornal Reconta Aí. Nova proposta sobre imposto global.

28/03: Artigo de opinião do conselheiro federal Júlio Miragaya publicado no portal Brasília Capital. Soberania ou submissão? Não há que se falar de soberania quando governantes põem o país como marionete dos EUA.

30/03: Conselheiro federal Carlos Eduardo de Oliveira Jr. fala ao Brasil 61 em matéria com o título “ES: redução do IPI fortalece setor industrial capixaba”. Ele destaca que com a redução dos tributos, haverá um alívio fiscal que cria condições para geração de mais empregos.

03/04: Conselheiro federal Gustavo Pessoti fala ao BA de Valor em matéria com o título “Dólar a menos de R\$5: veja quem ganha e quem perde com a moeda mais barata”. Ele avalia que a valorização da moeda traz vários benefícios.

04/04: Artigo de opinião do conselheiro Lauro Chaves sobre o controle da inflação publicado no jornal O Povo.

04/04: Conselheiro federal Lauro Chaves fala ao O Otimista Valor em matéria com o título “Entenda como a desvalorização do dólar frente ao real reflete na economia brasileira”. Ele ressalta que variação cambial impacta direta e indiretamente a vida de todos os consumidores e empresas.

06/04: Conselheiro federal Eduardo Araújo fala ao ES Brasil em matéria com o título “Março bate recorde de inflação com variação de 1,65%”. Em sua análise o preço do combustível foi o vilão na elevação da inflação.

13/05: Artigo de opinião do conselheiro Fernando de Aquino sobre os desafios do próximo governo do Brasil.

19/04: Conselheiro federal Fernando de Aquino fala ao Radioagência Nacional em matéria com o título “Bancos ofertam antecipação da restituição do Imposto de Renda”. Ele Bancos ofertam antecipação

da restituição do Imposto de Renda.

29/04: Conselheiro federal Eduardo Araújo fala ao jornal A Gazeta em matéria com o título “Postos terão nova forma de mostrar preços dos combustíveis. Entenda”. Para ele, com os preços dos combustíveis já inflacionados, o novo modelo não deve impactar nos bolsos dos consumidores finais nem do caixa dos postos.

04/05: Artigo de opinião do conselheiro Lauro Chaves sobre o BRICS.

06/05: Conselheira federal Maria de Fatima comemora recorde de inscritos no Desafio Quero Ser Economista da qual é integrante da comissão organizadora.

07/06: Nota do Cofecon “Por um novo arcabouço fiscal” repercute no jornal GGN

Não menos impróprio é o desvio de finalidade do atual teto de gastos, ao não ser corrigido também pelo crescimento real do PIB e da população.

19/06: Em entrevista à Rádio Band, o conselheiro federal Fernando de Aquino defende política de estoques reguladores.

28/06: Em matéria do R7, Inflação e crise hídrica ameaçam crescimento econômico do Brasil, o conselheiro federal Fernando de Aquino fala sobre a elevação das taxas de juros pelo BC.

28/06: Ao R7, o conselheiro federal Fernando de Aquino falou sobre o aumento da energia elétrica.

30/06: Ministro da Economia questionou ‘qual é o problema’ de a energia ficar um pouco mais cara. Especialistas explicam efeito cascata ao Portal R7, entre eles, Fernando de Aquino Fonseca Neto, coordenador da comissão de política econômica do Cofecon.

06/07: “A solução de queda do ICMS é paliativa”, afirma Pessoti em entrevista ao Correio.

06/07: PE: Estudante fica em segundo lugar em desafio de economia. Maria Eduarda é aluna da rede pública do Recife e conquistou no segundo lugar no ‘Desafio Quero ser Economista’.

11/07: Desempenho do crédito rural chega a R\$ 293,4 bi no fechamento da safra /22. Para o conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Carlos Eduardo de Oliveira Jr., ouvido pelo portal Brasil 61, sempre que há um crédito adicional na economia, as vantagens são apresentadas para todo o ciclo do setor beneficiado.

12/07: Cônsul-geral do Reino Unido fará palestra em Vitória. O conselheiro federal Eduardo Araújo destacou que o evento é uma oportunidade para debater sobre agenda de reformas para aprimorar o Comércio Exterior no Espírito Santo.

20/07: Taxas de juros civilizadas – principal desafio da política macroeconômica. Artigo de opinião do conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica Fernando de Aquino publicado no portal GNN.

24/07: Governo garante equalização de juros do Plano Safra. Carlos Eduardo Oliveira Junior, conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon), explica que a equalização de juros em

financiamentos rurais é importante porque os bancos, quando emprestam ao produtor recursos para viabilizar a produção, só conseguem oferecer essas taxas de juros mais baixas quando o governo cobre a diferença. E isso ajuda a manter a força do setor.

26/07: Desaceleração da Economia Mundial. Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo.

26/07: Guerra na Ucrânia: consequências e oportunidades para os setores agrícola e de transporte. Se há um redesenho no mapa de distribuição das commodities pelo mundo, a invasão da Ucrânia deveria abrir novas oportunidades às exportações brasileiras, 'ocupando' uma parcela dos mercados antes abastecidos pela Ucrânia e pela Rússia, é o que avalia Roberto Piscitelli, membro da Comissão de Política Econômica do Cofecon.

27/07: Em entrevista, o membro da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Roberto Piscitelli, fala sobre o redesenho no mapa de distribuição das commodities pelo mundo desde o início do conflito Rússia-Ucrânia. Além disso, o economista alerta para o que chama de 'desmonte programado da Petrobras'.

08/08: Mudanças nas regras do teto de gastos voltam ao debate. O conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon falou em entrevista à Band News Brasília sobre o tema. Já os conselheiros federais Lauro Neto e Carlos Eduardo de Oliveira Jr. falaram respectivamente sobre OCDE e auxílio caminhoneiro.

08/08: 'É possível e legítimo reavaliar entrada', diz especialista sobre adesão do Brasil à OCDE: Em março, o Cofecon publicou uma nota apontando que as normas da OCDE representam um "rígido alinhamento ao obsoleto Consenso de Washington, voltado a uma liberalização irrestrita que leva à redução de indispensável autonomia da política econômica nacional". Em entrevista à agência Sputnik Brasil, o conselheiro federal Lauro Chaves Neto também aborda o tema.

08/08: Em entrevista à Rede CNT, o conselheiro federal Fernando de Aquino fala sobre o aumento da SELIC. Aquino explica que a elevação da taxa de juros encarece o crédito, reduzindo assim consumo e investimentos.

08/08: O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto, coordenador da comissão de Política Econômica do Cofecon, falou à rádio Band News FM sobre a mudança que vem sendo discutida no Ministério da Economia quanto ao teto de gastos. Atualmente, mais de 90% do orçamento do governo federal é composto por gastos obrigatórios, que possuem aumento anual e são difíceis de serem cortados.

09/08: Auxílio caminhoneiro: benefício de R\$ 1 mil começa a ser pago; saiba quem tem direito. O conselheiro Carlos Eduardo de Oliveira Jr. considera a medida relevante, dado o momento econômico do país que também afeta diretamente os profissionais dessa categoria.

09/08: Por que os grandes bancos não embarcaram no empréstimo consignado do Auxílio Brasil? Em entrevista ao portal Reconta Aí, o economista Roberto Piscitelli, membro da Comissão de Política Econômica do Cofecon, explica o porquê dos grandes bancos não aderirem à operacionalização do empréstimo consignado do Auxílio Brasil.

09/08: O vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Paulo Dantas da Costa, comentou porque o preço do diesel se mantém elevado no país, em entrevista à Agência Radio web.
10/08: Governo estuda mudanças nas regras do teto de gastos. Conselheiro federal Fernando de Aquino falou em entrevista à Band News Brasília.

15/08: O conselheiro federal Fernando de Aquino falou à TV CNT sobre o impacto da alta dos juros na inadimplência.

17/08: IGP-10 tem queda de preços de 0,69% em agosto: Conselheira federal Ana Claudia Arruda em entrevista à rádio CBN

22/08: A necessária e improvável queda nos Juros: Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo.

01/09: Preço médio da gasolina cai pela nona semana seguida: Conselheiro federal Fernando de Aquino fala em matéria do portal Brasil 61 e afirma que a queda dos preços pode ser explicada pela alteração da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (IMCS).

12/09: Economia da Bahia encolheu 3,6% em dez anos: Por que o PIB é tão importante? O conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo Pessoti, fala ao Primeiro Jornal.

14/09: Bahia ocupa 17º lugar em competitividade entre os estados

O conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo Pessoti, explica porque uma boa infraestrutura é essencial para os negócios em entrevista ao Correio.

19/09: Redução da Desigualdade e Cotas. Artigo do conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo.

20/09: Faturamento da indústria avança em Minas Gerais. O conselheiro federal Carlos Eduardo de Oliveira Jr. fala ao Site Barra sobre como esse crescimento contribui para a expansão da economia do estado mineiro.

23/09: Os três pilares para a política macroeconômica do próximo governo. Conselheiro Fernando de Aquino em artigo publicado na CartaCapital.

29/09: Prévia da inflação: gasolina faz índice recuar pelo 2º mês. Conselheira Ana Claudia Arruda fala à Agência RádioWeb sobre a queda no IPCA-15.

29/09: Bahia é o quarto estado do país em número de inadimplentes. Para o conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo Pessoti, um dos motivos que fazem o cartão de crédito ser o grande vilão dos endividamentos é a falsa noção de que muitas pessoas têm de que ele é um complemento de renda. A matéria foi publicada no Correio 24 horas.

02/10: A conselheira federal Ana Claudia Arruda foi entrevistada pela agência Radioweb sobre a cobertura das eleições e abordou as prioridades econômicas do vencedor da eleição presidencial deste ano, que terá mandato entre 2023 e 2026.

04/10: A conselheira Ana Claudia Arruda falou à rádio CBN Recife em matéria abordando a quantidade

de pedidos de demissão realizados em agosto.

05/10: Banco Central: fatura simplificada pode ajudar a evitar endividamento. Conselheiro federal Fernando de Aquino fala em matéria da Rede CNT que um outro tipo de layout facilitaria o entendimento da operação por parte dos clientes.

8/10: O conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo Casseb, avalia, na Folha de S. Paulo, que a economia nordestina já vinha em dificuldades antes da pandemia. Na década passada, lembra, a atividade sentiu os reflexos de fenômenos como crises hídricas. O quadro local, acrescenta, também é marcado pelo alto nível de informalidade.

11/10: Conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino, fala ao Jornal das 22 da RIT TV sobre empréstimo consignado do Auxílio Brasil.

11/10: O economista e conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Fernando de Aquino, explica em entrevista ao portal Brasil 61 como bandeira verde afeta a conta de luz que chega aos consumidores finais.

17/10: O conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicou o artigo Juro real e crescimento no jornal O Povo.

20/10: Inflação dos alimentos é a maior desde o início do Plano Real

O conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo Pessoti, explica os fatores que contribuem para esse cenário à Agência RadioWeb.

22/10: Legado do paraibano Celso Furtado será discutido em evento de economistas em João Pessoa. Matéria do Jornal da Paraíba divulga evento realizado pelo Sistema Cofecon/Corecons.

29/10: Legado do paraibano Celso Furtado será discutido em evento de economistas em João Pessoa. Matéria do Jornal da Paraíba divulga evento realizado pelo Sistema Cofecon/Corecons.

1º/11: Ana Claudia Arruda falou à rádio CBN Recife sobre atitudes práticas a serem adotadas pelo próximo governo para destravar a economia.

03/11: O conselheiro federal Fernando de Aquino falou ao vivo ao programa Correio Debate, da emissora afiliada à TV Record na Paraíba, sobre um dos temas do XXVII SINCE: a redução das desigualdades regionais.

03/11: Economistas debateram a superação da crise e a retomada do desenvolvimento do Nordeste. Lauro Chaves Neto fala ao portal O Otimista sobre o SINCE.

03/11: Economistas brasileiros analisaram estrutura política e econômica do Brasil pós-eleição em Simpósio realizado em João Pessoa. Róridan Penido fala aos sites ClickPB e Tá na Área sobre o SINCE.

04/11: Filho de Celso Furtado em João Pessoa. Matéria do site F5 Online cita a programação do SINCE com presença de André Furtado e Celso Mangueira.

04/11: A TV Correio, afiliada da rede Record na Paraíba, levou ao ar uma matéria na qual foram ouvidos os economistas que participavam do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), realizado de 02 a 04 de novembro em João Pessoa. Foram ouvidos os economistas Róridan Penido Duarte, Ana Claudia Arruda, Carlos Pinkusfeld Bastos, Júlio Miragaya e Francisco Nunes.

05/11: EPortal GGN repercute a Carta de João Pessoa.

05/11: Conselho Federal de Economia elencou em 'Carta de João Pessoa' as prioridades da conjuntura diante do governo eleito de Lula. Portal WSCOM repercutiu a Carta de João Pessoa.

06/11: Em carta, economistas apresentaram propostas para Lula reconstruir o Brasil. Portal Brasil 247 repercute a Carta de João Pessoa.

06/11: Economistas elaboraram Carta de João Pessoa que será entregue ao novo governo Lula. Jornal da Paraíba repercutiu a Carta de João Pessoa.

06/11: Economistas defenderam o fim do teto de gastos. Jornal Hora do Povo repercutiu a Carta de João Pessoa.

07/11: Economistas elaboraram Carta de João Pessoa e pediram a revogação do teto de gastos, reforma tributária e mais créditos de bancos públicos. Portal Polêmica Paraíba repercutiu a Carta de João Pessoa.

07/11: Carta de João Pessoa: desafios para reconstrução do Brasil. Portal Agora TO repercutiu a Carta de João Pessoa.

07/11: Custo da construção civil subiu 0,44% em setembro, mas alta é menor que elevação de agosto. Para o conselheiro federal Carlos Eduardo de Oliveira Jr. o resultado pode estar relacionado a uma redução no ritmo de crescimento da construção civil. Ele falou ao portal Brasil 61 sobre o assunto.

07/11: Roberto Piscitelli, membro da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (Cofecon), falou ao site Ache Concursos sobre os riscos do crédito consignado do Auxílio Brasil.

07/11: Mudanças à vista? O que esperar da economia baiana sob o novo governo. O presidente do Corecon-BA e conselheiro federal, Gustavo Casseb Pessoti, falou ao portal BA de Valor.

07/11: O conselheiro federal Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr. falou ao portal Brasil 61 sobre o aumento no custo da construção civil e acredita que o resultado pode estar relacionado a uma redução no crescimento do setor.

07/11: Conselheiro federal Fernando de Aquino publicou artigo de opinião no portal GGN sobre o desempenho da economia no atual governo.

16/11: A economia brasileira em 2023. Conselheiro federal Lauro Chaves Neto em artigo no portal O Povo.

18/11: Conselheiros federais Carlos Andrioli e Carlos Eduardo Soares falaram ao jornal da Rede CNT sobre o PIX.

18/11: "Não vai ser fácil sair do déficit, mas a saída é retomar o crescimento econômico". Conselheiro

federal Júlio Miragaya falou ao Canal Empreender do Sebrae sobre os desafios da economia brasileira em 2023.

19/11: A conselheira federal Ana Claudia Arruda conversou com o portal Brasil 61 sobre como economizar nas viagens de fim de ano.

21/11: Conselheiro federal Lauro Chaves Neto lançou seu 6º livro, que trata da evolução da pobreza e da desigualdade social no quadro territorial do Estado do Ceará (Brasil).

21/11: O conselheiro Fernando de Aquino falou ao portal Café com Informação sobre a importância dos programas de transferências de renda.

30/11: Conselheiro federal Fernando de Aquino fala à agência Radioweb sobre a maioria dos reajustes salariais em outubro ficar acima da inflação

2/12: Conselheiro Lauro Chaves Neto tem artigo "A economia da inovação" publicado no jornal O Povo

5/12: Membro da Comissão de Política Econômica do Cofecon Roberto Piscitelli fala ao Correio Braziliense sobre o recuo do IGP-M em 0,56%

6/12: Conselheiro federal Fernando de Aquino publica artigo "Tendências de um governo social-democrata na economia" no jornal digital Poder360.

08/12 - Roberto Piscitelli, membro da Comissão de Política Econômica do Cofecon (Conselho Federal de Economia), fala ao R7 em matéria Taxa de juros no maior nível em 5 anos já inibe crescimento do Brasil

08/12 - O conselheiro federal Carlos Eduardo de Oliveira Jr. fala sobre a elevação de 0,5% na demanda por bens industriais no terceiro trimestre do ano ao Brasil 61.

14/12 – O conselheiro federal Fernando de Aquino fala à agência RadioWeb sobre o papel do Estado para a retomada do crescimento.

14/12 – A conselheira federal Ana Cláudia Arruda fala à RadioWeb sobre a inflação de novembro.

20/12 – A conselheira federal Ana Cláudia Arruda fala à CBN Recife em programa que apresenta balanço da economia brasileira em 2022 e as perspectivas para o próximo ano.

21/12 - O conselheiro federal Lauro Chaves Neto comenta matéria da Agência Estado, repercutida pelo O Povo, sobre a PEC da transição.



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado
melhor para o Brasil**



Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br